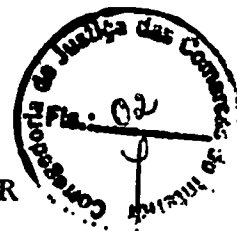




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ABERTURA DA
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE MARABÁ

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 10h30min, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Marabá, onde se achavam presentes a Exma. Sra. Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, os Exmos. Senhores Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE e Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA, Juizes Auxiliares da CJCI, Dr. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Marabá, e Senhores JANE VIEIRA ALCÂNTARA NEVES, Chefe de Gabinete da CJCI, ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO, MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO, THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS, Assessore Jurídicos, CARLOS PINTO DA SILVA JR., Analista Judiciário, e CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO, Auxiliar Judiciário. Inicialmente, a Desembargadora Corregedora apresentou-se, saudou a todos e declarou aberta a audiência pública, identificando-se e apresentando a equipe de correição. Em seguida, explicou a finalidade da correição geral ordinária ora iniciada, qual seja a de verificar a regularidade do serviço judicial, bem como da presente audiência, na qual poderão ser apresentadas reclamações, sugestões e elogios, colocando toda a equipe correicional à disposição dos juizes, magistrados e jurisdicionados. Acrescentou que além da oportunidade de manifestação em audiência pública, denúncias também poderão ser feitas por escrito ou tomadas por termo reservadamente perante a Equipe correicional. Referiu-se à reunião de trabalho realizada nesta Comarca em março do corrente ano, juntamente com o Corregedor Geral do Ministério Público, para tentar a conciliação entre magistrados e promotores de justiça da Comarca, que, infelizmente, restou infrutífera. Dada a palavra ao MM. Juiz Auxiliar Dr. JOSÉ ANTÔNIO, este saudou a todos, apresentou-

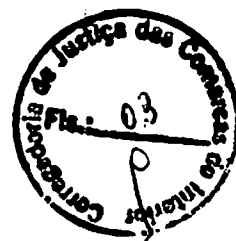


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

se, reforçou a finalidade desta correição de rotina nos serviços judicial e extrajudicial, prevista em cronograma em virtude, principalmente, do tamanho da Comarca, uma das maiores do nosso Estado, agradecendo a presença de todos. Dada a palavra a MM. Juíza Auxiliar Dra. MÔNICA FONSECA, que também saudou a todos, apresentou-se e ressaltou o caráter orientativo da correição geral ordinária, e do objetivo de realizar visita a todas as unidades judiciais, bem como ao Crama e Centro de Triagem da Comarca, colocando-se à disposição dos magistrados e servidores. Antes de abrir a palavra ao público, solicitou ao Diretor do Fórum que durante a correição permaneçam servidores nas Secretarias da Comarca. O Senhor HUGO CORNÉLIO, advogado, informou que atua há muitos anos na Comarca de Marabá, onde sempre manteve bom relacionamento com todos os magistrados, entretanto, a Comarca possui alguns problemas estruturais. À exemplo, o Protocolo Integrado, em razão de falta de treinamento e certificado digital, e, ainda, que apesar do aviso de funcionamento do setor até às 18h00min, o funcionário responsável encerra o serviço nesse extado horário, ainda que haja pessoas a serem atendidas. Quanto à distribuição, algumas ações demoram semanas para serem devidamente encaminhadas. No que diz respeito ao Sistema LIBRA, há problema na sua utilização em razão da qualidade do sinal de *internet*. Também o arquivo da Comarca possui um grande acervo, o que prejudica o procedimento de desarquivamento. Por fim, que formalizou tais reclamações junto à CJCI, mas não obteve resposta. O Dr. CRISTIANO MAGALHÃES, Diretor do Fórum, explicou que no que diz respeito à certificação digital, em razão do fim do fornecimento dos certificados digitais, realmente, o protocolo integrado ainda não foi efetivamente implementado. Quanto à busca de processo no arquivo da Comarca, o problema já foi comunicado, tendo sido determinada a vinda de um bibliotecário/arquivista para treinar os diretores de secretaria, mas que, de fato, o setor de arquivo encontra-se lotado, sugerindo a queima dos processos mais antigos. Quanto ao número de servidores, confirmou que o número de servidores diminuiu bastante, não obstante o grande aumento da demanda de serviço. Em relação à *internet*, comunicou que manteve contato com a Secretária de Informática, que lhe falou da intenção de se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR




interligar a Comarca por meio de fibra ótica. Quanto à estrutura do Fórum já foi realizada a visita por engenheiro do TJPA, para fins de realização de uma reforma para manutenção das condições do prédio. O MM. Juiz MURILO LEMOS SIMÃO, voltou à questão da estrutura do Fórum, que se encontra em condições insalubres, inclusive, com a falta de água, em virtude de problema na bomba d'água, solicitando que a Corregedoria interceda junto à Administração do TJPA. Instado pela Desembargadora Corregedora, o Diretor do Fórum, Dr. CRISTIANO MAGALHÃES, explicou que não há como se receber petições após às 18h00min, informando que muitos advogados, às vezes por meio de seus estagiários, comparecem após esse horário na tentativa de protocolar após o horário. O problema se potencializou com o fato dos promotores de justiça não mais deixarem os documentos para serem protocolados, aguardando no setor até a protocolização. Ressaltando que nem tudo que se apresenta após o horário é matéria de plantão, sugerindo que seja buscada uma solução para esse problema. Também instado pela Desembargadora Corregedora, informou que os jurisdicionados têm sido atendidos no horário regular, de 8 às 14h00min. A Corregedora ratificou a necessidade de que as partes e jurisdicionados sejam atendidos durante todo o horário de expediente. O Dr. CÉSAR DIAS DE FRANÇA LINS, solicitou que seja feito um trabalho junto às unidades judiciais, de orientação por equipe especializada, para instrução no sentido de dar prosseguimento aos processos paralisados em secretaria. A Senhora ALEXSANDRA PAIVA BRAGA, é parte num processo de investigação de paternidade desde o ano de 2008, em trâmite na 2ª Vara Cível. A Desembargadora Corregedora solicitou que a declarante informe à equipe correicional, após a audiência, o número de seu processo, e, quanto ao pedido do Juiz CÉSAR LINS, irá pleitear junto à Presidência, caso, ao final da correição, seja identificada essa necessidade. Não havendo mais qualquer pessoa interessada em manifestar-se, e nada mais havendo a declarar, a Desembargadora Corregedora agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, cuja Ata, Eu _____ (Jane Vieira Alcântara Neves, Chefe de Gabinete da Corregedoria de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Justiça das Comarcas do Interior), lavrei e subscrevi, a qual segue devidamente assinada pelos demais presentes.


Desembargadora MARIA DO CÉU MACIEL-COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


CRISTIANO MAGALHÃES GOMES
Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Marabá


JANE VIEIRA ALCÂNTARA NEVES
Chefe de Gabinete da CJCI


ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico


MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico


THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica


CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário

CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

409

**RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
 COMARCA DE MARABÁ**

PERÍODO: 08 a 12 de junho de 2015

503
 FLS

Realizou-se Correição Ordinária na Comarca de Marabá no período de 08 a 12 de junho de 2015, tendo sido correicionadas todas as Varas cíveis e criminais e a parte administrativa (UNAJ, Secretaria da Direção, Setor de Protocolo e de distribuição), sob a coordenação da Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça da CJCI, e da Juíza Auxiliar da CJCI Mônica Maciel Soares Fonseca, tendo também sido realizada Correição nos Cartórios extrajudiciais da comarca, sob a coordenação do Juiz Auxiliar da CJCI, Dr. José Antônio Cavalcante.

No dia 08 de junho, foi declarada aberta a audiência pública pela Exma. Sra. desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça das Comarcas do interior, às 10:30 horas, explicando que se tratava de Correição ordinária para averiguação dos trabalhos das Varas.

Durante a audiência pública, houve as seguintes manifestações:

O advogado Hugo Cornélio informou que atua há 01 (um) ano na comarca de Marabá e que possui bom relacionamento com os Juízes. Apontou problemas estruturais como o do protocolo integrado, questão relacionada à certificação digital, problema com o horário do protocolo – inicialmente até 18:00 horas, mas muitas vezes o advogado não consegue protocolizar, apesar de chegar antes do horário de encerramento, o que gera extrapolação de prazo. Apontou problemas com a distribuição, alegando que tem demorado muito a distribuição das ações, problemas com o Sistema Libra, na carga para advogado. Quanto ao arquivo, há dificuldade de localização célere dos processos.

O Juiz de Direito Cristiano Magalhães, titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e Diretor do Fórum de Marabá, explicou que o problema com o protocolo integrado decorre da falta de certificação digital. Apontou o aumento de demandas, com redução do quadro de servidores em virtude da saída de diversos servidores cedidos pela Prefeitura.

Mônica Maciel Soares Fonseca
 Juíza Auxiliar da Corregedoria de
 Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

504
P

O Juiz de Direito Murilo Lemos Simão, titular da 3ª Vara de Violência doméstica e familiar contra a mulher e Tribunal do Júri, apontou problema estrutural do Fórum, com falta de água nos banheiros, o que acarreta situação de insalubridade aos magistrados e servidores. Solicitou que a CJCI interceda junto ao TJE/PA.

504
P

O Juiz de Direito César Lins, titular da 1ª Vara Cível da comarca de Marabá, apontou deficiência no quadro de servidores de sua Vara, ante o fluxo processual elevado.

Falou também a Sra. Alexsandra Paiva Braga, que é parte em ação de investigação de paternidade desde 2008, alegando a paralisação do processo na 2ª Vara Cível da comarca de Marabá.

CORREIÇÃO NAS VARAS CÍVEIS:

1ª VARA CÍVEL:

Competência: Família, Cível e Comércio por distribuição.

A 1ª Vara Cível tem como Juiz titular o Dr. César Dias de França Lins, desde março de 2009.

DO QUADRO FUNCIONAL:

Há 06 (seis) servidores na 1ª Vara Cível, sendo que um dos servidores da Vara foi nomeado Assessor do Juiz (Sr. Marco Souza e Silva Torres), havendo mais 02 (dois) analistas judiciários, uma atuando ainda na 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal, pela qual o juiz César Lins respondeu por um período de tempo, Sra. Moema Belusso, que ocupa atualmente o cargo de Diretora de Secretaria do referido Juizado, um auxiliar judiciário e um servidor concursado para o antigo cargo de escrivão judicial, Sr. Josias Alves da Silva, que está atualmente exercendo a função de Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível. Não há mais servidores cedidos pela Prefeitura Municipal.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, havia somente 02 (dois) servidores, o Diretor de Secretaria e uma servidora auxiliar judiciário, além de 02 (dois) estagiários, pois os demais servidores se encontravam no Gabinete do Juiz, tendo sido recomendado durante a Correição que o Juiz César Lins fizesse melhor

Monteiro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

505
P

aproveitamento do quadro funcional, para viabilizar o trabalho da Secretaria no cumprimento dos atos processuais.

Na Secretaria, os processos são separados por ato processual, havendo uma estante com processos da Meta 02 do CNJ e separação dos processos de improbidade administrativa ajuizados até 2012 (Meta 04 do CNJ).

Não há separação de outros processos com prioridade, como os que se referem a pedido de alimentos e direito de idosos, tendo sido recomendada durante a Correição a colocação de tarja na lateral dos processos para que se identifique mais facilmente a prioridade.

O Diretor de Secretaria contabilizou 10.342 processos em tramitação após o recadastramento, sendo que em 218 processos o juiz titular havia se declarado suspeito por motivo de foro íntimo, entretanto, na certidão atualizada pelo Diretor de Secretaria, foi certificado o número de 149 processos em que o Juiz havia se declarado suspeito.

Havia 2497 (dois mil, quatrocentos e noventa e sete) processos conclusos em gabinete, e desses, 1797 há mais de 100 (cem) dias. Na Secretaria havia 7014 processos pendentes de cumprimento há mais de 100 (cem) dias, segundo informação prestada pelo Diretor de Secretaria à Juíza Auxiliar Mônica Maciel Soares Fonseca durante visita feita por esta na Secretaria.

Há diversos processos aguardando expedição de mandado de citação, certidões, publicação etc., tendo sido recomendada a realização de mini mutirões pelos servidores da Secretaria e do gabinete, para cumprimento de atos, pelo menos duas vezes por semana, além de ordem de serviço, distribuindo tarefas entre os servidores, com previsão sobre substituição no caso de afastamento.

Os processos se encontram dispostos em estantes abertas.

Houve cumprimento de 40,71% de processos da Meta 02/CNJ e 19,27% da Meta 06 do CNJ – julgamento de ações coletivas distribuídas até 31/12/2012.

Há cargas muito antigas para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para advogados, sendo a mais antiga datada de 06/02/2002.

Havia no Fórum de Marabá uma central de Cartas Precatórias, com designação de servidores para cumprimento por designação do Juiz Marcelo Andrei, que foi Diretor do Fórum da Comarca, entretanto, foi desativada a central e as Precatórias retornaram às Varas respectivas, tendo a 1ª Vara

Recebido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

506
P

recebido recentemente quase 500 (quinhentas) cartas precatórias de volta, as quais se encontravam no chão da secretaria, para triagem.

Em 10/06/2015, havia 89 iniciais pendentes de conclusão, em virtude da ausência de capas para autuação, embora tenha sido feito pedido ao Setor de patrimônio do TJE/PA.

O atendimento ao público estava sendo realizado de segunda a sexta-feira das 10:00 horas às 14:00 horas, por força da Ordem de Serviço nº 01/2014-GAB, expedida pelo Juiz titular da Vara.

Foi juntada certidão pelo Diretor de Secretaria atestando a existência de 149 processos em que o juiz César Lins se declarou suspeito.

Há processos da Meta 02 do CNJ sem impulso oficial há mais de 04 (quatro) anos, conforme relações anexas, havendo também vários outros processos com movimentação processual paralisada.

As audiências são realizadas de terça a quinta-feira, destinando-se as segundas e sextas para despachos e sentenças.

Houve reclamação com relação às salas de depósito do Fórum de Marabá, que servem de arquivo de processos, ante a desorganização e a ausência de espaço para o encaminhamento de outros processos.

A Exma. Sra. Desembargadora Corregedora da CJCI fez análise de diversos processos nos quais o Juiz titular havia se declarado suspeito por motivo de foro íntimo, conforme relação em anexo, e recomendou o encaminhamento imediato dos processos ao Juízo substituto legal (2ª Vara Cível), para agilização dos feitos, muitos dos quais paralisados há algum tempo. Recomendou também o cumprimento de atos judiciais pela Secretaria da 1ª Vara nos processos em que o cumprimento estava pendente.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1) Realizar Gestão na Vara, com melhor aproveitamento dos servidores lotados, podendo editar Ordem de Serviço para distribuição das tarefas entre os servidores, com previsão de substituição no caso de afastamento;
- 2) Agilização dos processos que se encontram conclusos em gabinete há mais de 100 (cem) dias;

Mônica Maqiel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

507
P

- 3) Designação dos dois servidores que se encontram no gabinete para a Secretaria, para a realização de mini mutirões, pelo menos 02 (duas) vezes na semana, um dia destinado à expedição de mandados de citação, um dia destinado ao cumprimento de cartas precatórias, outro às publicações em atraso, outro para emissão de certidões, e assim, por diante;
- 4) Agilização dos processos das Metas 02 e 06 do CNJ que se encontram com movimentação processual em atraso;
- 5) Determinação de intimação de partes para o recolhimento das custas processuais, e no caso de não cumprimento, de inscrição em dívida ativa, ante a identificação, pela Secretaria de Planejamento do TJE/PA, de processos pendentes de recolhimento, cuja relação foi disponibilizada à Vara durante a correição;
- 6) Encaminhamento dos processos em que se declarou suspeito para o substituto legal (Juízo da 2ª Vara), para agilização na tramitação.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1) Realização de mini mutirões, pelo menos 02 (duas) vezes na semana, para cumprimento dos atos processuais em atraso, destinando-se um dia para cumprimento de mandados de citação, um dia para publicações, um dia para mandados de intimação para audiência, um dia para cumprimento de cartas precatórias, etc.;
- 2) Agilização no cumprimento dos atos em processos da Meta 02 do CNJ e da Meta 06 do CNJ;
- 3) Colocação de tarja de identificação na lateral dos processos que envolvem idosos e que envolvem pedido de alimentos, para garantir prioridade na tramitação;
- 4) Triagem das cartas precatórias que retornaram da Central anteriormente criada para agilização e devolução ao Juízo deprecante;
- 5) Cumprimento dos atos judiciais praticados nos processos em que o Juiz titular se declarou suspeito, para movimentação;
- 6) Cobrança dos processos com carga antiga, que estejam com advogados, Ministério Público ou Defensoria Pública;

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

308
9

7) Intimação de partes para o recolhimento das custas processuais, e no caso de não cumprimento, de inscrição em dívida ativa, ante a identificação, pela Secretaria de Planejamento do TJE/PA, de processos pendentes de recolhimento, cuja relação foi disponibilizada à Vara durante a correição.

2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL:

Competência: Cível e empresarial, Família, privativa de recuperação judicial e falência e sucessões.

A 2ª Vara Cível está atualmente sem Juiz titular, tendo sido removida a Juíza Daniele Karen para a comarca de Capanema. Está respondendo atualmente pela Vara a Juíza substituta Adriana Karla Diniz Gomes da Costa, durante o período de férias da Juíza substituta Caroline Slongo Assad, que responde na Vara desde 23/02/2015.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo uma analista judiciário, exercendo o cargo de Diretora de Secretaria, um auxiliar judiciário, uma analista Assistente Social que realiza estudos sociais nas ações de família e auxilia no cumprimento de atos da Secretaria, e há 02 (dois) estagiários na Secretaria e uma assessora no gabinete.

Há 01 (uma) servidora do cargo técnico administrativo cedida pela Prefeitura Municipal de Marabá lotada na Secretaria da Vara.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos separados por ato processual em armários fechados, o que demonstrou gestão por parte da Diretora de Secretaria.

A pauta está com audiências marcadas até 2016.

Havia 647 processos da Meta 02 do CNJ e 55 processos da Meta 6 (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012).

Cumprimento de 77,75% da Meta 02 do CNJ (meta não cumprida) e 50,48% da Meta 06 do CNJ (meta não cumprida).

Há 5.461 processos em tramitação incluindo os das Metas.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

509

f

Havia 1671 processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial por mais de 100 dias e 512 processos conclusos há mais de 100 dias.

É observada a prioridade dos feitos, e os processos das Metas 02 e 06 do CNJ analisados por amostragem apresentam tramitação atualizada.

Havia 185 processos aguardando devolução de Cartas precatórias, tendo sido informado pela Diretora de Secretaria que não há cronograma de cobrança das precatórias, tendo sido recomendada a designação de um servidor para, pelo menos, duas vezes na semana, realizar a cobrança das precatórias pendentes de devolução, para evitar a paralisação dos processos.

As audiências são diárias e a Diretora de Secretaria informou que são realizados mini mutirões para cumprimento dos atos de Secretaria.

Na ordem de prioridade, são observadas primeiro as iniciais e alvarás de soltura, em segundo lugar réu preso (prisão civil), e depois, na ordem sucessiva: pedidos de liminares e de antecipação de tutela, por determinação do juiz, idoso, com audiência ou praça designada e ações de alimentos, outro, por ordem cronológica e por ordem de antiguidade do processo.

Houve reclamação com relação às salas de depósito do Fórum que servem de arquivo de processos, ante a desorganização e ausência de espaço para o encaminhamento de outros processos.

Há cargas muito antigas para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para advogados, sendo a mais antiga datada de 13/06/2000.

Havia no Fórum de Marabá uma central de Cartas Precatórias, com designação de servidores para cumprimento por designação do Juiz Marcelo Andrei, que foi Diretor do Fórum da Comarca, entretanto, foi desativada a central e as Precatórias retornaram às Varas respectivas, tendo a 2ª Vara recebido as precatórias de volta.

Nas considerações da Secretaria, foi informado sobre expedição recente de ofício, solicitando mutirão para cumprimento de atos processuais na Secretaria bem como mutirão para despachos em gabinete, entretanto, ainda não houve resposta, sendo que, no caso de deferimento, requer a Diretora de Secretaria que seja deferido o adicional de tempo integral.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

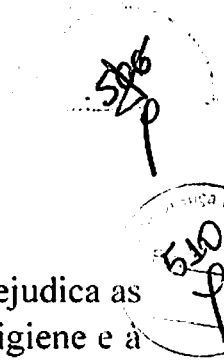
Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Av. Almirante Barroso, nº 3089 - Sala TA - 14 (Térreo) - Bairro: Souza - Belém - Pará - CEP.: 66613-710 - TEL.: 3205-3535 / 3205-3524

E-mail: corregedoria.interior@tj.pa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Reclamação com relação à internet lenta e à falta de água que prejudica as condições de trabalho dos servidores da comarca, no que concerne à higiene e a saúde.

Foi solicitado durante a Correição, ao Diretor do Fórum de Marabá, Dr. Cristiano Magalhães, a designação de um dos servidores que atuavam na central de precatórias que foi desativada, para auxiliar, durante pelo menos 06 (seis) meses, o cumprimento de atos na Secretaria da 2ª Vara.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA QUE RESPONDE PELA VARA:

- 1) Agilização dos processos das Metas 02 e 06 do CNJ, para conclusão dos feitos;
- 2) Cobrança de cartas precatórias pendentes de devolução pelo Juízo deprecado para movimentação dos processos;
- 3) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 dias, que totalizam 1671;
- 4) Determinação de intimação para recolhimento das custas processuais, e no caso de não cumprimento, de inscrição em dívida ativa, ante a identificação, pela Secretaria de Planejamento do TJE/PA, de vários processos de ação de busca e apreensão que têm como autoras instituições financeiras, sem intimação para recolhimento e sem inscrição em dívida ativa, cuja relação foi disponibilizada à Vara durante a Correição.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1) Permanência da realização de mini mutirões, pelo menos 02 (duas) vezes na semana, para cumprimento dos atos processuais em atraso, incluindo a cobrança de cartas precatórias pendentes de devolução pelo Juízo deprecado;
- 2) Agilização no cumprimento dos atos da Meta 02 do CNJ e da Meta 06 do CNJ;
- 3) Agilização no cumprimento dos atos que se encontram em atraso há mais de 100 dias;
- 4) Cobrança dos mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça;
- 5) Realização de controle e da cobrança de mandados com prazo extrapolado;
- 6) Cobrança dos processos com carga antiga (para advogado, Ministério Público e Defensoria);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

502
P

7) Intimação de partes para recolhimento das custas processuais, e no caso de não cumprimento, de inscrição em dívida ativa, ante a identificação, pela Secretaria de Planejamento do TJE/PA, de vários processos de ação de busca e apreensão que têm como autoras instituições financeiras, sem intimação para recolhimento e sem inscrição em dívida ativa, cuja relação foi disponibilizada à Vara durante a Correição.

511
P

3ª VARA CÍVEL

Competência: privativa da Fazenda Pública e Cível e comércio por distribuição.

A 3ª Vara Cível tem como Juíza titular a Dra. Maria Aldecy de Souza Pissolati, desde 21/06/2007.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo um analista judiciário, exercendo o cargo de Diretor de Secretaria, e dois auxiliares judiciários, além de duas estagiárias.

Há dois servidores cedidos pela Prefeitura Municipal na Secretaria e uma servidora lotada no gabinete.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se ausência de gestão eficiente.

Os processos se encontram em estantes abertas e estão separados por fase processual, sendo que os processos da Meta 02 do CNJ não se encontram em local específico, não estando separados dos demais, e totalizam 1459 processos.

Os processos que envolvem pessoa idosa são identificados somente ou por caneta na capa ou por etiqueta na frente dos autos, tendo sido recomendado o uso de etiqueta na lateral dos processos para prioridade, considerando que se encontram misturados com os demais.

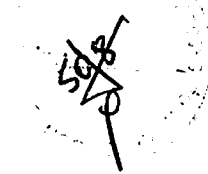
Há 12 processos da Meta 04 do CNJ (ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2012) e 70 processos da Meta 06 do CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012).

Recusado

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Tramitam 86 (oitenta e seis) ações civis públicas, excluídas as de Improbidade Administrativa, e 16 (dezesesseis) processos de improbidade excluídos os da Meta 04/CNJ.



Havia 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) cartas precatórias.

Há 7.790 processos em tramitação, incluindo os das Metas do CNJ. Segundo informação do Diretor de Secretaria, seriam 8.200 processos, havendo 1644 processos conclusos em gabinete, dos quais 106 (cento e seis) para sentença.

Há 2890 processos conclusos há mais de 100 dias para despacho ou decisão, e há 1034 processos conclusos há mais de 100 dias.

Há 68 iniciais pendentes de registro e autuação. Há 107 iniciais pendentes de despacho, 2360 intermediárias não juntadas e 2.360 intermediárias não despachadas.

Não houve preenchimento do relatório quanto à ordem de prioridade dos processos, tendo sido observado durante a correição que algumas prioridades não vêm sendo observadas, como a relacionada aos processos da Meta 02 do CNJ e aos processos envolvendo idosos.

Houve reclamação com relação às salas de depósito do Fórum de Marabá, que servem de arquivo de processos, ante a desorganização e a ausência de espaço para o encaminhamento de outros processos, o que inviabiliza a localização de feitos no caso de desarquivamento.

Há cargas muito antigas, sendo a mais antiga datada de 01/10/2001, para advogado.

Havia no Fórum de Marabá uma central de Cartas Precatórias, com designação de servidores para cumprimento por designação do Juiz Marcelo Andrei, que foi Diretor do Fórum da Comarca, entretanto, foi desativada a central e as Precatórias retornaram às Varas respectivas, pelo que, o Diretor de Secretaria ponderou a necessidade de restabelecimento da Central de Precatórias, considerando os prejuízos ocasionados com a desativação ao movimento das cartas precatórias que foram devolvidas às varas.

Nas considerações da Secretaria, há a informação de solicitação feita à Presidência do TJE/PA de mais um servidor e de mais um estagiário, desde fevereiro de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

513

513

Reclamação com relação à falta de água, que ocorre desde 2014, e também com relação à internet, tendo sido solicitada a regularização dos serviços, considerando as interrupções diárias.

A Juíza titular da Vara requereu a lotação de mais um assessor e de 01 analista na Vara, bem como 01 (um) impressora para o Gabinete. Solicitou ainda que lhe seja disponibilizado o relatório da Correição ordinária realizada pela CJCI no ano de 2014.

Diversos processos em que a magistrada se declarou suspeita por motivo de foro íntimo foram analisados pela Exma. Sra. Corregedora da CJCI e pela equipe da Correição, conforme relação em anexo, tendo sido constatado que muitos feitos se encontram paralisados, inclusive alguns envolvendo liminares na área de Saúde, com pessoas que necessitam de urgente atendimento médico, cirurgia, etc, como é o caso de um processo em que uma criança precisa se submeter à cirurgia do pulmão.

Os 03 (três) Promotores de Justiça com atuação junto à 3ª Vara Cível, Dr. Júlio César Souza Costa, dra. Mayanna da Silva Queiroz e dra. Josélia Leontina de Barros Lopes, estiveram na sala onde estavam sendo realizados os trabalhos da Correição, para conversar com a desembargadora Corregedora, ocasião em que todos os três mencionaram que não aceitam a retratação da Juíza Aldecy com relação à declaração anterior de suspeição por motivo de foro íntimo perante eles, razão pela qual, nos processos em que a magistrada voltou a atuar por ter se retratado, estão interpondo exceção de suspeição, e após informações da Juíza, estão sendo encaminhados ao TJE/PA, para análise.

RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA:

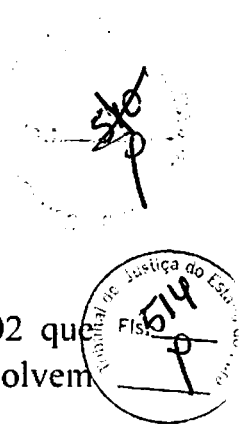
- 1) Agilização dos processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, para conclusão dos feitos;
- 2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 dias, que totalizam 2890;
- 3) Prolação de despachos nas 107 iniciais que aguardam impulso oficial e nas 2360 intermediárias;
- 4) Redução do número de processos que se encontram conclusos em gabinete, que totalizam 1644;

Recebido

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



- 5) Gestão na Secretaria/Vara, com separação dos processos da Meta 02 que requerem prioridade, e identificação na lateral dos processos que envolvem idosos, para a necessária prioridade;
- 6) Encaminhamento dos processos em que se declarou suspeita para o Juízo substituto legal (4ª Vara Cível), para agilização, havendo urgência na providência, considerando os processos que envolvem saúde de jurisdicionados e outras situações emergenciais;
- 7) Determinação de intimação de partes para o recolhimento das custas processuais, e no caso de não cumprimento, de inscrição em dívida ativa, ante a identificação, pela Secretaria de Planejamento do TJE/PA, de processos pendentes de recolhimento, cuja relação foi disponibilizada à Vara durante a correição.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1) Agilização no cumprimento dos atos em processos da Meta 02 do CNJ e da Meta 06 do CNJ;
- 2) Juntada das milhares de petições pendentes, incluindo as intermediárias;
- 3) Realização de mini mutirões em secretaria, para cumprimento dos atos processuais em atraso;
- 4) Gestão na Secretaria, com separação dos processos que requerem prioridade, como é o caso dos processos da Meta 02 do CNJ, e dos processos de idoso que precisam ser identificados com etiqueta ou tarja na lateral;
- 5) Cobrança de processos que se encontram com carga antiga (advogados, Ministério Público e Defensoria);
- 6) Encaminhamento dos processos em que a Juíza titular se declarou suspeita para o Juízo substituto legal (4ª Vara Cível), para agilização, havendo urgência na providência, considerando os processos que envolvem saúde de jurisdicionados e outras situações emergenciais;
- 7) Cumprimento imediato dos atos judiciais constantes dos processos em que a Juíza titular se declarou suspeita, e que estão pendentes de cumprimento pela Secretaria;

Assinado

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

515
P

8) Intimação de partes para o recolhimento das custas processuais, e no caso de não cumprimento, de inscrição em dívida ativa, ante a identificação, pela Secretaria de Planejamento do TJE/PA, de processos pendentes de recolhimento, cuja relação foi disponibilizada à Vara durante a correição.

4ª VARA CÍVEL

Competência: Infância e Juventude, interditos, órfãos e ausentes.

A 4ª Vara Cível tem como Juiz titular o Dr. Eduardo Antônio Martins Teixeira, desde 05/04/2010.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo dois analistas judiciários, um deles exercendo o cargo de Diretor de Secretaria.

Há uma estagiária no gabinete.

Há equipe interdisciplinar na Vara, composta por uma pedagoga, uma assistente social e uma psicóloga.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se separação dos processos por tipo de ação, acondicionados em armários fechados. Há divisão por tipo de ação: adoção, curatela, guarda, destituição do poder familiar, medidas sócio educativas, etc.

O espaço físico é muito pequeno e quase não se pode abrir a porta de entrada, considerando a existência de várias caixas com processos prontos para arquivo. Há mais de 100 (cem) caixas com processos que precisam ser encaminhados para o arquivo, entretanto, a alegação é de ausência de espaço no depósito destinado a processos arquivados.

Há 12 (doze) adolescentes provisoriamente internados, sem extrapolação do prazo máximo de 45 dias de internação provisória.

O Centro de internação está parcialmente interditado desde 25/09/2014, e os adolescentes com internação definitiva aplicada vão para o Centro de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

SIG
P

Internação em Belém, e na parte do Centro que não se encontra interdita, ficam os adolescentes provisoriamente internados.

Há 77 adolescentes cumprindo medidas sócio educativas de Liberdade assistida, semiliberdade e prestação de serviços à comunidade.

Houve reclamação com relação à necessidade de novos equipamentos de informática, pois os que estão na vara se encontram obsoletos, e reclamação com relação ao material de expediente, pois a informação é de que o atendimento é parcial ao pedido de material.

Há 01 (um) processo da Meta 02 do CNJ e há 778 processos em tramitação.

Reclamações com relação à falta de água no Fórum da Comarca, o que afeta as condições de higiene e de saúde dos servidores, e com relação à ausência de arquivo adequado para o recebimento dos processos prontos para serem arquivados, o que gera acúmulo de caixas nas unidades judiciárias, prejudicando o ambiente de trabalho dos servidores.

O ar condicionado da Secretaria está danificado e sem condições de reparo.

Há deficiência na internet, que é muito lenta, e nos equipamentos de informática.

As reavaliações da MSE em meio aberto e fechado têm sido realizadas no prazo máximo de 06 (seis) meses.

Na ordem de prioridade, são observadas primeiro liminares e pedidos de antecipação de tutela, ações da infância e juventude e alvarás de soltura, e, em segundo lugar, as iniciais e processos envolvendo idosos, e, na ordem sucessiva: por determinação do juiz, por ordem de antiguidade do processo e por ordem cronológica.

A carga de processo mais antiga data de 01/12/2014 para a Defensoria Pública.

Não há processos conclusos há mais de 100 (cem) dias no gabinete nem em Secretaria.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

Bautista

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

517
P

- 1) Agilização dos processos da META 02 DO CNJ remanescentes;
- 2) Retirada das inúmeras caixas de processos prontos para o arquivo da entrada da secretaria, o que vem dificultando a abertura da porta.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1) Retirada das inúmeras caixas de processos prontos para o arquivo da entrada da secretaria, o que vem dificultando a abertura da porta;
- 2) Agilização dos atos nos processos da Meta 02 do CNJ.

CORREIÇÃO NAS VARAS CRIMINAIS:

1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ:

Competência: Juízo Singular

A 1ª Vara Criminal tem como Juiz titular o Dr. Emerson Benjamin Pereira de Carvalho, desde 08/02/2010.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo um analista judiciário, um auxiliar judiciário e um contador exercendo o cargo de Diretor de Secretaria.

Há duas estagiárias na Secretaria e uma assessora analista judiciário do quadro no gabinete.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos acondicionados em estantes abertas. Os réus presos se encontram identificados com tarja vermelha, tendo sido analisados pela Juíza Auxiliar da CJCI todos os processos de réus presos.

Há 298 processos da Meta 02 do CNJ e há 17 processos referentes a crimes contra a Administração Pública distribuídos até 31/12/2012 (Meta 04 do CNJ).

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

518
1

Há 637 processos suspensos e há 1573 processos em tramitação.

Reclamações com relação à deficiência no quadro funcional, à internet lenta, necessidade de criação de mais uma Vara criminal e de alteração do art. 9º, inciso III, do Provimento Conjunto nº 002/2015-CJRMB/CJCI, para que seja reduzido o prazo de 40 (quarenta) dias para 20 (vinte) dias para expedição de mandados aos oficiais de Justiça, uma vez que o prazo de 40 (quarenta) dias vem estendendo de forma não razoável a duração do processo.

Na ordem de prioridade, são observados primeiro os processos de réus presos, cartas precatórias e alvarás de soltura, e depois, em ordem sucessiva: mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, por determinação do Juiz, idoso, com audiência marcada, por ordem de antiguidade do processo, por ordem cronológica.

Não foi identificada carga de processo com prazo superior a 15 dias.

Há 40 processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 188 conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Não há controle dos prazos prescricionais na contracapa dos processos.

Observou-se organização e boa gestão na Secretaria da Vara:

As ações penais envolvendo crimes contra crianças e adolescentes possuem tarjas preta e amarela, para identificação.

Os processos sentenciados estão com as Guias de execução expedidas e observou-se o cumprimento do provimento 001/2015 – CJCI – Termo de Apelação ao réu preso.

Processos de réus presos analisados durante a Correição: 08/06/2015.

1) Processo nº 0005816-87.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei 11.343/2006. Data da prisão: 08/05/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação à ré Ana Regina Costa Santos, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/06/2015, às 11:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação;

2) 0003778-05.2015.8.14.0028 – art. 157 do CPB. Data da prisão: 11/04/2015. Recebida a denúncia e citados os réus Gabriel Lopes de Souza e Antônio da Silva Soares, foi desde logo designada audiência de instrução e julgamento para

Recebido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

519
P

o dia 10/06/2015, às 09:00 horas. Apresentadas respostas escritas à acusação, em 19/05/2015 e 27/05/2015, pendentes de análise pelo Juízo;

3) 0004691-84.2015.8.14.0028 – art. 33 c/c o art. 40, inciso V, da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão do réu Elivaldo Muniz Martins: 04/05/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação ao réu, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/06/2015, às 10:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

4) 0004608.2015.8.14.0028 – art. 157, § 2º, inciso II, do CPB. Data da prisão do réu Welton Almeida da Silva: 30/04/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação ao réu, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/06/2015, às 11:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

5) 0004911-82.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão do réu Edvan Pimenta Ferreira: 14/05/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação ao réu, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/07/2015, às 10:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

6) 0004804-38.2015.8.14.0028 – art. 157 do CPB. Data da prisão do réu Mousaniel Rodrigues do Carmo. Data da prisão do réu: 07/05/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação ao réu, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/07/2015, às 09:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

7) 0006661-90.2013.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão: 17/05/2013. Rés: Márcia Erineia de Moraes de Souza e Antônia Maria dos Anjos. Sentenciado o processo em 04/02/2014 e expedido o Termo de Apelação. Expedidas as Guias de Recolhimento provisória;

8) 0002524-94.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB. Réus José Nilton Leonardo de Carvalho, Marcos Izidório Tiburco e Denilson Júnior Santos Penha. Data da prisão: 11/03/2015. Sentenciado em 08/05/2015, publicada a sentença em 12/05/2015. Expedido Termo de Apelação. Expedidas Guias de Execução provisória;

9) 0004855-49.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão do réu Maycon Saymon Silva Bandeira: 11/05/2015. Recebida a denúncia e

Bandeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

526
P

expedido mandado de citação ao réu, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 25/06/2015, às 10:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
520
P

10) 0004129-75.2015.8.14.0028 – art. 241-B do ECA. Data da prisão: 17/04/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação ao réu Fernando Vieira da Silva, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/06/2015, às 11:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

11) 0006117-34.2015.8.14.0028 – auto de prisão em flagrante art. 250 do CPB. Arbitrada fiança, pendente de recolhimento;

12) 0007348-96.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei 11.343/2006. Auto de prisão em flagrante. Data da prisão: 02/06/2015 – homologado o auto e convertida a prisão em flagrante em preventiva em 08/06/2015;

13) 0001114-98.201.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I, II e IV e art. 288 do CPB. Réus Sérgio da Silva Rodrigues Filho e Lucima Pedro da Silva Júnior. Data da prisão: 02/02/20015. Sentenciado em 10/04/2015 e expedido Termo de Apelação. Expedida Guia de Execução provisória. Interposto recurso de Apelação;

14) 0007373-12.2015.8.14.0028 – art. 213, c/c o art. 14, inciso II, do CPB. Data da prisão: 03/06/2015. Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva em 04/06/2015;

15) 0006406-64.2015.8.14.0028 – auto de prisão em flagrante – art. 155, §4º, inciso II, do CPB. Indiciado: Josimar Gaspar Souza. Data da prisão: 05/06/2015 – homologação da prisão em flagrante com concessão de liberdade provisória com aplicação de fiança e de outras medidas cautelares (em 06/06/2015). Pendente liberação do indiciado;

16) 0007371-42.2015.8.14.0028 – auto de prisão em flagrante art. 157, §2º, incisos I, II e V c/c o art. 288 do CPB. Data da prisão: 06/06/2015. Conversão da prisão em flagrante em preventiva em 07/06/2015;

17) 0006947-80.2008.8.14.0028 – art. 217-A do CPB (antigo art. 214 c/c o art. 224, alínea a, do CPB). Réu: Eronildo Felipe dos Santos. Cumprido mandado de prisão preventiva em 02/06/2015. Citado o réu na mesma data e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 08/07/2015, 10:30 horas;

520
P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Handwritten initials: SP



18) 0001729-88.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão: 17/02/2015 – réu DeJames Coelho de Sousa. Sentenciado em 08/05/2015 expedida a Guia de Execução Provisória. Expedido Termo de Apelação de acordo com o Provimento 001/2015-CJCI. Interposto recurso de apelação, com admissibilidade analisada pelo Juízo;

19) 0014242-25.2014.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB. Réus Erisvelton das Neves Lima e Francisco Willian Queiroz de Alencar. Data da prisão: 28/10/2014. Apresentados os memoriais pela defesa em 29/05/2015. Conclusos para sentença;

20) 0016882-98.2014.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB e art. 244-B do ECA. Data da prisão: 20/12/2014. Réu Ladson Silva Amorim. Memoriais Finais do MP apresentados em 15/05/2015. Não apresentados memoriais finais pela defesa. Decisão determinando a intimação do patrono para justificar a não apresentação;

21) 0004350-58.2015.8.14.0028 – art. 33, da Lei 11.343/2006. Data da prisão: 26/04/2015. Ré Maria de Jesus dos Santos Silva. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação à ré, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 02/07/2015, às 10:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência;

22) 0006224-78.2015.8.14.0028 – art. 217-A do CPB. Auto de prisão em flagrante – prisão em 26/05/2015. Homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 28/05/2015;

23) 0005015-74.2015..14.0028 – art. 155, §4º, incisos I e IV, do CPB. Réu: Leonardo Barbosa de Oliveira. Data da prisão: 20/05/2015. Recebida a denúncia e expedido mandado de citação ao réu, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/07/2015, às 15:00 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação e análise antes da audiência.

Analizados todos os processos de réus presos.

Cumprimento da meta de nivelamento do CNJ de manutenção de percentual abaixo de 40% dos réus presos provisórios.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

1) Agilização dos processos da META 02 e da META 04 do CNJ;

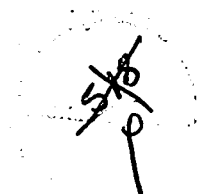
Handwritten signature: Barbosa

Handwritten signature: Mônica Maciel Soares Fonseca

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



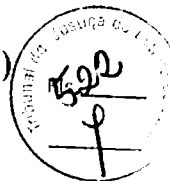
2) Agilização dos processos que se encontram conclusos há mais de 100 (cem) dias;

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

1) Agilização no cumprimento dos atos processuais nos processos da META 02 e da META 04 do CNJ;

2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

3) Controle do prazo da prescrição na contracapa dos processos (Resolução nº 35 do CNJ).



2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ:

Competência: Juízo Singular

A 2ª Vara Criminal tem como Juiz titular o Dr. Marcelo Andrei Simão Santos, desde 20/10/2011.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, havendo, além do Diretor de Secretaria, dois auxiliares de Secretaria. Há um estagiário lotado na Secretaria da Vara.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos acondicionados em estantes abertas. Os réus presos se encontram identificados com tarja vermelha, tendo sido analisados pela Juíza Auxiliar da CJCI todos os processos de réus presos.

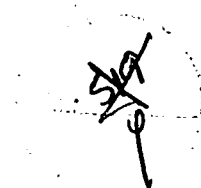
Há 508 processos da Meta 02 do CNJ e há 06 processos referentes a crimes contra a Administração Pública distribuídos até 31/12/2012 (Meta 04 do CNJ).

Há 460 processos suspensos (art. 366 do CPP) e há 1163 processos em tramitação.

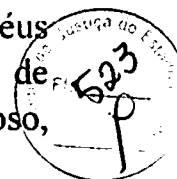
Foi formulado requerimento de equipamentos de informática atualizados, com troca de 02 computadores, leitor óptico e mais 02 (dois) servidores para auxiliar nos trabalhos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Na ordem de prioridade, são observadas primeiro processos de réus presos, e alvarás de soltura, e depois em ordem sucessiva: mandado de segurança, *habeas corpus e habeas data*, por determinação do Juiz, idoso, iniciais, por ordem de antiguidade do processo, por ordem cronológica.



A carga de processo mais antiga data de 07/01/2015 para o Ministério Público.

Há 30 processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 36 conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Não há controle dos prazos prescricionais na contracapa dos processos.

Observou-se organização e boa gestão na Secretaria da Vara.

Processos de réus presos analisados durante a Correição: 09/06/2015 e 10/06/2015:

- 1) 0005006-15.2015.8.14.0028 – art. 157 do CPB. Data da prisão: 20/05/2015. Réu: Cid Cley Queiroz da Silva. Oferecida a denúncia em 03/06/2015;
- 2) 0012178-42.2014.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão: 16/09/2014. Réus Flávio Carvalho de Sousa e Gleiciano Nunes de Oliveira. Recebida a denúncia e citados os réus, apresentaram defesa preliminar na audiência de instrução e julgamento realizada em 01/12/2014. Pendente realização da continuação da audiência de instrução. Recomendação na capa do processo;
- 3) 0003930-53.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB. Data da prisão: 15/04/2015. Réus Pablo Pereira Carneiro e Ricardo da Silva Ramos. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 06/07/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);
- 4) 0003104-27.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB. Data da prisão: 25/03/2015. Réus Valmir Santos Sousa e Welken da Silva Santos. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 07/07/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);
- 5) 0004145-29.2015.8.14.0028 – art. 155 CPB. Data da prisão: 20/04/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento

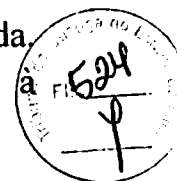
Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

524
P

para 01/07/2015, às 13:00 horas. Arbitrada fiança em 21/04/2015 não recolhida. O réu permanece preso. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);



6) 0001934-20.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB. Réu João Marcelo da Silva Cardozo. Data da prisão: mandado de prisão preventiva expedido em 27/02/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 08/07/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

7) 0006311-34.2015.8.14.0028 – art. 129, *caput*, do CPB. Auto de prisão em flagrante. Indiciado Nilson de Souza Rodrigues preso em 31/05/2015. Arbitrada fiança no valor de 01 (um) salário mínimo em 02/06/2015 não recolhida ainda;

8) 0006405-79.2015.8.14.0028 – auto de prisão em flagrante – art. 155 c/c o art. 14, inciso II e art. 307, do CPB – homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 06/06/2015;

9) 0006407-49.2015.8.14.0028 – auto de prisão em flagrante – art. 306 do CTB – homologado o auto de prisão em flagrante e arbitrada a fiança em 07/06/2015. Indiciado Antônio Santana Bezerra;

10) 0006250-76.2015.8.14.0028 – auto de prisão em flagrante – art. 33 da Lei nº 11.343/2006 – homologado o auto de prisão em flagrante em 28/05/2015. Convertida a prisão em preventiva com relação ao indiciado Werico Sena da Silva e concedida liberdade provisória à indiciada Priscilla Stefanny Gomes de Oliveira;

11) 0001526-29.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB. Réus Júnior Araújo Gomes e Walisson Oliveira Mota. Data da prisão: 10/02/2015. Conclusos para sentença;

12) 0013521-73.2014.8.14.0028 – art. 217-A do CPB. Réu Joelso Costa de Santana. Data da prisão: 11/10/2014. Pendente conclusão da instrução e julgamento designada para 21/07/2015, às 12:45 horas;

13) 0007130-68.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Réus Antônio Alves de Lima (solto) e Matheus Silva Araújo (preso). Data da prisão em flagrante: 22/05/2015. Oferecida a denúncia em 03/06/2015. Pendente o recebimento da denúncia;

Restante

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2015
9

14) 0007421-80.2010.814.0028 – art. 157, §2º, inciso I, do CPB. Preso em flagrante em 22/10/2010, com liberdade provisória concedida em 24/11/2010. Réu: Maurício Lopes da Silva – encontra-se preso na Delegacia de Capturas/DECAP de Goiânia/GO – expedida Carta Precatória para interrogatório do réu;

15) 0005700-81.2015.8.14.0028 – art. 16 da Lei 10.826/2003. Data da prisão: 04/05/2015. Réu Fernando da Silva Santos. Oferecida a denúncia em 02/06/2015;

16) 0004335-89.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Auto de prisão em flagrante. Data da prisão: 23/04/2015. Homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em 24/04/2015 – sem nenhuma outra providência nos autos desde então;

17) 0002436-56.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB. Convertida a prisão em preventiva em 08/03/2015. Oferecida a denúncia em 07/04/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 16/06/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

18) 0006313-04.2015.8.14.0028 – art. 155, *caput*, e art. 14, *caput*, do CPB. Data da prisão: 31/05/2015. Homologado o auto de prisão em flagrante e arbitrada fiança no valor de um salário mínimo em 02/06/2015, ainda pendente de recolhimento. Observação na capa do processo;

19) 0007288-26.2015.8.14.0028 – art. 14 da Lei nº 10.826/2003. Data da prisão: 30/05/2015. Homologado o flagrante em 30/05/2015. Arbitrada a fiança pela autoridade policial. Observação na capa dos autos: concluído o IPL – encaminhar ao MP, para oferecimento da denúncia. Verificar se o indiciado ainda está preso, e, após, retirar da relação de réus presos e providenciar a retirada da tarja vermelha da capa;

20) art. 14 da Lei nº 10.826/2003. Data da prisão: 24/05/2015. Homologado o flagrante em 24/05/2015. Arbitrada a fiança pela autoridade policial. Observação na capa dos autos: verificar se o indiciado ainda se encontra preso, e, após, retirar da relação de réus presos e providenciar a retirada da tarja vermelha da capa;

21) 0006308-79.2015.8.14.0028 – art. 33 e art. 40, inciso III, da Lei nº 11.343/2006. Homologado o flagrante e convertida a prisão em preventiva em

Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Av. Almirante Barroso, nº 3089 – Sala TA – 14 (Térreo) – Bairro: Souza – Belém – Pará – CEP: 66613-710 – TEL.: 3205-3535 – 3205-3534

E-mail: corregedoria.interior@tj.pa.gov.br

Handwritten signature

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

526
1

31/05/2015. Concluído o IPL – encaminhar ao MP para oferecimento de denúncia;

22) 0001440-58.2015.8.14.0028 – art. 33 c/c o art. 40, incisos III e IV, da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão: 09/02/2015. Audiência de instrução e julgamento redesignada para 18/06/2015, às 12:45 horas;

23) 0000926-31.2004.8.14.0028 – art. 12 c/c art. 14 da Lei nº 6368/1976. Réus: Carlos Gonçalves Gonçalo de Freitas e outros. Carlos Gonçalves preso na Penitenciária Industrial Regional de Cariri-PIRC, em Juazeiro do Norte/CE. Cobrança de devolução da Carta Precatória encaminhada ao Juízo do Juazeiro do Norte/CE com a finalidade de interrogar o referido réu;

24) 0002856-61.2015.8.14.0028 – art. 155, §4º, inciso I, do CPB. Réu Edilson Pereira da Silva. Data da prisão: 18/03/2015. Homologação do auto de prisão em flagrante com fiança arbitrada em 19/03/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 22/06/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

25) 0004507-31.2015.8.14.0028 – art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006 e art. 12 da Lei nº 10.826/2003. Data da prisão: 27/04/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 28/04/2015. Réu Domingos Bezerra. Oferecida denúncia em 18/05/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 20/07/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

26) 0004648-50.2015.8.14.0028 – art. 157, do CPB. Réu Lindomar Francisco Alves. Data da prisão: 30/04/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 01/05/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 15/07/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

27) 0002531-86.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Réus: Alessandro Alves da Silva e Charles Moura Cruz. Data da prisão: 10/03/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 17/06/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

Assinatura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

523
P

28) 0001033-52.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Réu Rubenilson Vieira Lima. Data da prisão: 30/01/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 02/02/2015. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 10/06/2015, às 13:00 horas. Resposta escrita à acusação apresentada (observação na capa do processo sobre análise antes da audiência);

29) 0015585-56.2014.8.14.0028 – art. 157 do CPB. Réu Jardel Souza dos Santos. Data da prisão: 25/11/2014, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 27/11/2014. Pendente avaliação clínica – exame de insanidade mental ainda não realizado;

30) 0004142-74.2015.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Data da prisão 18/04/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 19/04/2015. Réus Ricardo Leal da Silva e Maicon Luz dos Reis. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 14/07/2015, às 12:45 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

31) 0001752-34.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB. Réu Jailton Costa Cabral. Data da prisão: 16/02/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 17/02/2015. Continuação da audiência de instrução e julgamento designada para 13/07/2015, às 12:45 horas;

32) 0003998-03.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB. Data da prisão: 16/04/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva em 16/04/2015. Réu: Tiago Kayqui Rodrigues Ribeiro. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 24/06/2015, às 13:15 horas. Pendentes certidão de citação e resposta escrita à acusação (observação na capa do processo);

33) 0001084-63.2015.8.14.0028 – art. 155, §4º, incisos I e IV, art. 288 e 307 do CPB. Réus: Gustavo Pereira dos Santos Souza e outros. Data da prisão: 30/01/2015, homologado o auto de prisão em flagrante e convertida a prisão em preventiva do réu Gustavo Pereira dos Santos Souza em 31/01/2015. Concedida liberdade provisória aos réus Adriele dos Santos Reis e Ricardo Bezerra Barros. Recebida a denúncia, foi logo designada audiência de instrução e julgamento para 27/04/2015, às 09:00 horas, redesignada em virtude da ausência justificada do MP para o dia 29/06/2015, às 12:45 horas. Resposta escrita à acusação

Ribeiro

[Signature]

Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Av. Almirante Barroso, nº 3089 – Sala TA – 14 (Térreo) – Bairro: Souza – Belém – Pará – CEP.: 66613-710 – TEL.: 3205-3535 – 3205-3524
E-mail: corregedoria.interior@tj.pa.gov.br

Mônica Máciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

528
P

apresentada em nome dos réus Gustavo Pereira dos Santos Souza e Adriele dos Santos Reis, pendente de juntada e não apresentação da defesa preliminar pelo réu Ricardo Bezerra Barros (observação na capa do processo sobre análise antes da audiência);

34) 0005935-82.2014.8.14.0028 – art. 157, §3º e art. 180 do CPB. Réus Ronivon Dias de Souza e Marcos Xavier Nascimento. Prisão preventiva decretada em 25/04/2014. Pendentes alegações finais da defesa. Observação na capa do processo;

Conclusos em gabinete:

35) 0002987-36.2015.8.14.0028 – art. 157 do CPB. Réus Weligton de Sousa Nascimento e Marquimanis Severo da Silva. Data da prisão: 22/03/2015. Conclusos para sentença desde 25/05/2015;

36) 0002866-08.2015.8.14.0028 – arts. 33 e 40, inciso V, da Lei nº 11.343/2006. Réu: Wagner Silva Costa. Data da prisão: 17/03/2015. Conclusos em gabinete. Observação na capa: encaminhamento ao MP e à Defesa, para memoriais finais. Falta gravação de mídia;

37) 0002676-45.2015.8.14.0028 – art. 155, §4º, inciso II, do CPB. Réu: Geovani Damascena Silva. Data da prisão: 14/03/2015. Conclusos em gabinete desde 03/06/2015 para sentença;

38) 001579-87.2014.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB e art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Réus Sidney Arantes Carvalho Rocha e Ricardo Alves Pereira Nascimento. Data da prisão: 19/11/2014. Conclusos em gabinete desde 14/04/2015 para sentença;

39) 0009692-84.2014.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso II, do CPB. Réu Welisson dos Santos Lopes. Data da prisão: 01/08/2014. Conclusos em gabinete desde 25/05/2015 para sentença;

40) 0012584-63.2014.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Réus Roberto Pereira da Silva (preso) e Queila Araújo Pereira (solta). Data da prisão: 24/09/2014. Conclusos em gabinete. Pendentes alegações finais da defesa do réu Roberto Pereira da Silva (apresentadas os memoriais finais pelo MP e pela defesa de Queila Araújo Pereira), para prolação da sentença. Observação na capa do processo;

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

529
P

41) 0004810-45.2015.8.14.0028 – arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006. Réus Leandro Pereira Lima, Ilma Barbosa Silva e Érica dos Santos Costa. Data da prisão: 07/05/2015. Oferecida a denúncia pelo MP em 22/05/2015. Conclusos em gabinete desde 02/06/2015 para recebimento da denúncia;

42) 0016939-19.2014.8.14.0028 – art. 157, *caput*, do CPB. Réu: Robson Watila Alves Batista. Data da prisão: 27/12/2014. Conclusos em gabinete desde 21/05/2015 para sentença;

43) 0000678-42.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, inciso I, do CPB. Réu Harison dos Santos Correia. Data da prisão: 20/01/2015. Conclusos em gabinete desde 01/06/2015 para sentença;

44) 0011400-72.2014.8.14.0028 – art. 217-A do CPB. Réu Gilmar Brasil Silva. Data da prisão: 07/07/2014. Conclusos em gabinete desde 14/04/2015 para sentença;

45) 0003881-12.2015.8.14.0028 – art. 180 do CPB. Auto de prisão em flagrante. Indiciado: Alexandre Tiago de Jesus Dias. Homologado o auto de prisão em flagrante e arbitrada fiança em 25/05/2015 no valor de 01 (um) salário mínimo. Intimado o indiciado em 29/05/2015. Conclusos em gabinete. Observação na capa do processo para verificação sobre recolhimento do valor da fiança;

46) 0004214-61.2015.8.14.0028 – Data da prisão: 22/04/2015. Réu Jânio da Silva Cunha. Art. 155, *caput*, do CPB. Auto de prisão em flagrante homologado e arbitrada a fiança em 23/04/2015 pela autoridade policial, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) . Consta da decisão de homologação que foi recolhido o valor. Conclusos em gabinete. Observação na capa do processo para verificação do recolhimento, e retirada da relação de presos e da tarja vermelha da capa do processo;

47) 0005927-71.2015.8.14.0028 – art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB. Réus William Teixeira Dias e Willian Oliveira da Silva. Data da prisão: 14/05/2015. Oferecimento da denúncia pelo MP em 25/05/2015 e conclusos em gabinete desde 02/06/2015 para recebimento da denúncia;

48) 0015353-44.2014.8.14.0028 – art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Réus João Luís de Sousa e Oziel Ribeiro Aguiar. Data da prisão: 22/11/2014. Conclusos em gabinete. Pendentes análise de manifestação da defesa (sobre prova emprestada) e designação de interrogatório dos réus. Observação na capa do processo;

Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Av. Almirante Barroso, nº 3089 - Sala TA - 14 (Térreo) - Bairro: Souza - Belém - Pará - CEP: 66613-710 - TEL.: 3205-3535 - 3205-3524

E-mail: corregedoria.interior@tjpa.gov.br

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

530
P

49) 0015030-39.2014.8.14.0028 – art. 213 do CPB. Réu Aldo Araújo Nunes. Data da prisão: 28/10/2014. Pendentes alegações finais da defesa. Conclusos em gabinete desde 01/06/2015. Observação na capa do processo;

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
530
P

50) 0013312-07.2014.8.14.0028 – arts. 33 e 40, inciso V, da Lei nº 11.343/2006. Réus Benedito Neto Machado da Cruz e Francisco Célio Pereira da Silva. Data da prisão: 08/10/2014. Conclusos em gabinete desde 21/05/2015. Pendentes alegações finais da defesa do réu Benedito Neto Machado da Cruz e sentença. Observação na capa do processo.

Cumprimento da meta de nivelamento do CNJ de manutenção de percentual abaixo de 40% dos réus presos provisórios.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1) Agilização da conclusão dos processos de réus presos, uma vez que foi constatado que em alguns há conclusão para sentença há quase 60 (sessenta) dias;
- 2) Agilização dos processos da META 02 e da META 04 do CNJ;
- 3) Agilização dos processos que se encontram conclusos há mais de 100 (cem) dias.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1) Agilização dos processos de réus presos e atualização da relação de presos, considerando que alguns já haviam sido liberados e permaneciam na lista, com retirada da tarja vermelha da capa do processo;
- 2) Agilização dos processos da META 02 e da META 04 do CNJ;
- 3) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;
- 4) Controle do prazo da prescrição na contracapa dos processos (Resolução nº 35 do CNJ).

3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ:

Competência: Violência doméstica e familiar contra a mulher e Tribunal do Júri.

A 1ª Vara Criminal tem como Juiz titular o Dr. Murilo Lemos Simão, desde 23/10/2009.

Monica Soares



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 04 (quatro) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo dois analistas judiciários, um deles a Diretora de Secretaria, um auxiliar judiciário e um assistente administrativo. Há dois estagiários na Secretaria e há uma assessora jurídica comissionada no gabinete.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos acondicionados em estantes abertas. Os réus presos se encontram identificados com tarja vermelha e os processos de medidas protetivas se encontram identificados com tarja verde, havendo separação na Secretaria entre os processos de violência doméstica e familiar (em caixas amarelas nos armários do lado direito) e os processos do Tribunal do Júri (em caixas vermelhas, nos armários do lado esquerdo na sala da Secretaria).

Foram realizadas 48 Sessões do Tribunal do Júri no ano de 2014. De janeiro a maio de 2015, realizaram-se 07 sessões do Júri, havendo mais 11 designadas.

Há 52 processos da Meta 02 do CNJ.

Há 656 processos suspensos e há 384 processos em tramitação, sendo 271 de violência doméstica e 113 de crimes dolosos contra a vida, havendo ainda 268 medidas protetivas.

Reclamações com relação à deficiência no quadro funcional, ao Sistema Libra (deficiência nos relatórios), espaço físico apertado, falta de água no Fórum, o que impossibilita o uso dos banheiros tornando indignas as condições de trabalho dos servidores.

Reclamação do Juiz com relação à redistribuição da competência do Tribunal do Júri no ano de 2011 da 1ª e da 2ª Varas criminais para a 3ª Vara, com prejuízo ao atendimento à mulher em situação de vulnerabilidade.

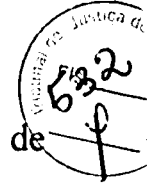
Não há equipe interdisciplinar para atender mulheres vítimas de violência.

Não há controle dos prazos prescricionais na contracapa dos processos.

Na ordem de prioridade, são observadas primeiro alvarás de soltura, e depois em ordem sucessiva: réus presos, pedidos liminares e de antecipação de tutela (medidas protetivas), mandado de segurança, *habeas corpus* e *habeas*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



data, outro audiências e jüris designados), iniciais, idoso e por ordem de antiguidade do processo, por determinação do Juiz.

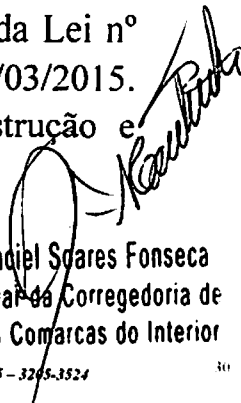
A carga mais antiga data de 02/03/2015 para o Ministério Público.

Há 28 processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e 71 conclusos há menos de 100 (cem) dias.

Observou-se organização e boa gestão na Secretaria da Vara.

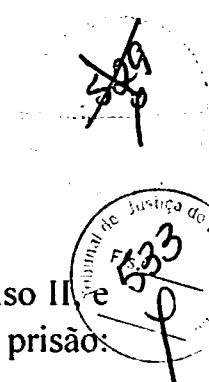
Processos de réus presos analisados durante a Correição: 09 e 10/06/2015:

- 1) 0005122-55.2014.8.14.0028 – art. 121, §2º, inciso II, do CPB. Réu Sandro Alves da Silva. Data da prisão: 28/04/2014. Transferido para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em 14/05/2014. Ainda não instaurado o incidente de insanidade mental do réu. Pendente devolução de Carta Precatória de citação dirigida ao juízo da comarca de Santa Izabel do Pará, cuja cobrança ocorreu em 02/06/2015. Observação na capa sobre a necessidade de instauração de incidente de insanidade mental;
- 2) 0016891-60.2014.8.14.0028 – art. 121, §2º, incisos II e IV, do CPB. Data da prisão: 24/12/2014. Internado no HCTP. Memoriais finais apresentados pelo MP. Instaurado o incidente de insanidade mental em apartado. Suspenso aguardando perícia;
- 3) 0002038-12.2015.8.14.0028 – art. 121, §2º, inciso IV, do CPB. Data da prisão: 01/03/2015. Denúncia oferecida pelo MP em 13/03/2015. Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/06/2015, às 10:00 horas;
- 4) 0006404-94.2015.8.14.0028 – art. 129, §9º, do CPB. Data da prisão: 04/06/2015, com fiança arbitrada pela autoridade policial no valor de R\$ 3.176,64. Homologado o flagrante em 05/06/2015. Mantido o valor da fiança arbitrado pela autoridade policial ainda não recolhido. Pendente conclusão do IPL;
- 5) 0003283-58.2015.8.14.0028 – art. 129, §9º, do CPB c/c o art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Réu: Jairo Reis Saraiva Nabate. Data da prisão: 28/03/2015. Oferecida a denúncia em 09/04/2015. Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/06/2015, às 09:00 horas;


Mônica Madiel Soares Fonseca
Juiza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



6) 0010593-23.2012.8.14.0028 – art. 121, §2º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II e art. 29 do CPB. Réus Altobelle Silva Cavalcante e outros. Data da prisão: 15/11/2012. Designada Sessão do Tribunal do Júri para 06/08/2015;

7) 0005401-41.2014.8.14.0028 – art. 121, §2º, inciso I, c/c o art. 29 do CPB. Data da prisão: 04/04/2014. Réus Vagner Vieira Matos e Rodrigo Carvalho da Silva. Designada sessão do Júri para o dia 25/06/2015;

8) 0000022-22.2014.8.14.0028 – art. 121, *caput*, c/c o art. 121 c/c o art. 14, inciso II, do CPB. Réu Maciel Souza Dias. Data da prisão: 01/01/2014. Oferecimento da denúncia: 29/01/2014. Sessão do Júri designada para 27/07/2015.

Todos os réus presos foram analisados.

Recomendação ao Juízo da 3ª Vara de observância do Provimento nº 002/2015-CJCI.

Cumprimento da meta de nivelamento do CNJ de manutenção de percentual abaixo de 40% dos réus presos provisórios.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1) Agilização dos processos da META 02 do CNJ;
- 2) Agilização dos processos que se encontram conclusos há mais de 100 (cem) dias;
- 3) Prioridade aos processos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1) Agilização dos processos da META 02 e da META 04 do CNJ;
- 2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias;
- 3) Controle do prazo da prescrição na contracapa dos processos (Resolução nº 35 do CNJ);
- 4) Prioridade no cumprimento de atos processuais nos processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Handwritten signature

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



VARA DE EXECUÇÕES PENAIS:

Competência: Execução de pena privativa de liberdade e de penas e medidas alternativas.

A Vara de execuções penais da comarca de Marabá se encontra atualmente sem Juiz titular, uma vez que o Juiz Geraldo Leite foi removido para Paragominas. Está respondendo pela Vara o Juiz substituto Daniel Gomes Coelho, desde 28/05/2015.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo um auxiliar judiciário (motorista), exercendo o cargo de Diretor de Secretaria, uma analista judiciário e uma auxiliar judiciário. Há 03 (três) estagiários na Secretaria e uma assessora comissionada no gabinete.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos acondicionados em estantes abertas.

O juiz realiza visita mensal ao Centro de Recuperação Regional Mariano Antunes (CRRAMA) e à Central de Triagem (CTMM).

Há 2033 processos de execução penal em tramitação.

Havia 11 (onze) iniciais pendentes de despacho, 12 (doze) intermediárias não juntadas, 06 (seis) intermediárias não remetidas à conclusão e 39 (trinta e nove) intermediárias não despachadas.

Havia 256 processos conclusos (há menos de 100 dias).

A Secretaria adota, com relação à organização judiciária, a metodologia do “Projeto Eficiência” do CNJ, do qual participou o Diretor de Secretaria da Vara como convocado pela equipe do DMF/CNJ para implementar modelo metodológico em diversas varas de execução penal dos Tribunais Estaduais, tendo também participado de mutirões carcerários em São Paulo/SP e em Belém/PA.

A metodologia adota escaninhos calendário para controle de prazos, nos quais os processos com o respectivo cálculo de liquidação de pena atualizado são separados em escaninhos com o mês em que o apenado alcançará lapso



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

535
P

temporal para benefícios de progressão de regime e livramento condicional, além do controle feito através de banco de dados, encontrando-se armazenadas as datas de benefícios, sendo feito através de filtros no sistema informatizado o período solicitado, como, por exemplo, os apenados que alcançarão lapso para benefício nos próximos três meses, ou a relação de apenados que por ventura estejam com datas vencidas para obtenção de benefícios.

A organização do trabalho é feita em formato de ilhas de trabalho. O cumprimento dos despachos é feito de acordo com a ordem cronológica da decisão/despacho, respeitando-se os casos prioritários como, por exemplo, apenados cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto, e ainda situações de prisão domiciliar para tratamento de saúde, transferência da comarca, liberação de pecúlio, audiência designada, etc.

As audiências coletivas ou concentradas são realizadas semanalmente, com a análise dos processos em que os apenados tenham alcançado lapso temporal para progressão de regime, livramento condicional, trabalho externo ou saída temporária, oportunidade em que, em audiência, o Ministério Público se manifesta sobre o benefício, e, em seguida, o magistrado decide.

A carga mais antiga data de 10/02/2014, para o Ministério Público.

Nas considerações feitas pelo Diretor de Secretaria, há relato de dificuldades relacionadas à autuação de novas guias de recolhimento provisórias ou definitivas, pois além das guias eletrônicas recebidas via Sistema LIBRA, que ainda demandam cadastramento, a Vara também recebe guias por meio físico, oriundas da distribuição, fato agravado com a exoneração da servidora Delaine Moura da Silva, em 08/05/2013, não tendo sido lotado outro servidor para substituí-la.

Reclamações com relação à internet, pois a demanda por utilização dos diversos sistemas e aplicativos do TJE ou que dependem da rede são inviabilizados ante a péssima prestação de serviço de internet.

Nas considerações do magistrado, consta que são realizados mutirões internos para atualização de Guias de Recolhimento pendentes de autuação, e que há deficiência do quadro de servidores, tendo sido solicitada pelo Juízo à Presidência do TJE/PA a lotação de 02 analistas, 01 auxiliar judiciário e 02 estagiários, através do Ofício 1157/2014 – 7ª VEP, encaminhado em

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliadora Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

538
P

20/08/2014, via Sigadoc (Protocolo PA-OFI-2014/08105) e reiterado através do Ofício encaminhado via Sigadoc nº PA-OFI-2015/05967.

Há equipe interdisciplinar composta por 01 assistente social, 01 pedagoga e 01 psicóloga.

A unidade judiciária possui os seguintes projetos sociais e pedagógicos em andamento: “Pai Presente: Resgatando a Paternidade no Cárcere”, “Libertação” e “Biblioteca dos Saberes”.

Os processos de execução penal são arquivados somente após o término do cumprimento da pena, o que acarreta aumento na taxa de congestionamento da Vara.

Foi feita a análise de 10 processos por amostragem (em anexo).

O presídio vinculado ao Pólo de Redenção foi parcialmente interditado, o que fez com que aumentasse o número de presos transferidos para o CTMM (Centro de Triagem Masculino de Marabá), acarretando rebeliões e outros tumultos.

Na ordem de prioridade, são observadas primeiro alvarás de soltura, e depois em ordem sucessiva: réus presos, pedidos liminares e de antecipação de tutela (medidas protetivas), por ordem cronológica, iniciais, por determinação do Juiz, idoso e por ordem de antiguidade do processo.

Observou-se organização e boa gestão na Secretaria da Vara.

Há 10 (dez) comarcas abrangidas pela VEP de Marabá: Jacundá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Rondon do Pará, Curionópolis, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Itupiranga e Tucuruí.

Há 706 (setecentos e seis) presos do sexo masculino e 106 (cento e seis) presas – sexo feminino.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1) Cobrança de processos com carga antiga para MP, Defensoria e Advogado;
- 2) Agilização dos processos que se encontram conclusos;
- 3) Despacho de iniciais pendentes em Secretaria.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

533
P

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1) Agilização dos processos conclusos;
- 2) Cumprimento de juntada de petições, e encaminhamento de iniciais pendentes após autuação.

Segue análise, em anexo, de processos por amostragem.

VARA AGRÁRIA E JUIZADO CRIMINAL AMBIENTAL:

Competência: feitos cíveis envolvendo ações sobre conflitos coletivos pela posse e propriedade de áreas com destinação rural, feitos afetos ao meio ambiente e política agrícola, agrária, fundiária, ao crédito, tributação, previdência rural e registros públicos, no que se refere a áreas rurais.

O titular da Vara Agrária e do Juizado Criminal Ambiental é o Dr. Amarildo José Mazutti, titular desde 18/05/2015.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, sendo 01 (uma) analista judiciário e 02 (dois) auxiliares judiciários. Há 02 (dois) oficiais de Justiça. A assessora é comissionada.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos separados por fase processual em armários fechados, o que demonstrou gestão por parte da Diretora de Secretaria.

Há 158 processos físicos, sendo 150 processos judiciais e 08 procedimentos administrativos de desbloqueio de matrícula que correm sem tramitação no Sistema Libra. Na contagem física, foram incluídos os julgados.

Há 37 processos da META 02 do CNJ, 31 pendentes de julgamento.

A carga mais antiga data de 06/03/2015, para o Ministério Público.

Há 26 (vinte e seis) processos paralisados em Secretaria por falta de cumprimento de ato judicial há mais de 100 dias e há 05 (cinco) processos conclusos há mais de 100 dias.

Mônica Maciel Soares Fonseca



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

538
P

Há ainda 58 processos conclusos há menos de 100 dias.

Não há processos em pré-conclusão.

A Vara agrária possui jurisdição sobre 23 (vinte e três) Municípios relacionados no Formulário de Correição.

Na ordem de prioridade, são observadas primeiro as iniciais, e depois, na ordem sucessiva: idoso, com audiência designada, pedidos de liminares e de antecipação de tutela, por determinação do juiz, por ordem de antiguidade do processo e por ordem cronológica.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1) Agilização dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 dias, uma vez que considerando o acervo processual, é possível movimentação mais rápida dos feitos.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1) Agilização no cumprimento dos atos de processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Cumprimento de atos de processos que estão em atraso (há mais de 100 dias).

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL:

Funciona junto com a Vara Agrária, tendo como Juiz titular o Dr. Amarildo Mazutti, desde 18/05/2015.

A Secretaria é a mesma onde funciona a Vara Agrária, com os mesmos servidores.

Há 102 processos, dos quais 76 estão em andamento e 26 em período de prova decorrente da suspensão condicional do processo.

Há 15 (quinze) processos da Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

539
P

- 1) Agilização e julgamento dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 dias, uma vez que considerando o acervo processual, é possível movimentação mais rápida dos feitos.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1) Agilização no cumprimento dos atos de processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Cumprimento de atos de processos que estejam em atraso (há mais de 100 dias).

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL:

A 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal tem como Juiz titular o Dr. Cristiano Magalhães Gomes, desde 25/08/2010.

DO QUADRO FUNCIONAL:

A Vara conta com 04 (quatro) servidores do quadro do TJE/PA, sendo três lotados na Secretaria, 01 (uma) analista judiciário, exercendo o cargo de Diretora de Secretaria e 02 (dois) auxiliares judiciários, além de 01 (um) estagiário, e há um auxiliar judiciário lotado no Gabinete e um assessor jurídico.

Há 2502 processos cíveis e 576 processos criminais.

Há 143 (cento e quarenta e três) processos cíveis da Meta 2 pendentes de julgamento e 52 (cinquenta e dois) processos criminais da Meta 2.

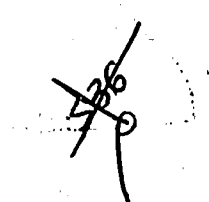
Havia 5 (cinco) iniciais pendentes de despacho, 20 (vinte) intermediárias não juntadas e 20 (vinte) intermediárias não remetidas à conclusão.

Há 92 processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial por menos de 100 dias e há 1974 (mil, novecentos e setenta e quatro) processos conclusos há mais de 100 dias.

Segundo informações colhidas na Correição, havia muitos processos que teriam sido sentenciados em audiência, mas que não haviam sido cadastradas as sentenças no sistema, em virtude da instabilidade do sistema e o fato de magistrado titular responder por outras Varas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Havia processos criminais paralisados há mais de 05 (cinco) anos, sem qualquer movimentação processual.

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos criminais, organizados em armários fechados, o que demonstrou gestão por parte da Diretora de Secretaria, sendo os cíveis tramitados todos pelo PROJUDI.



Na ordem de prioridade, são observadas primeiro pedidos de liminares e de antecipação de tutela, e, em ordem sucessiva: idoso, por ordem de antiguidade do processo, com audiência designada, iniciais, por determinação do juiz.

A carga mais antiga data de 25/03/2015, ao Ministério Público.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1) Agilização dos processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, em número excessivo (mais de 1974);
- 3) Cadastramento no PROJUDI das sentenças cíveis e no LIBRA das sentenças criminais;
- 4) Necessidade de despacho das iniciais e intermediárias.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1) Dar prioridade ao cumprimento dos atos em processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Encaminhamento ao Juiz das iniciais pendentes de despacho;
- 3) Juntada de intermediárias pendentes.

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL:

A 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal está atualmente sem Juiz titular, e quem está respondendo é o Juiz Cristiano Magalhães, titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal, desde 03/06/2015.

DO QUADRO FUNCIONAL:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

[Handwritten signature]

A Vara conta com 03 (três) servidores do quadro do TJE/PA, lotados na Secretaria, dos quais 02 (dois) são analistas judiciários, sendo que a servidora Moema Belusso está exercendo o cargo de Diretora de Secretaria, e antes estava lotada na 1ª Vara Cível, e um auxiliar judiciário. Há 03 (três) estagiários na Secretaria, não havendo servidor no gabinete no momento.

[Circular stamp: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ]
[Handwritten number: 1241]
[Handwritten signature]

DA SECRETARIA DA VARA:

Na Secretaria da Vara, observou-se organização dos processos criminais, separados por ato processual em armários fechados, o que demonstrou gestão por parte da Diretora de Secretaria.

A 2ª Vara do Juizado especial foi instalada em 2014 e começou a funcionar em janeiro de 2015, tendo recebido vários feitos cíveis e criminais da 1ª Vara do Juizado Especial, por redistribuição.

Há 2.349 processos cíveis em tramitação e 988 processos criminais.

Aparecem 563 processos cíveis da Meta 2 do CNJ, entretanto, a maioria estaria julgada, em fase de execução, segundo informação da Diretora de Secretaria.

Havia 46 petições intermediárias não juntadas.

Havia diversos documentos pendentes de análise e juntada deixados pela antiga gestão, documentos soltos pela Secretaria e não armazenados adequadamente. Aos poucos, a nova Diretora de Secretaria está localizando e juntando, tendo sido recomendada a designação de um servidor para, pelo menos uma vez por semana, fazer averiguação desses documentos no sistema, para dar andamento.

Há 33 processos criminais conclusos para análise e, pelo Projudi, havia 714 processos cíveis conclusos para análise de petições.

Havia mandado com oficial de justiça há 98 dias e a carga mais antiga estava datada de fevereiro de 2015.

Houve reclamação com relação à falta de água nos banheiros, tornando o ambiente insalubre e sem condições de higiene básicas.

Não há setor para atermação, sendo realizada na sala da Secretaria.

[Handwritten signature]

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

488
P

Reclamação da Diretora de Secretaria quanto à falta de material de expediente, tendo informado que o que possuem foi doado por outras Secretarias, apesar de ter sido solicitado o material pelo Thema.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO QUE RESPONDE PELA VARA:

542
P

- 1) Agilização dos processos das Metas 02;
- 2) Agilização dos processos conclusos há mais de 100 dias.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1) Agilização no cumprimento dos atos em processos da Meta 02 do CNJ;
- 2) Cobrança dos mandados à Central de mandados, pois há mandados com oficial de justiça há 98 dias;
- 3) Juntada das petições pendentes, incluindo as intermediárias;
- 4) Designação de servidor para, uma vez por semana, fazer a triagem dos documentos pendentes no sistema, dando a destinação adequada.

A Exma. Sra. Desembargadora Corregedora da CJCI, ao final da Correição, realizou **REUNIÃO** com os magistrados e Diretores de Secretaria de todas as Varas da comarca de Marabá, para expor alguns problemas identificados durante a Correição, e para solicitar algumas providências mais urgentes.

A Juíza auxiliar da CJCI, Mônica Maciel Soares Fonseca, e o Juiz auxiliar da CJCI, José Antônio Cavalcante, também fizeram alguns esclarecimentos durante a reunião. Alguns magistrados e diretores de Secretaria pediram a palavra e expuseram suas dificuldades.

CORREIÇÃO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS DO FÓRUM DE MARABÁ:

UNAJ – Unidade Regional de Arrecadação.

Está funcionando na sala da Secretaria Administrativa do Fórum desde abril de 2014.

Há 02 servidores trabalhando no setor e as condições estruturais são ruins.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

543

A sala originária era a primeira sala do corredor principal do Fórum, do lado esquerdo, entretanto, como é muito pequena e sem circulação de ar, houve mudança para a sala onde funciona atualmente.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
543
p

Há problemas de instalação e na parte elétrica da central de ar condicionado, tendo ocorrido queima do equipamento, razão pela qual não está funcionando.

A Comarca de Marabá é a terceira em arrecadação.

DIREÇÃO DO FÓRUM DE MARABÁ:

O Fórum foi reinaugurado em 24/01/2011, após ampliação do prédio com novas salas, mas se apresenta pequeno para acomodação das varas e setores administrativos.

Há frequente falta de água, em virtude de problema em 02 (duas) bombas, que se encontram queimadas, e na caixa d'água, o que gera situação de insalubridade para os servidores e Juízes que trabalham no local.

O piso externo está manchado e encardido, precisando de material específico para limpeza.

Os banheiros públicos e de alguns funcionários e gabinetes estão com constante vazamento de água e/ou entupidos e não há banheiro que garanta acessibilidade para portadores de necessidades especiais, havendo dois servidores nessa circunstância, sendo que um servidor cadeirante tem que se deslocar à sua residência quase diariamente, quando precisa ir ao banheiro.

Setor de arquivo inexistente no Fórum. Há um amontoado de caixas com processos, sem catalogação, não havendo servidor responsável pelo arquivamento e desarquivamento, o que dificulta a todas as Varas a localização de processos, inviabilizando muitas vezes o atendimento aos pedidos de desarquivamento. Seguem, em anexo, fotos das salas do Fórum destinadas a acondicionar processos para arquivo.

Todas as Varas são atingidas com esse problema, com destaque especial para a Vara da Infância e Juventude (4ª Vara), na qual há mais de 100 caixas com processos para arquivar que se encontram na entrada da pequena sala da Secretaria, e também embaixo da mesa do Diretor de Secretaria, o que está dificultando até a abertura da porta da Secretaria.

Mônica

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

540



A comarca conta com 09 (nove) veículos, entre carros e motos, conforme descrição feita no formulário anexo.

O mapa geral dos servidores do Fórum de Marabá se encontra em anexo.

CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO:

A Central de distribuição funciona no Bloco I, segunda sala, à esquerda, a qual apresenta infiltração, ocasionando mofo e escurecimento da parede.

O setor conta com 02 (duas) servidoras do quadro do TJE/PA, analistas judiciárias e 01 (uma) servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Marabá e há 01 (uma) estagiária.

Em 2015, houve movimentação de 5.658 ações cíveis e criminais.

As condições estruturais são regulares e as condições de limpeza e higiene são consideradas boas.

SETOR DE PROTOCOLO DO FÓRUM DE MARABÁ:

O espaço destinado ao Protocolo no Fórum é pequeno, e as condições estruturais são regulares.

Houve reclamação com relação aos problemas de falta de água, o que gera mau cheiro nos banheiros que ficam próximos à sala do Protocolo, razão pela qual as condições de limpeza e higiene estão precárias.

A porta giratória está sem funcionamento.

Os computadores estão obsoletos.

Há 02 (dois) servidores designados para o setor de protocolo.

ALGUMAS PROVIDÊNCIAS PONTUAIS:

1 – Sugere-se a expedição de Ofício ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do TJE/PA, solicitando que, se possível, interceda junto aos setores responsáveis, para a agilização da análise do pedido de solução para o problema de falta de água no Fórum de Marabá, que vem ocasionando situação de insalubridade aos magistrados, servidores e jurisdicionados, considerando, sobretudo, a precária utilização dos banheiros, além de solicitação de análise de pedidos formulados pelos magistrados com relação à deficiência no quadro funcional, alguns desde

Marabá

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

545
p


2014, bem como a questão relacionada à demora no encaminhamento do material de expediente feito através do THEMA;

2 – A situação da 1ª, da 2ª e da 3ª Varas Cíveis é preocupante, pois envolve o acúmulo de processos, o que gera sobrecarga de serviço e, de certo modo, ineficiência na prestação jurisdicional, deficiência no quadro funcional, sobretudo na 2ª Vara, o que justifica se pensar na instalação de, pelo menos, mais 02 (duas) varas cíveis, já tendo sido criadas, inclusive, mais 03 varas para a comarca de Marabá, ainda não instaladas, o que esbarra na ausência de espaço físico, o que requer atenção especial para solução urgente;

3 – A ausência de setor de arquivo tem prejudicado todas as Varas, havendo necessidade também de se pensar na locação de prédio próximo para urgente solução desse problema.

É o Relatório, que submetemos à análise da Exma. Sra. Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, Corregedora de Justiça das comarcas do interior.


Belém, 19 de junho de 2015.


MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Desembargadora/Corregedora de Justiça da CJCI

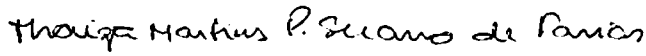

MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


JANE VIEIRA ALCÂNTARA NEVES
Chefe de Gabinete da CJCI


ELIAS SALOMÃO ABUEIAD NETO
Assessor Jurídico da CJCI


MARCO ANTÔNIO PEDROSA ARAÚJO
Assessor Jurídico da CJCI

CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário da CJCI


THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora jurídica da CJCI

Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



SIGA-DOC: PA-MEM-2015/25433

Belém, 17/11/2015

540
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PROCESSO Nº 2015.7.002395-8

REQUERENTE: CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR - CJCI

ASSUNTO: CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE MARABÁ

DECISÃO/OFÍCIO Nº 4400/2015 – CJCI

Tratam-se os autos sobre **RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA** realizada na Comarca de Marabá entre os dias 08 a 12.06.2015, realizada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, Doutora Maria do Céu Maciel Coutinho, Excelentíssimos Senhores Juizes Auxiliares, Doutores José Antônio Ferreira Cavalcante e Mônica Maciel Soares Fonseca, e demais membros da equipe.

Durante a estada na referida Comarca, constataram-se alguns problemas que podem vir a prejudicar o desempenho da atividade jurisdicional, conforme abaixo.

Verificou-se que Fórum estava sem água, uma vez que as bombas estavam queimadas; problemas com acesso à internet; desorganização e ausência de espaço físico no arquivo e depósito, fazendo com que muitos processos sejam acautelados em caixas dentro das Secretarias.

Algumas Varas pontuaram mais especificadamente os problemas enfrentados, conforme abaixo:

- A 4ª Vara Cível solicitou providências quanto ao pequeno espaço físico da Secretaria, que ainda está menor em razão do número de caixas com processos arquivados guardados atrás da porta de entrada, dificultando a entrada e saída de pessoas; o Centro de Internação para menores está parcialmente interditado desde 25.09.2014; os equipamentos de informática são insuficientes, não há materiais de expediente suficientes e o aparelho de condicionador de ar da Secretaria está quebrado e sem condições de reparos.

M. Coutinho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- A **1ª Vara Criminal** está com quadro de servidores deficitário, tendo sido solicitado ainda, pelo Magistrado, a criação de outra Vara.
- A **2ª Vara Criminal** já fez requerimento para receber novos equipamentos de informática e para designação de novos servidores.
- A **3ª Vara Criminal** está com quadro de servidores deficitário e espaço físico insuficiente, não havendo, inclusive, equipe interdisciplinar para atendimento de mulheres vítimas de violência. O Magistrado reclamou sobre a redistribuição, no ano de 2011, da competência do Tribunal do Júri.
- A **Vara de Execuções Penais** relatou que em virtude da interdição parcial do Centro de Recuperação de Redenção, muitos presos foram transferidos para a Central de Triagem Masculina de Marabá – CTMM, causando muitas rebeliões e problemas de gestão.
- O **2º Juizado Especial Cível e Criminal** não tem setor de atermção, sendo realizado dentro da Secretaria e na presença dos demais servidores.
- A **UNAJ** está com precariedade estrutural, não tendo, inclusive, aparelho de condicionador de ar, uma vez que acabou queimado por problemas de instalação.
- O **Protocolo** tem máquinas antigas, dificultando na agilidade do serviço.

Diante do que fora relatado acima, faz-se necessária a adoção de algumas providências, razão pela qual a Secretaria desta Corregedoria de Justiça deverá encaminhar cópia do Relatório Correicional e da presente Decisão:

1) À **Presidência deste E. Tribunal**, para conhecimento e adoção de providências que entender cabíveis;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR


1117
2) À Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, para conhecimento e adoção de providências que entender cabíveis, com relação à interdição parcial do Centro de Internação de menores e do Centro de Recuperação de Redenção.

11103
3) À Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE, para conhecimento e adoção de providências que entender cabíveis com relação à interdição parcial do Centro de Recuperação de Redenção.

Esta decisão servirá como ofício.

À Secretaria, para as devidas providências.

Belém/PA, 10 de novembro de 2015.


Des^a. MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



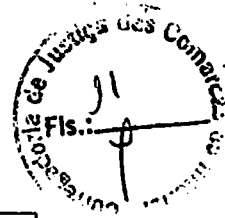
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PA
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

NO. PROCESSO: 2015.7.002395-8

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 23/07/2015

CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ EDITAL Nº 001/2015-CJCI PERÍODO: 08 a 12/06/2015 Juiz Corregedor: Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1º VARA CÍVEL
1.2 COMPETÊNCIA: FAMÍLIA, CÍVEL E COMÉRCIO
1.3 MAGISTRADO (A): CÉSAR DIAS DE FRANÇA LINS (ATO JUDICIAL Nº 019/2009)
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde MARÇO/2009
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO:
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever:
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado.
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: CÉSAR DIAS DE FRANÇA LINS – Desde março/2009
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: DANIEL GOMES COELHO – 02 e 03/JUN/2015 DANIEL GOMES COELHO - 13/ABR a 27/MAI/2015 DANIEL GOMES COELHO – 02 a 03/JUN/2014 DANIEL GOMES COELHO - 03/FEV a 04/MAR/2014 DANIEL GOMES COELHO – 01 a 30/NOV/2013 WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA - 04 a 07/OUT/2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ELAINE NEVES DE OLIVEIRA - 12 a 14/AGO/2013 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA - 11 a 09/ABR/2013		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Não há ausência anormal do magistrado da Comarca.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: NÃO HÁ		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: NÃO HÁ		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: NUNCA HOUE.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
15-DANIEL GOMES COELHO	13/04/2015	27/05/2015
14-DANIEL GOMES COELHO	01/01/2015	31/01/2015
13-DANIEL GOMES COELHO	03/02/2014	04/03/2014
12-DANIEL GOMES COELHO	01/11/2013	30/11/2013
11-WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA	04/10/2013	07/10/2013
10-ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	12/08/2013	14/08/2013
09-CRISTIANO MAGALHÃES GOMES	01/02/2013	04/02/2013
08-ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	11/03/2013	09/04/2013
07-ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	01/06/2012	16/09/2012
06-ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	01/09/2011	30/09/2011
05-CLAUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO MOURA	01/08/2011	31/08/2011
04-ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	01/07/2011	31/07/2011
03-MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	01/06/2011	30/06/2011
02-ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	09/05/2011	31/05/2011
01-SARA AUGUSTA PEREIRA DE OLIVEIRA	01/02/2011	28/02/2011
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: MARCO SOUZA E SILVA TORRES – Portaria nº 5115/2012 Cargo: Assessor de Juiz: Nome: LEANDRO AVILA RAMALHO - Portaria nº 2139/2013 Cargo: Analista Judiciário/Direito Nome: WALTER DIAS SANTIAGO - Portaria nº 0871/1993 Cargo: Auxiliar Judiciário Nome: FERNANDA FERREIRA DA SILVA Cargo: Estagiária		
4.2 SECRETARIA: Nome: JOSIAS ALVES DA SILVA - Decreto Governamental de 1989 Cargo: Diretor de Secretaria Ato de nomeação: PORTARIA Nº 046/2015 - Dir. do Fórum Ato de lotação: OBS1: O servidor supra fez concurso para escrivão judicial, cargo o qual ocupa atualmente e que se encontra em suplementar extinção; OBS 2: Não possui o 3º grau, sendo que está concluindo o curso de Administração para requerer o seu enquadramento funcional, conforme Lei nº 6.969/2007, cujo		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



prazo termina em 2017.

Nome: LIVIA SILVA FREIRE - Portaria nº 2139/2013
Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO

Nome: JACKSON DE ASSIS SANTANA
Cargo: ESTAGIÁRIO

Nome: LETICIA BARRETO CABRAL DA SILVA
Cargo: ESTAGIÁRIA

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
MAYANNA DA SILVA QUEIROZ

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
JOSÉ ERICKSON FERREIRA RODRIGUES

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim

6. APOIO A ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

Prejudicado, em virtude da atribuição da Direção/Secretaria do Fórum

6.1.1 FROTA:

Prejudicado, em virtude da atribuição da Direção/Secretaria do Fórum

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDE SATISFATORIAMENTE AS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado, pois a unidade não precisa dos veículos do Fórum.

6.2 INFORMÁTICA:

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom (x) Regular () Ruim

Justificar: Sinal de internet inconstante, com freqüentes dificuldades de acesso.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05 (Cinco)

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1civelmaraba@tjpa.jus.br

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(x) Bom () Regular () Ruim

Justificar: A grande maioria dos processos não está deteriorada, e está devidamente autuada.

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar: Os Documentos, durante o seu trâmite, são organizados em pastas "A/Z", sendo que após, são arquivados em pastas no alto das estantes de processos, devido ao grande número.

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM

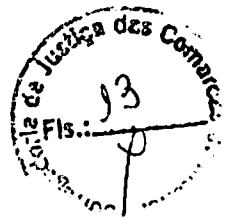


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não Justificar:	
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (x) Sim () Não Justificar: Não há noção de gerenciamento de processos.	
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (x) Sim () Não Justificar:	
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (x) Sim () Não Justificar: Há 84 processos pendentes de arquivamento, conforme ANEXO I, em razão do número reduzido de servidores, há grande dificuldade de dar vazão a todo o expediente interno da Secretaria.	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? A resenha é feita no gabinete, diariamente e os processos já chegam na Secretaria resenhados e finalizados.	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL	
8.1 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE 9.156
CIVEIS	
CIVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	2.909
CIVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	03 (Redistribuído da 3ª Vara Cível)
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	Prejudicado
CIVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	63
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	60
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	Prejudicado
CIVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	6.121
CRIMINAIS	Prejudicado
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	Prejudicado
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Prejudicado
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	Prejudicado
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	Prejudicado
EXECUÇÃO PENAL	Prejudicado
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	Prejudicado
INFANCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	Prejudicado
SITUAÇÃO DE RISCO	Prejudicado



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



TUTELA	Prejudicado	
GUARDA	Prejudicado	
ADOÇÃO	Prejudicado	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	Prejudicado	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CIVEIS	524	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	Prejudicado	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	Prejudicado	
TOTAL = QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA	9.029 + Suspensão = 524	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NUMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	Libra não fornece	2834
2013	2783	2682
2014	2489	2332
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Justificar: Os servidores não dispõem de noção de gerenciamento de processos, além do que o seu número reduzido impossibilita esta organização.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: <input type="checkbox"/> INICIAIS; <input type="checkbox"/> POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ <input type="checkbox"/> PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; <input type="checkbox"/> COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: <input type="checkbox"/> IDOSO; <input type="checkbox"/> PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; <input type="checkbox"/> AÇÕES DE ALIMENTOS; <input type="checkbox"/> RÉU PRESO; <input type="checkbox"/> MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; <input type="checkbox"/> ALVARÁ DE SOLTURA; <input type="checkbox"/> POR ORDEM CRONOLÓGICA <input type="checkbox"/> POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; <input type="checkbox"/> OUTRO		
OBSERVAÇÕES: Não é feita a tramitação prioritária dos feitos, até mesmo porque não são identificados com as etiquetas coloridas.		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	Prejudicado	Prejudicado
BACENJUD	x	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado	Prejudicado
INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	Prejudicado	Prejudicado
INFOSEG	x	
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	Prejudicado	Prejudicado
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	Prejudicado	Prejudicado
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	Prejudicado	Prejudicado
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado, pois de atribuição da Direção/Secretaria do Fórum.		
10. INDICADORES CÍVEIS (ANEXO II)		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): O alvo da meta consiste no julgamento de 3.028 processos da Meta, tendo sido julgado até o momento 1.541, portanto, 40,71% da meta.		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 04/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Existem 02 processos nessa condição, em razão da incompetência da 1ª Vara, sendo que estes foram redistribuídos da 3ª Vara Cível, privativa de Fazenda Pública, sendo que esses processos ainda não foram julgados, estando em 00% o cumprimento da meta.		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): 19,27%		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado em razão da competência da Vara.		
11. INDICADORES CRIMINAIS (Prejudicado, pela competência da Vara)		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar:		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar:		
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar:		
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):		
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



MESES:
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE (Prejudicado, pela Competência da Vara)
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar:
5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:
6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar:
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL (Prejudicado, pela Competência da Vara)
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar:
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar:
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?
14. PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 524
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 524
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 75
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (x) Não Justificar: Devido ao número reduzido de servidores, não há tempo hábil para tanto.
15. INQUÉRITOS POLICIAIS (Prejudicado, pela Competência da Vara)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:		
16. PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 89		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 89 (pela ausência de capas para autuação)		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 236		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 3.167		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 3.167		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 2.152		
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA:		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL: 5.104		
17.2 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.3 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1.797		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 113		
17.5 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ANEXO III):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ANTONIO OLIVEIRA CRUZ	19	07/05/2015
JANAINA RODRIGUES ARANTES	16	14/05/2015
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	04	27/03/2015
KLINGER DA SILVA SANTOS	21	15/05/2015
NATALIA LIMA FREIRE BANDEIRA	36	29/05/2015
NESTOR RENNA ARAUJO NEGREIROS	23	14/05/2015
NEUMA CORREA DE MIRANDA	22	15/05/2015
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	69	19/01/2015
RUI COSTA DE OLIVEIRA	35	13/05/2015
SINESIO NOGUEIRA DE SOUZA	25	14/05/2015
TIAGO DE ANDRADE CARDOSO	12	15/05/2015
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	50	12/03/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar:		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	103	30/08/2002
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	424	30/08/2002
17.7.3 ADVOGADO	79	06/02/2002
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle é feito via contato telefônico, sendo registrado no sistema a data provável de devolução dos mesmos.		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI) Prejudicado, pela Competência da Vara.		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: Prejudicado, pela Competência da Vara.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
19. CUSTAS E DEPOSITOS JUDICIAIS (ANEXO IV)		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPOSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPOSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Há 70 processos, sendo atribuível aos resíduos e ao não comparecimento das partes.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Alessandra Heringer Gomes da Costa		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
19.6 NAS AÇÕES CIVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar:		
20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA/JUIZO:		
1. Diante do acervo processual e a carência de recursos humanos, solicitamos a lotação de mais servidores; 2. Solicito seja organizado o Setor de Arquivo da Comarca, pois atualmente estão empilhadas centenas de caixas em duas salas improvisadas, juntamente com equipamento diversos, dificultando sobremaneira a localização e desarquivamento de processos; 3. Solicito seja restabelecida a CENTRAL DE CARTAS precatórias da Comarca, pois a desativação recente deste setor ter prejudicado enormemente a movimentação de cartas precatórias.		



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

OBS1: A Secretaria conta somente com **02** servidores, que não dão conta da demanda de atos judiciais a serem cumpridos, os quais foram elevados em virtude do mutirão de gabinete realizado em novembro/2014;

OBS 2: Em 10/06/2015 há **89** iniciais pendentes de conclusão, em virtude da ausência de capas para a autuação das mesmas, embora tenha sido feito o pedido ao Setor de Patrimônio;

OBS 3: O atendimento ao público era realizado de 2ª a 6ª feiras das 10:00h às 14:00h, por força da Ordem de Serviço nº 01/2014-GAB, expedida pelo Juiz Titular da Unidade (ANEXO III);

OBS 4: Segue, em anexo, certidão da Secretaria atestando o número de processos em que o Dr. César Lins se julgou suspeito (ANEXO IV)

OBS 5: Seguem, em anexo, o relatório da análise dos processos das Metas/2015 do CNJ (ANEXO V), bem assim dos processos em que a Dr. César Lins jurou suspeição (ANEXO VI)

(ANEXO I)

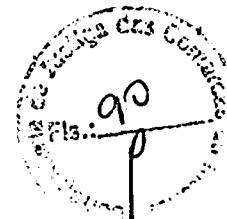


RELAÇÃO DE PROCESSOS EM SECRETARIA PENDENTES DE ARQUIVAMENTO: 84.

1. 00013638520098140028	1. 00008542620128140028
2. 00101183320138140028	2. 00086430820148140028
3. 00146747820138140028	3. 00147299220148140028
4. 00121524420148140028	4. 00098949520138140028
5. 00078471720148140028	5. 00025209120148140028
6. 00043341620118140028	6. 00054947220128140028
7. 00140032120148140028	7. 00045624020118140028
8. 00084222220108140028	8. 00039740920148140028
9. 00144114620138140028	9. 00100049420138140028
10. 00086044520138140028	10. 00143785620138140028
11. 00032345120148140028	11. 00130656020138140028
12. 00002015320148140028	12. 00048912820148140028
13. 00018568720118140028	13. 00091673920138140028
14. 00072045620088140028	14. 00097326820108140028
15. 00111718320128140028	15. 00132933520138140028
16. 00041867720118140028	16. 00105984520128140028
17. 00086240220148140028	17. 00100999020148140028
18. 00065897420118140028	18. 00084872020148140028
19. 00048867420128140028	19. 00043125120128140028
20. 00008164920118140028	20. 00085322920118140028
21. 00132231820138140028	21. 00034124620108140028
22. 00044675420128140028	22. 00105355420118140028
23. 00036863220128140028	23. 00057894120148140028
24. 00104503420128140028	24. 00090401520098140028
25. 00040945220118140028	25. 00093178520098140028
26. 00054793520148140028	26. 00042660719998140028
27. 00100282520138140028	27. 00097453620128140028
28. 00033436520148140028	28. 00093768120098140028
29. 00119758020148140028	29. 00020854819998140028
30. 00121614020138140028	30. 00020826319998140028
31. 00040279620118140028	31. 00051482420128140028
32. 00042341020108140028	32. 00045645420128140028
33. 00034819520158140028	33. 00048295620128140028
34. 00067037620128140028	34. 00071275020148140028
35. 00150246620138140028	35. 00053562620108140028
36. 00099096420138140028	36. 00026495720098140028
37. 00027284620128140028	37. 00020371320098140028
38. 00136735820138140028	38. 00081388420108140028
39. 00061794520138140028	39. 00007533120098140028
40. 00099012420128140028	40. 00044153320088140028
41. 00049008720148140028	41. 00120973020138140028
42. 00004556020138140028	42. 00133372020148140028



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: <u>MARABÁ</u>
EDITAL Nº 001/2015
PERÍODO: <u>08 A 12 DE JUNHO DE 2015</u>
Juiz Corregedor: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
Corregedora: Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ
1.2 COMPETÊNCIA: CÍVEL E EMPRESARIAL, FAMÍLIA, PRIVATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA, CARTA PRECATÓRIA, CASAMENTO E SUCESSÕES
1.3 MAGISTRADO (A): CAROLINE SLONGO ASSAD, JUÍZA SUBSTITUTA
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: RESPONDENDO
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A PARTIR DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: RODOVIA TRANSAMAZONICA, S/N, CEP. 68.508-970, MARABÁ/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: PRÓPRIO
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 SALA PARA A SECRETARIA 01 SALA PARA GABINETE (COM BANHEIRO) 01 SALA DE AUDIÊNCIA 01 SALA PARA ASSESSORIA
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Exceto quanto às condições do arquivo da Comarca.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: Prejudicada pela constante falta de água no prédio da Comarca.

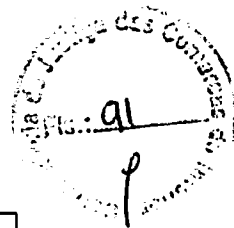


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim		
Justificar:		
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim		
Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa (X) Regular () Ruim		
Justificar: O banheiro que deveria servir a pessoas com deficiência, não possui as adequações necessárias, tais como: assento sanitário, pia interna.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim		
Justificar: PREJUDICADO		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:		
DRA. CAROLINE SLONGO ASSAD – A PARTIR DE 23/02/2015		
DRA. ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA – A PARTIR DE 01/06/2015, respondendo durante o período de férias da DRA. CAROLINE SLONGO ASSAD.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:		
NÃO		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:		
Compensação de plantão: 14 a 17/05/2015 Férias: 01 a 30/06/2015		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:		
NÃO		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES		
Relacionar e descrever: A Vara realiza anualmente os seguintes mutirões: Mutirão das Mães, Mutirão do Pai Presente, além da participação na Semana da Conciliação. Ressalte-se que, a Secretaria da Vara trabalha em constante mutirão interno, para realização de cumprimentos, despachos, juntadas, etc., tendo em vista o exíguo número de servidores em relação à demanda de serviço.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:		
Relacionar e descrever: NÃO		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITE	05/04/2010	20/03/2015
EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA	22/04/2013	28/04/2013
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES	01/07/2013	03/07/2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	03/07/2013	11/08/2013
DANIEL GOMES COELHO	06/09/2013	09/09/2013
DANIEL GOMES COELHO	27/09/2013	11/02/2014
DANIEL GOMES COELHO	07/01/2014	07/02/2014
MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATY	24/02/2014	28/02/2014
DANIEL GOMES COELHO	30/04/2014	05/05/2014
DANIEL GOMES COELHO	01/07/2014	10/08/2014
NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JACOME	06/10/2014	10/10/2014
DANIEL GOMES COELHO	09/12/2014	19/12/2014
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	07/01/2015	05/02/2015
DANIEL GOMES COELHO	19/02/2015	20/02/2015
CAROLINE SLONGO ASSAD (<i>Respondendo, Atualmente de Férias</i>)	23/02/2015	_____
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA (<i>Respondendo</i>)	01/06/2015	30/06/2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: NAYARA HELLEN DA COSTA LUSTOSA
Cargo: Assessora de Juiz

Nome: RODRIGO COLLINETI FIORIN
Cargo: Estagiário

4.2 SECRETARIA:

Nome: ELAINE CRISTINA ROCHA
Cargo: Diretor de Secretaria – Analista Judiciário/Direito
Ato de nomeação: 302/2010
Ato de lotação: Portaria

Nome: WELLIDA MOREIRA DOS SANTOS
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: 3198/2012
Ato de lotação: Portaria

Nome: RENILDA DO SOCORRO BARBOSA DE SOUZA
Cargo: Analista Judiciário/Serviço Social
Ato de nomeação: 0726/2014-GP
Ato de lotação: Portaria

Nome: MARIA DO SOCORRO SILVA DA SILVA
Cargo: Técnico Administrativo – Concursada cedida da Prefeitura Municipal de Marabá
Ato de nomeação: 233/2011
Ato de lotação: Portaria

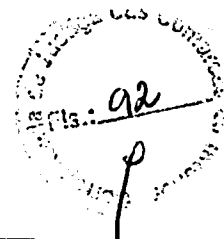


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Nome: LEONARDO FERREIRA SANTANA Cargo: Estagiário
Nome: TAILINE DE ALMEIDA BELARMINO Cargo: Estagiário
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: DRA. ALINE TAVARES MOREIRA DRA. MAYANNA SILVA DE SOUZA QUEIROZ – Titular em 10/2014 DRA. JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES Obs: A Vara não possui as Portarias de alguns dos membros do MP. Contudo, a Diretora de Secretaria entrou em contato com servidor Marinaldo Ramos, do Ministério Público, a fim obter as mesmas, mas até o final desta Correição não obteve resposta acerca do pedido.
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? SIM, HÁ REVEZAMENTO COM AS OUTRAS VARAS CÍVEIS.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: DRA. NARA DE CERQUEIRA PEREIRA – A PARTIR DE 06/05/2015
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: PREJUDICADO
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Há constantes quedas e paralisações no Sistema LIBRA.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



2ª SECRETARIA CÍVEL E EMPRESARIAL – 2 (DOIS) PONTOS DE REDE SALA DE AUDIÊNCIAS 2ª VARA – 1 (UM) PONTO DE REDE GABINETE DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL – 1 (UM) PONTO DE REDE ASSESSORIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL – 1 (UM) PONTO DE REDE
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2CIVELMARABA@TJPA.JUS.BR
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Os servidores gostariam de participar de um curso aprofundado sobre ferramentas do Libra com vistas a aprimorar os trabalhos e otimizar a realização das atividades, sempre em busca de uma maior celeridade processual.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (x) Sim () Não Justificar:
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (x) Sim () Não Justificar: Tendo em vista o reduzido número de servidores, os processos são arquivados ao final de cada mês.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente, na medida do possível, tendo em vista o constante problema com a internet na Comarca.

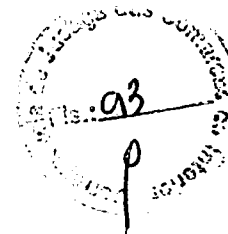


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1. QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
Ano 2013: Sentenças: 1.506 Despachos: 5.115 Decisões Interlocutórias: 948 Audiências Realizadas: 742	
Ano 2014: Sentenças: 1.676 Despachos: 4.966 Decisões Interlocutórias: 1.063 Audiências Realizadas: 929	
Ano 2015 (até a realização desta Correição): Sentenças: 517 Despachos: 1.931 Decisões Interlocutórias: 494 Audiências Realizadas: 378	
8.2. DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CIVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	647
CIVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	0
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	0
CIVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	55
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	22
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	0
CIVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	4759
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	-
VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



ADOÇÃO	-	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-	
CARTAS PREGATORIAS		
PRECATORIAS CIVEIS	283	
PRECATORIAS CRIMINAIS	-	
PRECATORIAS INFANCIA E JUVENTUDE	-	
TOTAL DA CONTAGEM FISICA	5766	
TOTAL DE FEITOS COM TRAMITAÇÃO EXTERNA	184	
TOTAL (FISICOS + TRAMITAÇÃO EXTERNA)	5.950	
ACERVO DO LIBRA	5.856	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (x) Sim () Não		
Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NUMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1.603	1.613
2013	1.740	1.520
2014	1.589	1.681
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (x) Sim () Não		
Justificar: A Secretaria identifica os processos com etiquetas feitas na impressora Zebra com as identificações "META II", "IDOSO", "PRIORIDADE", etc.. Além disso, também separa fisicamente os processos de Meta II, Ações coletivas – Meta 6, e prioridades diversas, alocando-os em prateleiras específicas para andamento prioritário.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (1) INICIAIS (4) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (3) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (6) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS; (5) IDOSO; (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (7) AÇÕES DE ALIMENTOS; (2) RÉU PRESO; (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (1) ALVARÁ DE SOLTURA;		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- (9) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(10) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(8) OUTRO (100 DIAS, Meta 2, Meta 6)

OBSERVAÇÕES: A 2ª Vara Cível e Empresarial autua e realiza a conclusão diariamente das iniciais, por isso as mesmas foram indicadas com o número 1, concomitantemente à Alvará de Soltura.

Informamos ainda que, tramitam na Vara, atualmente, 463 Ações de Alimentos, além de 438 Ações de Execuções de Alimentos, e que tendo em vista a insuficiência de servidores bem como a expressiva quantidade de processos que envolvem tais demandas, o cumprimento com a devida prioridade torna-se difícil.

A Vara cumpre as diligências dos processos com audiência marcada toda primeira semana do mês, conseguindo, assim, intimar com uma média de, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência.

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X Justiça Aberta	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	-	-
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	-	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar: PREJUDICADO

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): 77,75%

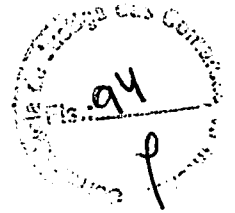
META NÃO CUMPRIDA

2.904 processos

Alvo: 2.323



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Julgados até 2014: 2.182
Julgados em 2015: 76
Total de Julgados: 2.258
Grau de cumprimento: 77,75%

Observações CJCI: Tais dados correspondem ao acervo total da Unidade Judicial, incluindo os processos cíveis e penais, haja vista que os dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças deste Tribunal, disponíveis no Portal das Metas, não realiza tal distinção.

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

Não existem, pois os mesmos são privativos da 3ª Vara Cível e Empresarial

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): 50,48%

META NÃO CUMPRIDA

Acervo da meta: 105
Julgados até 2014: 52
Julgados em 2015: 01
Total de julgados: 53
Grau de cumprimento: 50,48%

10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

O gabinete do Magistrado não guarda cópias de todas as decisões interlocutórias proferidas, mas tão somente daquelas que considera mais importantes/relevantes. Ademais, as decisões proferidas nos autos, sejam elas, decisões interlocutórias ou liminares, e deferidas ou indeferidas, são cadastradas como apenas "decisões interlocutórias".

Assim, em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, foi possível verificar a existência de:

000948 decisões no ano de 2013
1.063 decisões no ano de 2014
494 decisões no ano de 2015, até a realização da presente Correição

Ressalte-se que, no momento do levantamento dos dados não havia inicial com pedido liminar pendente de autuação, conclusão e apreciação.

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

PREJUDICADO

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:

PREJUDICADO

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:

PREJUDICADO

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
11.6 OS PROCESSOS DE REUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):
PREJUDICADO
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:
PREJUDICADO
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:
PREJUDICADO
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:
PREJUDICADO
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:
PREJUDICADO
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:
PREJUDICADO
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



PREJUDICADO
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?
PREJUDICADO
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SOCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?
PREJUDICADO
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? PREJUDICADO
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? PREJUDICADO
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? PREJUDICADO
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? PREJUDICADO
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO <u>283</u>
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: <u>283</u>
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: <u>185</u>
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não
Justificar: Devido à quantidade insuficiente de servidores alocados na Secretaria da Vara, não há como fazer o controle/cobrança eficiente das cartas precatórias. Atualmente, existem apenas 02 servidoras exercendo efetivamente as atividades internas da Secretaria, quais sejam, a Diretora e 01 Auxiliar, que fica nas audiências com a Magistrada, tendo em vista que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

a terceira servidora ali lotada trata-se de uma Assistente Social, que nos intervalo de suas atribuições, tenta constatar os processos com prazo extrapolado aguardando devolução da carta precatória para cobrança, mas que poucas vezes consegue obter êxito. Assim, cobrança acaba sendo feita somente quando as partes ou advogados constatarem no balcão a demora quanto à devolução da mesma.

15. INQUÉRITOS POLICIAIS

15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: PREJUDICADO

15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: PREJUDICADO

15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: PREJUDICADO

16. PETIÇÕES:

16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00

Obs: Não há iniciais acumuladas, pois a Secretaria autua e tramita diariamente as que chegam.

16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00

Obs: Não há iniciais acumuladas, pois a Secretaria autua e tramita diariamente as que chegam.

16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00

16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS:

Protocolo geral: 1639

Protocolo integrado: 26

16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO:

Não existem processos pré-conclusos em Secretaria

16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 300

17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:

1.671

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS:

781

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00

17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 512

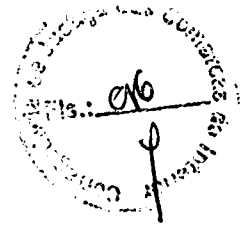
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 950

17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: 42

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Zeilton Ramos de Souza	06	24/10/2013
Rodney Figueiredo Freitas	30	12/12/2014
Katia Silene Zanoni Brito de Souza	04	12/03/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Justificar: Tendo em vista a quantidade insuficiente de servidores, não houve até o presente momento como fazer o controle/cobrança de mandados de maneira efetiva. Ressalte-se que, a Secretaria da Vara possui, atualmente, apenas 02 (duas) servidoras (a Diretora e 01 Auxiliar, que fica nas audiências com a Magistrada) para o cumprimentos de todos os expedientes, além da Assistente Social, que possui função diversa. Diante de tal situação, a cobrança é feita somente quando possível, ou quando as partes e/ou advogados constatarem no balcão a demora na devolução dos mandados.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	55	16/11/2010
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	76	01/07/2014
17.7.3 ADVOGADO	53	13/06/2000
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar:		
DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO: A cobrança de autos da Defensoria Pública e Ministério Público, quando necessária, é feita via telefone, sendo que, normalmente, é prontamente atendida, porém possivelmente há inconsistência quanto a Carga antiga.		
ADVOGADOS: Quanto os advogados, a cobrança de devolução de autos é realizada via DJE (Diário de Justiça Eletrônico). Contudo, a Secretaria encontra dificuldades na cobrança de processos com carga demasiadamente antiga, pois as mesmas são feitas com base no Sistema Libra, que por vezes se encontram abertas há anos, situação em que os advogados comparecem no balcão para esclarecerem não estar de posse dos autos. Ressalte-se que, muitas vezes se trata de uma tramitação de "usumigração" que sequer menciona o Advogado que fez a carga, o que incide na cobrança a ser feita ao advogado cadastrado no sistema.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: PREJUDICADO		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: PREJUDICADO		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: PREJUDICADO		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES

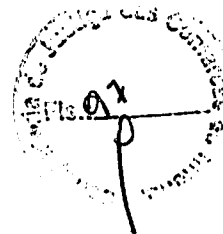


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

-	-	-
-	-	-
-	-	-
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
19- CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Justificar: Do relatório de subcontas sem movimentação há mais de 03 (três) anos, emitidos do Sistema de Depósito Judicial – SDJ, constam 31 (trinta e um) processos com valores. Contudo, dos 31 (trinta e um) processos identificados, constatou-se a seguinte situação: 1) somente 19 (dezenove) processos foram identificados no Libra; 2) 08 (oito) processos não foram identificados através de pesquisa da numeração contida no relatório; 3) 03 (três) processos constam do relatório, mas tramitam em outras varas (3ª Vara Cível - 20021001332; 1ª Vara Cível - 00090858120098140028 e 200013790820128140028).		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Servidor Responsável: ALESSANDRA HERINGER GOMES		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar: A Juntada é feita pela própria servidora da UNAJ		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? () Sim (X) Não Justificar: Há uma análise precária devido a Secretaria da Vara possuir apenas um analista/área judiciária com conhecimento técnico para identificar quando os autos estão prontos para prolação de sentença, não possuindo os demais formação acadêmica para		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



tanto.

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

- 1) A Secretaria encontra dificuldades na cobrança dos processos com vistas demasiadamente antigas para advogados, pois as realiza com base nas informações contidas no Sistema Libra. Contudo, uma vez realizada a cobrança, os Advogados comparecem em balcão e dizem não estar de posse dos referidos autos. Muitas vezes se trata de uma tramitação de "usumigração" que sequer menciona o Advogado que fez a carga, o que incide na cobrança a ser feita ao advogado cadastrado no sistema.
- 2) A equipe da Vara tem desempenhado um esforço sobre-humano para movimentar o máximo de processos diariamente e dar celeridade processual aos feitos, entretanto, a Vara atualmente possui quantidade insuficiente de servidores para desempenho de suas atividades.
- 3) Esta Vara atualmente encontra-se sem servidor para auxílio nas audiências, tendo ocorrido o deslocamento da única Auxiliar Judiciário da Secretaria para a sala de audiência, o que dificulta ainda mais as atividades da Secretaria.
- 4) Por conta da internet lenta, os sistemas ficam lentos e inconsistentes, o que dificulta a coleta de informações para relatórios;
- 5) Para cumprimento da meta de arquivamento (redução da taxa de congestionamento) a Vara precisa arquivar processos, sendo que após o arquivamento precisa de espaço adequando para acondicionar as caixas de processos arquivados. Ocorre que na Comarca o arquivo é instalado juntamente ao depósito e atualmente não mais possui espaço para armazenamento de processos arquivados. E, além disso, as partes/advogados solicitam buscas no arquivo o que se torna por vezes inviável já que na sala de arquivo ficam todas as caixas de todas as varas de forma desordenada, por ausência de espaço e estrutura.
- 6) Em que pese às dificuldades encontradas, a Vara encontra-se sempre motivada e em constantes Mutirões internos (de cumprimento, de despacho) para, assim, movimentar os processos e efetivar a prestação jurisdicional a Sociedade.
- 7) Na Comarca há recorrente problema de falta de água, o que vem prejudicando as condições de trabalho dos servidores da Comarca, no que tange a higiene e saúde.
- 8) Recentemente fora expedido Ofício solicitando mutirão para cumprimento de processos da Secretaria, bem com mutirão para despachos em gabinete, entretanto, até o presente momento, não houve resposta. Sendo que para o caso de não deferimento, que seja deferido o adicional de tempo integral.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- 1) Tendo em vista a extinção da Central de Carta Precatória da Comarca, que possui 03 (três) servidores, os quais serão realocados nas demais Varas da Comarca, a Magistrada solicita que se verifique a possibilidade de alocar um destes em sua Secretaria, uma vez que a mesma só conta com uma analista judiciária - área judiciária, que exerce a função de Diretora de Secretaria e uma Auxiliar judiciária, que se reveza entre o desempenho das atividades internas da Secretaria e o acompanhamento das audiências realizadas no gabinete. Ressalta ainda que, a Secretaria da Vara possui uma analista



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

assistente social, que no intervalo de suas atribuições tenta ajudar no que for possível na secretaria, mas devido à ausência de conhecimento jurídico, o trabalho fica prejudicado.

Marabá, 12/06/2015.

OBS: ORIENTAR A SECRETARIA JUDICIAL A SEPARAR PARA ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO:

- A) PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 2/2015/CNJ;**
- B) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2015/CNJ; (Prejudicado)**
- C) PROCESSOS COM RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS; (Prejudicado)**
- D) PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL; (Prejudicado)**
- E) PROCESSOS DE ATO INFRACIONAL; (Prejudicado)**
- F) PROCESSOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE; (Prejudicado)**
- G) AÇÕES CIVIS PÚBLICAS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INCLUÍDAS NA META 4/2015/CNJ; (Prejudicado)**
- H) PROCESSOS DE AÇÕES COLETIVAS INCLUÍDOS NA META 6/2015/CNJ.**

Telefone da Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Marabá: 094 3312 2017



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ EDITAL Nº 01/2015 - CJCI PERÍODO: 08/12/2015 Juiz Corregedor: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 3º VARA CÍVEL
1.2 COMPETÊNCIA: FAZENDA PÚBLICA, CÍVEL E COMERCIO
1.3 MAGISTRADO (A): MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATTI
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 21.06.2007 (Portaria nº 0113/2007)
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO:
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever:
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado, em razão de a Comarca contar com inúmeros magistrados.
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATTI
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Setembro/2014
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: NÃO HÁ
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: NÃO HÁ



3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

Relacionar e descrever: Mutirões de Conciliação em Execuções Fiscais

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS 24 MESES:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JÁCOME (Mutirão)	15/09/2014	18/09/2014
	09/10/2014	15/10/2014
	17/10/2014	19/12/2014
02 DANIEL GOMES COELHO (Mutirão)	15/10/2014	19/12/2014
03 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA (Mutirão)	10/02/2014	10/04/2014
	15/10/2014	19/12/2014
04 DANIELLE KAREN ARAUJO LEITE (Mutirão)	10/02/2014	10/04/2014
05 – ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	01/01/2014	31/01/2014
06 CRISTIANO MAGALHÃES GOMES	01/07/2013	31/07/2013

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

4.1.1. Nome: CINENE CASTELO BRANCO CARVALHO

- Cargo: Assessora do Magistrado
 - Ato de Nomeação: Portaria nº 0728-GP;

4.1.2. Nome: MIKAELI RODRIGUES DE ALMONDES SILVA

- Cargo: Auxiliar Administrativo (Cedida do Município de Marabá)

4.2 SECRETARIA:

4.2.1. Nome: DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA

Cargo: Diretor de Secretaria
 Ato de nomeação: PORTARIA 477/2014/GABINETE DA PRESIDENCIA

4.2.2. Nome: BENEZILDA PEREIRA LIMA

Cargo: Auxiliar Judiciário
 Ato de nomeação: Portaria nº 257/85-GP

4.2.3. Nome: ANTONIO CARLOS MOURÃO RAMALHO

- Cargo: Auxiliar Judiciário
 - Ato de nomeação: Portaria nº 350/89-GP

4.2.4. Nome: FLAVIO PEREIRA DE BRITO

- Cargo: Agente de Segurança Patrimonial
 - Ato de nomeação: Cedido da Prefeitura

4.2.5: THIAGO MARTINS DE SOUZA

- Cargo: Técnico Administrativo
 - Ato de nomeação: Cedido da Prefeitura

4.2.5. Nome: VANIA MONTEIRO DA CONCEIÇÃO

- Cargo: Estagiária

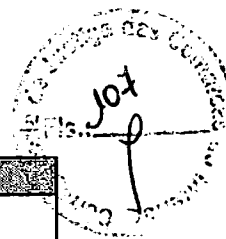
4.2.6. Nome: SAYONARA GUALBERTO E SILVA HOMERS

- Cargo: Estagiária

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

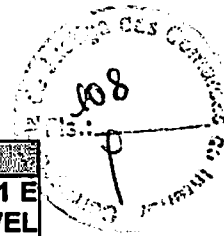
Júlio Cesar Souza Costa
 Mayanna da Silva Queiroz
 Josélia Leontina de Barros Lopes



5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Júlio Cesar Souza Costa Mayanna da Silva Queiroz Josélia Leontina de Barros Lopes
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há um Defensor Público específico atuando junto à Vara, todos atuam eventualmente.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado. Controle Feito pela Direção do Fórum.
6.1.1 FROTA: Prejudicado. Controle Feito pela Direção do Fórum.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: A unidade não precisa da frota do Fórum.
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom () Regular (X) Ruim Justificar: A Oscilação do sinal é muito grande e as dificuldades de acesso são permanentes.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 04
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 3civelmaraba@tjpa.jus.br
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (x) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? () Sim (x) Não Justificar: Todos os servidores dominam as atribuições da Secretaria
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? () Sim (x) Não Justificar: Algumas audiências não são inseridas no LIBRA (mínima parte), pois



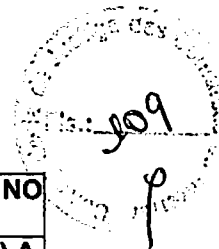
acontece de a Magistrada fazer um controle interno das audiências e acaba não levando ao conhecimento da Secretaria.	
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?	
(x) Sim () Não	
Justificar: 870 processos para intimação de custas finais/dívida ativa	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?	
A publicação de atos judiciais e de atos ordinatórios é constante	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE 7.326 (- Precatórias)
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 02/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	1459
CÍVEIS – META 04/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	12
PROCESSOS DE IMPROBIDADE, EXCLUÍDOS OS DA META 04/2015	16
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	2546
CÍVEIS – META 06/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	70
AÇÕES CÍVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	86
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	Prejudicado
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	Prejudicado
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	Prejudicado
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Prejudicado
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	Prejudicado
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	Prejudicado
EXECUÇÃO PENAL	Prejudicado
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	Prejudicado
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	Prejudicado
SITUAÇÃO DE RISCO	Prejudicado
TUTELA	Prejudicado
GUARDA	Prejudicado
ADOÇÃO	Prejudicado
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	Prejudicado
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	464
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	Prejudicado
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	Prejudicado
TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FÍSICA	7790



9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (x) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1363	650
2013	1535	435
2014	1636	896
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: () Sim (X) Não Justificar: Não é feita a identificação dos feitos com as etiquetas coloridas, por pela ausência de gerenciamento processual por parte dos servidores e da Magistrada.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:Prejudicado () INICIAIS; () POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ () PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; () COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: () IDOSO; (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (-) AÇÕES DE ALIMENTOS; (-) RÉU PRESO; () MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (-) ALVARÁ DE SOLTURA; () POR ORDEM CRONOLÓGICA () POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; () OUTRO		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS BACENJUD	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS INFOSEG	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	Prejudicado	Prejudicado
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	Prejudicado	Prejudicado



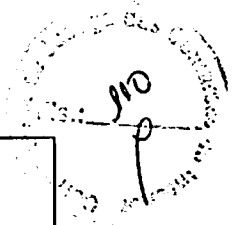
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	Prejudicado	Prejudicado
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (x) Não Justificar: Atribuição da Direção/Secretaria do Fórum.		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Havia 2058 processos, sendo que foram julgados, até 2014, 962 e em 2015, 142, totalizando 1.104, correspondente a 42,92% da meta. (ANEXO I)		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Está sendo cumprido, inclusive com realização de mutirões de conciliações.		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): 70		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIAÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (Últimos 24 meses): 1.518		
11. INDICADORES CRIMINAIS (Prejudicado em razão da competência da Vara)		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar:		
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar:		
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar:		
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):		
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:		
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE (Prejudicado em razão da competência da Vara)		
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:		
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:		
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:		
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar:		
5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:		
6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar:		
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?		



12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?		
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?		
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL (Prejudicado em razão da competência da Vara)		
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar:		
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar:		
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar:		
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar:		
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?		
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?		
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?		
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?		
14. PRECATORIAS		
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATORIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 464		
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATORIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 464		
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATORIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 93		
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATORIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: O controle é feito via ofício, não havendo grandes problemas na devolução das cartas precatórias.		
15. INQUÉRITOS POLICIAIS (Prejudicado em razão da Competência da Vara)		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:		
16. PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 68		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 107		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 2.360		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 2.360		
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 2890		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 350		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1034		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 493		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ANEXO II):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
KÁTIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	04	14/05/2015



RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	20	08/01/2015
NEUMA CORREA DE MIRANDA	01	27/04/2015
RUI COSTA DE OLIVEIRA	02	16/04/2015
ZEILTON RAMOS DE SOIZA	01	29/04/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
(x) Sim () Não		
Justificar:		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
DESTINATÁRIO	QUANTIDADE	CARGA MAIS ANTIGA
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	19	08.04.2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	34	09.12.2014
17.7.3 ADVOGADO	111	01.10.2001
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
(x) Sim () Não		
Justificar: O controle é feito de inúmeras maneiras: verbalmente, por telefone, e pelo diário da Justiça		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI) PREJUDICADO EM RAZÃO DA COMPETÊNCIA DA VARA		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?		
() Sim () Não		
Justificar: Prejudicado em razão da competência da Vara		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?		
() Sim () Não		
Justificar: Prejudicado em razão da competência da Vara		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Prejudicado em razão da competência da Vara		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?		
() Sim () Não		
Justificar: Prejudicado em razão da competência da Vara		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?		
() Sim () Não		
Justificar: Prejudicado em razão da competência da Vara		
19. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?		
(x) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?		
(x) Sim () Não		
Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?		
(x) Sim () Não		
Justificar: Decorre da ausência de interesse das partes, bem assim pela impossibilidade de localização do processo ao qual a subconta está vinculada, pelo fato de ser muito antigo.		



19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não Alessandra Heringer Gomes da Costa
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CIVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? () Sim (x) Não Justificar: A magistrada não faz em virtude da burocracia, que finda por embarçar o trâmite processual.
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
1. Diante do acervo processual, solicitamos a lotação de mais um servidor , preferencialmente auxiliar judiciário, nesta Secretaria, bem como mais um estagiário , o qual foi solicitado ainda em fevereiro de 2014, através do Ofício 22/2014/Secretaria, sob o protocolo 2014001006769 , direcionado à Presidência do TJEPA e 2014001006760 , direcionado à Corregedoria do Interior; 2. Solicito seja regularizado o fornecimento de água, problema surgido desde meados do ano passado, bem como o serviço de internet seja fornecido sem interrupções, as quais tem sido diárias; 3. Solicito seja organizado o Setor de Arquivo da Comarca, pois atualmente estão empilhadas centenas de caixas em duas salas improvisadas, juntamente com equipamento diversos, dificultando sobremaneira a localização e desarquivamento de processos; 4. Solicito seja restabelecida a CENTRAL DE CARTAS precatórias da Comarca, pois a desativação recente deste setor ter prejudicado enormemente a movimentação de cartas precatórias.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Solicito seja lotado mais 01 assessor e 01 analista nesta Vara. Solicito seja enviada mais uma impressora para o Gabinete e ainda seja disponibilizado o relatório da Correição Ordinária de 2014.

OBS: O atendimento ao público era realizado de 2ª a 6ª feiras das 08:00h às 12:00h, por força da Ordem de Serviço nº 01/2014-GAB, expedida pela Juíza Titular da Unidade (ANEXO III);

OBS: Segue, em anexo, certidão da Secretaria atestando o número de processos em que a Dra. Aldecy se julgou suspeita, com a respectiva relação dos mesmos (ANEXO IV)

OBS2: Seguem, em anexo, o relatório da análise dos processos das Metas/2015 do CNJ (ANEXO V), bem assim dos processos em que a Dra. Aldecy jurou suspeição (ANEXO VI)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

175
9

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ
EDITAL Nº 001/2015
PERÍODO: 08 a 12 de Junho de 2015
Juiz Corregedor: DRA. Mônica Maciel Soares Fonseca
Corregedora: Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL
1.2 COMPETÊNCIA: INFÂNCIA E JUVENTUDE <i>juízo de família em São José do Acari</i>
1.3 MAGISTRADO (A): DR. EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 05/04/2010
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rodovia Transamazônica, s/n – bairro Amapá
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: - 01 Sala para Secretaria da Vara: em condições de uso, com banheiro interno. - 01 Sala para realização de audiências - 01 Sala para gabinete do magistrado. - 01 Sala para assessoria de gabinete.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: Constantemente há falta d'água nos banheiros, impedindo que se faça uma limpeza e a higiene adequada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular (X) Ruim Justificar: O banheiro que deveria servir a pessoas com deficiência, não possui as adequações necessárias, tais como: assento sanitário, pia interna.
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado, pois não é utilizada pelo Magistrado da Vara.
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: DR. EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA – em exercício desde 05/04/2010
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há Juiz Auxiliar designado.
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: - Férias: 01 a 31 de Janeiro de 2012 01 de janeiro a 24 de fevereiro de 2013 01 de julho a 09 de agosto de 2013 01 de julho a 04 de agosto de 2014 07 de janeiro a 05 de fevereiro de 2015 06 a 13 de fevereiro de 2015
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Não
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: <ul style="list-style-type: none">• Realização da ação “Adotar nunca é tarde”, através da exibição do filme “O Contador de Histórias” e debate sobre a adoção tardia.• Participação em debate sobre a redução da maioria penal em seminário realizado pela UNIFESSPA.• Realização da ação VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, conforme projeto disponível na vara.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

176
P

- Realização de audiência de homologação do PIA (Plano Individual de Acompanhamento), buscando acompanhar com a equipe de execução (CREAS e CRAS), juntamente com o Ministério Público e Defensoria Pública, o encaminhamento dos socioeducandos das atividades propostas.
- Criação de planilhas de acompanhamento dos socioeducandos, em execução de medida de internação provisória e de medida socioeducativa de internação, buscando cumprir o prazo máximo de 45 dias para a medida cautelar e o prazo máximo de reavaliação de medida de 6 meses.
- Criação de planilha de acompanhamento das crianças e adolescentes sob acolhimento institucional, objetivando respeitar a determinação legal de reavaliação semestral do caso.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	Janeiro/2012	Janeiro/2012
02. JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	Janeiro/2013	Fevereiro/2013
03. DANIEL GOMES COELHO	Julho/2013	Agosto/2013
04. ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	Julho/2014	Agosto/2014
05. CAROLINE SLOGO ASSAD	Janeiro/2015	Fevereiro/2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Mirella de Souza Minto Mota
Cargo: Assessora do Juiz

Nome: Fabiana de Aquino Reis
Cargo: Estagiária

4.2 SECRETARIA:

Nome: Lucileno Cardoso Cavalcante
Cargo: Diretor de Secretaria – Analista Judiciário-Direito
Ato de nomeação: 2147/2015-GP
Ato de lotação:

Nome: Maria Anísia Martins de Almeida
Cargo: Diretora de Secretaria (cargo em extinção – anterior ao PCCR)
Ato de nomeação: 1175/2001-GP
Ato de lotação:

Nome: Sheila Regina Abreu de Almeida
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: 600/2005-GP
Ato de lotação:

Equipe Interdisciplinar da Vara

Nome: Taciana Vicente Araújo
Cargo: Pedagoga
Ato de nomeação: Portaria nº 1640/
Ato de lotação:

Nome: Marlene Santos Gomes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Cargo: Assistente Social Ato de nomeação: Portaria nº 988/2012 Ato de lotação:
Nome: Ivana Elci Lacerda Cargo: Psicóloga Ato de nomeação: Portaria nº 133/2013 (Cedida pela Prefeitura Municipal de Marabá) Ato de lotação:
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
Dra. Alexssandra Muniz Mardegan.
Obs: A Secretária não possui a Portaria da Promotora.
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:
Titular
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?
NÃO
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
Dr. Walter Augusto Barreto Teixeira – desde 22/05/2015
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:
Designado
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?
Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
01(um)
6.1.1 FROTA:
Fiat Doblo – Attractiv 1.4 Placa QDL 5940
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?
(X) Sim () Não
Justificar:
6.2 INFORMÁTICA: Existem 04 (quatro) computadores nesta secretaria, sendo 03 (três) PC's e um notebook. Com exceção do Notebook, as máquinas apresentam defeitos constantemente, com processamento muito lento, travamento, causando lentidão na sua utilização, havendo a necessidade de obtenção de novas máquinas.
6.2.1 ACESSO À INTERNET:
() Bom (X) Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

177
9

Justificar: Frequentemente ocorre interrupção no acesso.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):
04 (quatro) pontos de rede, suficientes para as quatro máquinas existentes.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS:
LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):
6infanciamaraba@tjpa.jus.br
7: SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim
Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não
Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não
Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não
Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não
Justificar: <ul style="list-style-type: none">• O manual do Libra é muito genérico e nem sempre especifica todas as utilidades do sistema, havendo necessidade de treinamento dos servidores para utilização mais efetiva de suas ferramentas;• Há necessidade de curso de atualização tendo em vista ser vara privativa da infância e juventude.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não
Justificar:
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? () Sim (X) Não
Justificar: Apesar de não existirem processos a serem arquivados, os mesmos encontram-se na Secretaria devido o Setor de Arquivo da Comarca não possuir condições físicas de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

recebê-los. Ressalto que, existe uma quantidade de aproximadamente 100 (cem) caixas de processos arquivados em Secretaria, situação esta que dificulta o trânsito dos servidores no interior da mesma.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

DIARIAMENTE

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1. QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

2013: 2.236 (Dois mil e duzentos e trinta e seis)

2014: 3.055 (Três mil e cinquenta e cinco)

2015: 1.162 (Um mil e cento e sessenta e dois)

8.2. DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CIVEIS	235
CIVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	01
CIVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CIVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	18
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CIVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	216
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	-
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	-
INFÂNCIA E JUVENTUDE	543
ATO INFRACIONAL	265
SITUAÇÃO DE RISCO	88
TUTELA	14
GUARDA	07
ADOÇÃO	28
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	141
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CIVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

178
P

PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	14	
TOTAL DA GONTAGEM FÍSICA	792	
TOTAL DE FEITOS COM TRAMITAÇÃO EXTERNA	104	
TOTAL (FÍSICOS + TRAMITAÇÃO EXTERNA)	895	
ACERVO DO LIBRA	736	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	571	674
2013	532	563
2014	781	722
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (X) Sim () Não Justificar:		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (2) INICIAIS; (3) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (-) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (2) IDOSO; (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (-) AÇÕES DE ALIMENTOS; (-) RÉU PRESO; (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (1) ALVARÁ DE SOLTURA; (5) POR ORDEM CRONOLÓGICA (4) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (-) OUTRO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	-
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	-
BACENJUD	X	-
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	X	-
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	-	-
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	X	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	-	-
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não		
Justificar: Não existe PAD em tramitação nesta Unidade.		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):		
<u>META CUMPRIDA</u>		
Acervo da meta: 520 Alvo: 416 Julgados até 2014: 513 Julgados em 2015: 06 Total de julgados: 519 Grau de julgamento: 99,81%		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:		
Não é competência desta Vara.		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):		
<u>META CUMPRIDA</u>		
Acervo da Meta: 06 Julgados até 2014: 06		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

J79
P

Julgados em 2015: 00 Total de julgados: 06 Grau de cumprimento: 100%
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:
2013: 504 2014: 683 2015 (até o presente momento): 261
Obs: Não existem liminares pendentes de apreciação.
11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):
PREJUDICADO
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:
PREJUDICADO
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:
PREJUDICADO
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não
Justificar: PREJUDICADO
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):
PREJUDICADO
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:
PREJUDICADO
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Não existe. Em razão de sentença em ação civil pública, o Centro de Internação –CIAM MARABÁ- foi interditado parcialmente, funcionando apenas para a internação provisória (cautelar) de até 45 dias.

12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:

12 (doze) internos

12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:

Não existe.

12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?

(X) Sim () Não

Justificar:

5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:

77 (setenta e sete)

6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:

(X) Sim () Não

Justificar: As equipes interdisciplinares do CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) e do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), órgãos ligados a Prefeitura de Marabá, fazem o acompanhamento dos adolescentes e das famílias, prestando relatórios periódicos ao magistrado deste juízo, para fins de fiscalização das medidas socioeducativas aplicadas.

12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?

Sim, que recebe apenas adolescentes para internação provisória, em razão do estabelecimento ter sido interditado por este Juízo, conforme Processo nº 0001521-41.2014.814.0028. Os adolescentes em internação definitiva são encaminhados à Comarca de Belém/PA.

12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?

Bimestralmente.

12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?

Sim, são elas:

- CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) e do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), órgãos ligados a Prefeitura de Marabá
- EAP(Espaço de acolhimento provisório)
- CPAC (Casa de Passagem)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

100
f

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL	
13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO	
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO	
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO	
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO	
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não, há Centro de Internação – CIAM	
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? PREJUDICADO	
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? PREJUDICADO	
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? PREJUDICADO	
14 PRECATÓRIAS	
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CIVEIS EM TRAMITAÇÃO Não, pois a Vara é de competência privativa da infância e juventude	
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 13 (treze), referente a ato infracional	
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 30 (trinta)	
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Os processos que aguardam devolução de carta precatória são mensalmente analisados, oportunidade em que são verificados os prazos de cumprimento e procedidas as	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

respectivas cobranças.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: PREJUDICADO
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: PREJUDICADO
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: PREJUDICADO
16 PETIÇÕES
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: NÃO
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: NÃO
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: NÃO
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: No Sistema Libra constam 6.285 petições pendentes de juntada. Obs: O Diretor de Secretaria informou que, ao assumir a unidade judiciária, recentemente, deparou-se com várias petições intermediárias juntadas apenas fisicamente nos autos, sem que tenha havido a devida baixa no sistema Libra, esclarecendo, na oportunidade que, só existem 22 (vinte e duas) petições intermediárias pendentes de juntada.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: NÃO
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: NÃO
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: Não existe.
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

101
p

MENOS DE 100 DIAS:		
99 (noventa e nove)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO:		
Não existe.		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:		
Não existe.		
17.7 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS:		
21 (vinte e um)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ANTONIO OLIVEIRA CRUZ	12	21/05/2015
JANAINA RODRIGUES ARANTES	04	06/05/2015
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	03	27/03/2015
KLINGER DA SILVA SANTOS	03	19/05/2015
NATALIA LIMA FREIRE BANDEIRA	07	23/04/2015
NESTOR RENNA ARAUJO DE NEGREIROS	06	14/04/2015
NEUMA CORREA DE MIRANDA	03	02/06/2015
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	11	28/01/2015
RUI COSTA DE OLIVEIRA	14	17/04/2015
SINESIO NOGUEIRA DE SOUZA	05	19/05/2015
TIAGO DE ANDRADE CARDOSO	06	19/05/2015
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	12	27/03/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não		
Justificar:		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	87	18/05/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	15	01/12/2014
17.7.3 ADVOGADO	02	08/06/2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não		
Justificar:		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/GNU E DOS PROVIMENTOS Nº 08/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não		
Justificar: Os bens apreendidos se encontram armazenados em armários na Secretaria.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não		
Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Celular	0011581-73.2014.814.0028	Infrator: AILTON PEREIRA DA SILVA E MARCELO DE SOUZA Vítima: LEANDRA APARECIDA BATISTA DE ENCARNACAO
-	-	-
18.5 HÁ ARMAS NO FORUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não		
Justificar: PREJUDICADO		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não		
Justificar: PREJUDICADO		
19. CUSTAS E DEPOSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPOSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não		
Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não		
Justificar: Referente ao Processo Nº 00043832020098140028, no valor de R\$ 508,22 (quinhentos e oito reais e vinte e dois centavos). Tendo em vista que, os referidos autos encontram-se arquivados, a Secretaria da vara comprometeu-se a adotar as providências pertinentes para solução do presente caso ainda durante o período de realização desta correição ordinária.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não		
O servidor responsável pela UNAJ na Comarca é Alessandra Gomes Heringuer		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

182
P

PROCESSO?

Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CIVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim () Não

Justificar:

20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

1. O Fórum da Comarca possui problemas sérios de fornecimento de água, fato que implica diretamente no bem estar, na saúde e nas condições de higiene de todos os servidores da mesma, bem como de advogados e partes.
2. O Fórum da Comarca não possui um setor arquivo adequado para o recebimento dos processos finalizados, situação que gera um acúmulo de caixas dentro das unidades judiciárias, prejudicando o ambiente de trabalho dos servidores.
3. Os equipamentos de informática utilizados na unidade são antigos, e apresentam problemas de travamento e lentidão, havendo, portanto, a necessidade urgente de troca dos mesmos.
4. Os materiais de consumo solicitados ao Almoxarifado do TJE são fornecidos parcialmente, sendo insuficientes para os trabalhos da unidade, tais como, capas de processos, etiquetas para impressora, papel, cola, colchetes, etc.
5. O ar-condicionado da Secretaria está danificado sem condições de reparo, havendo a necessidade da aquisição de um equipamento novo, que já foi solicitado ao TJE.
6. Há necessidade de substituição de 04 (quatro) cadeiras para os servidores da secretaria.

CONSIDERAÇÕES CJCI:

- A sala reservada a Secretaria da 4ª Vara Cível é muito pequena.
- Devido o problema com o setor de arquivo do Fórum da Comarca de Marabá, os servidores da referida Secretaria contam com um acervo de mais ou menos 100 (cem) caixas de processos arquivados dentro da mesma, que se encontram empilhadas no chão, gerando uma falta de espaço maior ainda.
- Durante todo o período em que a Corregedoria esteve na Comarca o ar condicionado da Secretaria não funcionou, situação que exigia um esforço muito grande dos servidores em manterem-se concentrados e trabalhando.

21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Cabe registrar que, mesmo diante das deficiências de pessoal, equipamentos e internet, toda a equipe da Vara da Infância e Juventude cumpri as determinações legais e dentro dos prazos.

É importante registrar que o prazo de internação provisória dos adolescentes em



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

conflito com a lei está sendo observado de forma rigorosa, inclusive o Provimento Conjunto nº 002/2014-CJRMB/CJCI.

Além disso, oportuno citar que as reavaliações de medidas socioeducativas de meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) e fechado (internação) estão sendo reavaliadas rigorosamente dentro do prazo máximo de 6(seis) meses, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Resolução 165/CNJ.

Ressalte-se também que os cadastros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – CNA (Cadastro Nacional de Adoção), CNCA (Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas) e CNAEL (Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei) – estão sendo devidamente alimentados pela secretaria da vara.

Registre-se o cumprimento das inspeções bimestrais no CIAM (Centro de Internação de Marabá) com encaminhamento de relatório à CJCI, e registradas através de formulário eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme determina a Resolução nº 188 deste órgão e o Provimento Conjunto nº 06/2014-CJRMB-CJCI.

Frise-se também que os casos de acolhimento institucional estão sendo reavaliados dentro do prazo máximo de 6(seis) meses, inclusive adotamos um relatório interno da vara onde são acompanhadas rigorosamente todas as situações, cumprindo-se assim o que determinam o Provimento nº 32 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Portaria Conjunta nº 01/2014-CJRMB/CJCI.

Observa-se o esforço da equipe da vara no cumprimento das metas do CNJ

Frise-se também a inexistência de feitos pendentes de movimentação há mais de 100(cem) dias, tanto na secretaria quanto no gabinete.

Registre-se que, no ano de 2015, foi realizada a ação "Adotar nunca é tarde", através da exibição do filme "O Contador de Histórias" e debate sobre a adoção tardia, bem como a realização da ação VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, conforme projeto disponível na vara."

A despeito disso, ratificamos a deficiências apontadas pelo Sr. Diretor de Secretaria no que tange aos recursos humanos, aos equipamentos e à internet necessária para a operacionalização dos vários sistemas do CNJ e LIBRA.

Marabá, 10/06/2015.

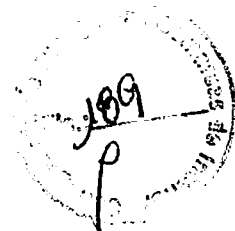
EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA

Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude de Marabá

Marabá, 12/06/2015.

OBS: ORIENTAR A SECRETARIA JUDICIAL A SEPARAR PARA ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO:

- A) **PROCESSOS CÍVEIS INCLUÍDOS NA META 2/2015/CNJ; (META CUMPRIDA)**
- B) **PROCESSOS CRIMINAIS INCLUÍDOS NA META 2/2015/CNJ; (PREJUDICADO)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Marabá

EDITAL Nº 001/2015

PERÍODO: 08 a 12/06/2015

Corregedora de Justiça: Desa. Maria do Céu Maciel Coutinho

Juíza Corregedora: Mônica Maciel Soares Fonseca

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL:
VARA DE EXECUÇÃO PENAL

1.2 COMPETÊNCIA:
EXECUÇÃO PENAL / PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

1.3 MAGISTRADO (A):
DANIEL GOMES COELHO

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:
RESPONDENDO DESDE 28/05/2015

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:
A PARTIR DE 28/05/2015

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO:
RUA TRANSAMAZONICA, S/N – FORUM JUIZ JOSE ELIAS MONTEIRO LOPES, BAIRRO AMAPÁ, MARABÁ/PA

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:
PRÓPRIO

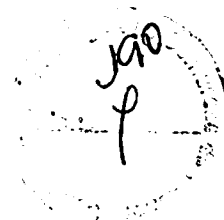
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:
Relacionar e descrever:
AS SALAS DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR E DA SECRETARIA SE ENCONTRAM UMA AO LADO DA OUTRA, O QUE FAVORECE O CONTATO ENTRE OS SERVIDORES, OUTRO PONTO FAVORÁVEL É QUE O GABINETE E O SETOR DE CÁLCULO SE ENCONTRAM NO MESMO CORREDOR, O QUE, DE CERTA FORMA FACILITA A INTEGRAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS SETORES DA VARA.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:
(X) BOAS () REGULARES () RUINS
JUSTIFICAR:
AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS SÃO ADEQUADAS AO BOM FUNCIONAMENTO DO DIVERSOS SETORES DA VARA.

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:
() Boas (X) Regulares () Ruins
Justificar:
SE VERIFICA QUE HÁ UM TEMPO, OS PROBLEMAS RELACIONADOS À FALTA DE ÁGUA NO PRÉDIO DO FÓRUM IMPOSSIBILITA QUE OS BANHEIROS SEJAM LIMPOS COM FREQUÊNCIA, E CONSEQUENTEMENTE EXALA FORTES ODORES DESAGRADÁVEIS.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



2.6 MOBILIÁRIO:
 Bom Regular Ruim
Justificar:
OS MOBILIÁRIOS SE APRESENTA DE FORMA BEM CONSERVADA E EM QUANTIDADE SATISFATÓRIA AO BOM DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA SERVENTIA E DO GABINETE DO JUIZ.

2.7 SEGURANÇA:
 Boa Regular Ruim
Justificar:
APESAR DA EXISTENCIA DE DETECTORES DE METAL E DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, VERIFICA-SE UM QUADRO DE AGENTES DE SEGURANÇA INTERNA (POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS) VINCULADOS À CORDENADORIA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM NUMERO REDUZIDO. OUTRO PONTO NEGATIVO LIGADO À SEGURANÇA É O SISTEMA DE HIDRANTES DE COMBATE A INCENDIOS NÃO FUNCIONAR OU FUNCIONAR DE MANEIRA PRECÁRIA.

2.8 ACESSIBILIDADE:
 Boa Regular Ruim
Justificar:
PRÉDIO LOCALIZADO PROXIMO À AVENIDA E A PONTOS DE PARADA DE ÔNIBUS. POSSUI TAMBÉM RAMPAS DE ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:
 Boa Regular Ruim
Justificar:
PREJUDICADO

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
DANIEL GOMES COELHO – 28/05/2015

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
O JUIZ ATUAL É JUIZ SUBSTITUTO

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:
SEM AUSENCIAS NO PERÍODO

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:
SIM, 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES
Relacionar e descrever:
NÃO.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:
Relacionar e descrever:

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

	JUIZ	ENTRADA / SAÍDA	
01	GERALDO NEVES LEITE	04/05/2015	28/05/2015
02	DANIEL GOMES COELHO	29/04/2015	03/05/2015
03	GERALDO NEVES LEITE	21/02/2015	28/04/2015
04	DANIEL GOMES COELHO	09/12/2014	20/02/2015
05	GERALDO NEVES LEITE	01/08/2014	08/12/2014
06	DANIEL GOMES COELHO	25/06/2014	30/07/2014
07	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	03/06/2014	24/06/2014

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo magistratos e conciliadores)			
08	GERALDO NEVES LEITE	02/06/2014	02/06/2014
09	ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	02/05/2014	31/05/2014
10	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	22/03/2014	30/04/2014
11	MURILO LEMOS SIMÃO	19/03/2014	21/03/2014
12	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	08/03/2014	18/03/2014
13	MURILO LEMOS SIMÃO	06/03/2014	07/03/2014
14	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	15/11/2013	05/03/2014
15	DANIEL GOMES COELHO	13/11/2013	14/11/2013
16	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	09/11/2013	12/11/2013
17	DANIEL GOMES COELHO	06/11/2013	08/11/2013
18	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	08/10/2013	05/11/2013
19	WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA	02/09/2013	07/10/2013
20	ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	09/05/2013	01/09/2013
21	JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	08/04/2013	08/05/2013
22	ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	01/03/2013	04/04/2013
23	JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	16/11/2012	28/02/2013
24	MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	06/11/2012	15/11/2012
25	JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	01/11/2012	05/11/2012
26	MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	22/10/2012	31/10/2012
27	JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	30/09/2012	21/10/2012
28	MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	27/09/2012	29/09/2012
29	JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	30/06/2012	26/09/2012
30	CELSO QUM FILHO	02/05/2012	29/06/2012
31	JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	01/05/2011	27/04/2012

4.1 GABINETE:

Nome: POLIANA BORBA SIMÕES

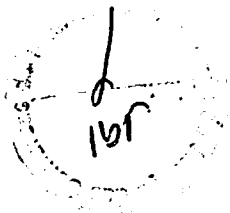
Cargo: ASSESSORA DE JUIZ DE 2ª INTRANCIA - CJS-2

4.2 SECRETARIA:

Nome: RAFAEL TAVARES MALATO

Cargo: Auxiliar Judiciário - Motorista, em função de Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria 1101/2008 - GP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR





192
P

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Ato de lotação: Portaria 132/2010 - DF

Nome: LUCIANA CRISTINA CERQUEIRA RODRIGUES DE CARVALHO

Cargo: Analista Judiciário

Ato de nomeação: Portaria 1481/2004 - GP

Ato de lotação: Portaria 184/2010 - DF

Nome: DEUSILENE DOS SANTOS SOUZA

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria 2476/2009 - GP

Ato de lotação: Portaria 0673/2011 - GP

Nome: STERPHANE DE OLIVEIRA CASTRO

Cargo: estagiário

Nome: HELBERTH DE JESUS ARANTES

Cargo: estagiário

Nome: TIAGO TAVARES DE MACEDO RIBEIRO

Cargo: estagiário

4.3 – EQUIPE INTERDISCIPLINAR

Nome: ANDREA RIBEIRO ALFAIA

Cargo: Analista Judiciário – Serviço Social

Nome: ANGELICA CRISTINA BITAR MIRANDA

Cargo: Analista Judiciário – Pedagogia

Ato de nomeação: 0553/2011 - GP

Ato de lotação: 039/2011 - DF

Nome: MARCIA ANDREA AUGUSTO PEREIRA

Cargo: Analista Judiciário – Psicologia

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS – ENTRADA EM 16/07/2012

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

TITULAR

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

NÃO

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

JOSÉ ERICKSON FERREIRA RODRIGUES – ENTRADA EM 12/07/2012

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

TITULAR

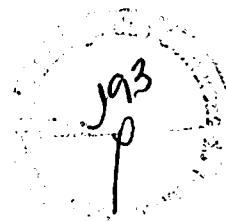
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

SIM, INFANCIA E JUVENTUDE.

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL



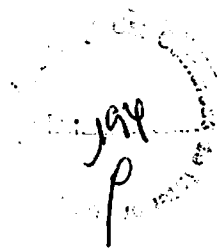
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: 01 FIAT DOBLÔ 01 FORD FIESTA 01 FORD RANGER 01 MITSUBISHI L200
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar: NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DAS VISITAS TÉCNICA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR JUNTO AOS APENADOS FISCALIZADOS. USADO TAMBÉM PARA REALIZAR AS INSPEÇÕES CARCERÁRIAS NAS CASAS PENAIS VINCULADAS À UNIDADE JUDICIÁRIA
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom () Regular (X) Ruim Justificar: RUIM, DADO A QUANTIDADE DE VARAS NA COMARCA E O LINK DISPONIBILIZADO SER INSUFICIENTE, ACARRETANDO EM LENTIDÃO DOS DIVERSOS SISTEMAS UTILIZADOS.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): SECRETARIA: 03 SETOR DE CALCULO: 02 GABINETE: 01 SALA DE AUDIÊNCIA: 01 EQUIPE INTERDISCIPLINAR: 03
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): lexecpenalmaraba@tjpa.jus.br
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: APESAR DO GRANDE VOLUME DE MANUSEIO DOS AUTOS DE EXECUÇÃO PENAL, O ESTADO FÍSICO É CONSIDERADO BOM, AS PASTAS TAMBÉM APRESENTAM-SE EM BONS ESTADOS DE CONSERVAÇÃO. COM O ADVENTO DE NOVAS TENDÊNCIAS AMBIENTAIS, NA SERVENTIA SÓ SE ARQUIVA CÓPIAS NAS RESPECTIVAS PASTAS DAQUELES QUE NÃO POSSUEM MEIOS DIGITALIZADOS DE ARQUIVAMENTO.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: NA PRÓPRIA SECRETARIA, COM IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE PASTA EM LETRAS GRANDES E BEM DISPOSTAS.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: SIM, TODOS OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE TRAMITADOS INTERNAMENTE NO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



SISTEMA, COM EXCESSÃO DAQUELES QUE SERÃO FEITOS CONCLUSOS OU REMESSAS PARA O MINISTÉRIOS PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA, DEVIDO TAIS REMESSAS SEREM FEITAS (TRAMITAÇÃO EXTERNA) DIARIAMENTE.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar: SIM, SOMENTE OS ESTAGIÁRIOS AINDA NÃO POSSUEM, NO ENTANTO JÁ SOLICITADOS AO SETOR DE INFORMÁTICA
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: SIM, COM O ADVENTO DE USO FREQUENTE DOS DIVERSOS SISTEMAS, CADA VEZ É MAIS NECESSÁRIO QUE TODOS OS SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS, AINDA QUE NÃO TRABALHEM FREQUENTEMENTE NO SISTEMA, SAIBAM MANUSEAR DE MANEIRA A SUBSTITUIR OUTRA PESSOA QUANDO NECESSÁRIO. O DIRETOR DE SECRETARIA PARTICIPA FREQUENTEMENTE DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PELO CNJ, SEJA PRSENCIALMENTE OU À DISTÂNCIA, E DE MANEIRA REPLICADORA REPASSA AOS DEMAIS COLEGAS DA VARA.
OBS DA CJCI: A CJCI sugere a realização de curso À DISTÂNCIA de atualização do Código de Processo Civil – CPC, gestão de secretaria, SIGA-DOC e outros que contribuam para o aprimoramento das atividades desenvolvidas.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: O CADASTRO SE FAZ PRIMORDIAL DEVIDO A NECESSIDADE DE RELATÓRIOS DE PRODUTIVIDADE DO JUSTIÇA ABERTA.
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não Justificar: SIM, SOBRETUDO AQUELES EM QUE JÁ SE ENCONTRAM SENTENÇIADOS COM EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA, NO ENTANTO, DENTRE AS DELIBERAÇÕES, ENCONTRAM-SE A COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, E QUE PARA A DEVIDA COMUNICAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIO A DATA DO TRANSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, O QUE MUITAS VEZES AINDA NÃO CONSTA NOS AUTOS, HAVENDO A NECESSIDADE DE SOLICITAR JUNTO À VARA SENTENCIANTE E QUE POR VEZES DEMORA MUITO TEMPO, IMPOSSIBILITANDO O DEVIDO ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? A PUBLICAÇÃO É REALIZADA QUANDO DA INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS SOBRE OS DIVERSOS ATOS PROCESSUAIS E QUANDO DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE INTIMAÇÃO, NO ENTANTO, NÃO SE FAZ CONFERÊNCIA DA RESENHA.
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL
8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCSESUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA 2033
8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

2013: 2.395	
2014: 2.245	
2015 (até 05.06.2015): 1.645	
8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA QUANTIDADE	CIVIS
	CONTAGEM FISICA
	CIVIS
	CIVIS - META 2/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011)
	CIVIS - META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012
	AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL
	CIVIS - META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012)
	AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUIDAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	RECLAMAÇÃO CIVEL (LEI Nº 9.099/95)
	CIVIS (EXCLUIDOS OS DA META)
	ANUAIS
	PENAS - META 2/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011)
	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER
	PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI
	TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)
	EXECUÇÃO PENAL
	PENAS (EXCLUIDOS OS DA META)
	INFÂNCIA E JUVENTUDE
	ATO INFRAACIONAL
	SITUAÇÃO DE RISCO
	TUTEIA
	GUARDA
	ADOÇÃO
	EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
	CARRAS PRECATÓRIAS
	PRECATÓRIAS CIVEIS
	PRECATÓRIAS CRIMINAIS
	PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE
	TOTAL - QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA
	1998

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



Handwritten signature and stamp: "1998" and a circular stamp.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

196
9

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

Sim Não

Justificar:

EM PARTE, A SECRETARIA ESTÁ ENCONTRANDO DIFICULDADES EM TRANSLADAR AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PARA O ROTEIRO DE PENAS, UMA VEZ QUE HÁ NECESSIDADE DE RENUMERAR E CERTIFICAR.

OUTRA DIFICULDADE É A AUTUAÇÃO DE INCIDENTES, POIS COM FREQUÊNCIA HÁ FALTA DE CAPA DE AUTUAÇÃO, SENDO NECESSÁRIO O INCIDENTE TRAMITAR DIRETAMENTE NOS AUTOS DE ROTEIRO DE PENA.

COMO SUGESTÃO PARA SOLUÇÃO DA DIFICULDADE ACIMA E CONSIDERANDO AINDA O QUE FOI MINISTRADO PELO MINISTRO, DR. LUCIANO LOSEKAN, DURANTE O IV CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES A RESPEITO DA FORMAÇÃO FÍSICA DOS AUTOS DE EXECUÇÃO PENAL, DEVIDO O NÚMERO SIGNIFICATIVO DE APENSOS, O QUE GERA DIFICULDADES EM MANUSEAR O PROCESSO, SENDO ASSIM, QUE SE FAÇA TESTES EM DETERMINADOS PROCESSOS FÍSICOS EM QUE SE FORMARIA UM ÚNICO AUTO, SENDO OS INCIDENTES JUNTADOS E MOVIMENTADOS DIRETAMENTE NO PROCESSO, SEM A NECESSIDADE DE SE AUTUAR APENSOS E POSTERIORMENTE O TRANSLADO DO INCIDENTE JUNTADA NO “ROTEIRO DE PENA”, CONFORME ESTABELECE O MANUAL DE ROTINAS. E AO FINAL SE VERIFICARIA A VIABILIDADE DE SE MUDAR OU NÃO PARA A FORMAÇÃO DE AUTOS ÚNICOS (SEM APENSOS) OU CONTINUARIA DA MESMA FORMA.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	395	233
2013	589	545
2014	711	490

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

Sim Não

Justificar:

PREJUDICADO

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (4) INICIAIS;
- (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (-) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (-) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;
- (6) IDOSO;
- (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (-) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (2) RÉU PRESO;
- (-) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (7) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;



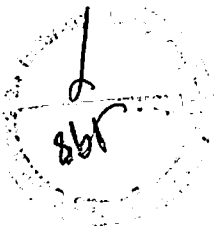
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

197
P

(8) OUTRO		
OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Justificar: O controle é feito pela Secretaria do Fórum		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): PREJUDICADO		

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUIZO:	PREJUDICADO
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):	PREJUDICADO
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIAÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:	PREJUDICADO
11. INDICADORES CRIMINAIS	
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):	PREJUDICADO
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 539	PREJUDICADO
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:	PREJUDICADO
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:	PREJUDICADO () Sim () Não
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:	PREJUDICADO Justificar: () Sim () Não
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?	PREJUDICADO Justificar: (X) Sim () Não
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENAS/PCJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009):	PREJUDICADO
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JURI NOS ÚLTIMOS 24 MESES:	PREJUDICADO
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE PREJUDICADO	
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:	PREJUDICADO
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:	PREJUDICADO
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:	PREJUDICADO
12.4 HA VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?	PREJUDICADO Justificar: () Sim () Não
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:	PREJUDICADO
12.6 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:	PREJUDICADO Justificar: () Sim () Não
12.7 HA ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?	PREJUDICADO
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?	PREJUDICADO
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SOCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?	PREJUDICADO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR





199
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL	
13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: SOMENTE SE AUTUA PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL COM A CHEGADA DA GUIA DE RECOLHIMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE.	
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: SOMENTE AQUELES EM QUE A CASA PENAL AINDA NÃO ENCAMINHOU O HISTÓRICO CARCERÁRIO, PARA SE CONFIRMAR AS DATAS DE ENTRADA/SAÍDA DO APENADO, E ASSIM CADASTRAR NO SISTEMA SISPE, E ASSIM ELABORAR O CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO DE PENA, SENDO POSTERIORMENTE ENTREGUE AO APENADO, SEJA ATRAVÉS DE OFICIAL DE JUSTIÇA OU EM EVENTO NA CASA PENAL.	
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: NÃO. TÃO LOGO SEJA FEITO ALGUM PEDIDO DE BENEFÍCIO, A RESPECTIVA PETIÇÃO É JUNTADA AOS AUTOS PARA OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS, DE ACORDO COM O BENEFÍCIO: 1- REMIÇÃO, JUNTADO AOS AUTOS E ENCAMINHADO PARA O SETOR DE CÁLCULOS COM FINALIDADE DE SE VERIFICAR SE COM A REMIÇÃO SOLICITADA O APENADO ALCANÇARÁ O LAPSO TEMPORAL PARA PROGRESSÃO DE REGIME/LIVRAMENTO CONDICIONAL, CASO O MESMO ALCANCE LAPSO TEMPORAL, OS AUTOS SÃO SEPARADOS PARA PROXIMA AUDIÊNCIA COLETIVA DESIGNADA, CASO NÃO ALCANCE LAPSO NOS PROXIMOS 30 DIAS, OS AUTOS SEGUEM NORMALMENTE PARA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO; 2- TRABALHO EXTERNO: A PETIÇÃO DEVIDAMENTE INSTRUÍDA COM CARTA E PROPOSTA DE EMPREGO É JUNTADA AOS AUTOS E ENCAMINHADA À EQUIPE INTERDISCIPLINAR QUE REALIZARÁ UMA VISITA/INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO NO QUAL SE PRETENDE O TRABALHO, OPORTUNIDADE EM QUE O EMPREGADOR É ENTREVISTADO RESPONDENDO QUESTÕES COMO A FUNÇÃO QUE O APENADO DESEMPENHARÁ,	
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: SIM, A COMARCA NÃO POSSUI CASA DE ALBERGADO, ESTANDO OS APENADOS, TANTO OS QUE PROGREDIRAM PARA O REGIME ABERTO OU AQUELES QUE FORAM CONDENADOS DIRETAMENTE EM REGIME ABERTO, CUMPRINDO PRISÃO DOMICILIAR, DEVIDAMENTE FISCALIZADO PELA EQUIPE INTERDISCIPLINAR VINCULADA À VARA DE EXECUÇÃO PENAL.	
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? SIM. CRRAMA (Centro de Recuperação Regional Mariano Antunes) e CTMM (Central de Triagem Masculina de Marabá)	
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? NÃO	
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? MENSALMENTE	
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? SIM	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

200
P

14. PRECATÓRIAS		
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO PREJUDICADO		
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 41		
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: A VARA NÃO EXPEDE MAIS CARTA PRECATÓRIA PARA CUMPRIMENTO		
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
15. INQUÉRITOS POLICIAIS PREJUDICADO		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: PREJUDICADO		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: PREJUDICADO		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: PREJUDICADO		
16. PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 26, DEVIDO AO REDUZIDO QUADRO DE SERVIDORES LOTADO NA SECRETARIA DA VARA.		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 11		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 12		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 06		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 39		
17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 13, AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE DILIGENCIAS OU IMPULSO OFICIAL PARA REITERAÇÃO DA DILIGÊNCIA		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 118, DADO O REDUZIDO QUADRO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE DESPACO/DECISÃO, (SOMENTE 01 SERVIDOR REALIZA CUMPRIMENTO)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 0		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 0		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 256		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: 20 MANDADADOS 10 OFICIAIS DE JUSTIÇA		
LISTAGEM EM ANEXO		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

201
P

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O CONTROLE É REALIZADO ATRAVÉS DE ESCANINHOS-CALENDÁRIO. TODO EXPEDIENTE EXPEDIDO POSSUI UMA DATA PARA REVER SE HÁ CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. ATUALMENTE A VARA ENCONTRA DIFICULDADE EM REVER TAIS DATAS EM RAZÃO DO QUADRO REDUZIDO DE SERVIDORES, PORÉM É DADO PRIORIDADE AOS PROCESSOS DE APENADOS PRESOS.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	09	10/02/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	122	30/01/2015
17.7.3 ADVOGADO	0	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: CONTROLE REALIZADO PELO SISTEMA LIBRA. SIM, HÁ COBRANÇA. OS PROCESSOS QUE SE ENCONTRAM COM O MP DESDE 10/02/2014, POR DIVERSAS VEZES FORAM SOLICITADAS AS DEVOLUÇÕES, OBTENDO COMO RESPOSTA QUE OS AUTOS JÁ HAVIAM SIDO DEVOLVIDOS ANTERIORMENTE, MAS SEM TER COMPROVANTE DE QUEM HAVIA RECEBIDO NA SECRETARIA. FATO ESTE LEVADO A CONHECIMENTO DO MAGISTRADO, O QUAL RESPEITANDO OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS DETERMINOU QUE FOSSE ABERTO PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCE E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
PREJUDICADO		
PREJUDICADO		
PREJUDICADO		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?		



202
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: PREJUDICADO
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: PREJUDICADO
19 GUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não PREJUDICADO
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: PREJUDICADO
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: PREJUDICADO
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não PREJUDICADO
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: PREJUDICADO
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: PREJUDICADO
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
A) A secretaria encontra dificuldades relacionadas à autuação de novas guias de recolhimento provisórias e definitivas, pois além das guias eletrônicas recebidas via sistema LIBRA, a qual ainda demanda de cadastramento, tal qual o realizado pelo distribuição, recebe também guias por meio físico oriundas da distribuição, fato este agravado com a exoneração, em 08/05/2013, da servidora Delaine Moura da Silva, Matrícula 110442 (Portaria 1979/2013), e que até a presente data não foi lotado nenhum servidor para assumir a vaga nesta secretaria. Portanto que seja lotado de imediato, ao menos, 01 Auxiliar Judiciário para suprir a vacância da vaga da servidora exonerada.
B) Quanto a organização cartorária, a serventia adota a metodologia do “Projeto Eficiência” do CNJ, projeto este que o Diretor de Secretaria participou como convocado pela equipe do DMF/CNJ, para implementar tal modelo metodológico em diversas varas de execução penal dos Tribunais Estaduais, tais como, Vara de Execução Penal de Foz do Iguaçu/PR, Vara de Execução Penal de São Paulo/SP, 1ª e 2ª Vara de Execução Penal de Recife e Vara de Execução Penal de Caruarú, ambas em Pernambuco, Vara de Execução Penal de Porto Velho/RO, além de participação nos mutirões carcerários de São Paulo/SP e Belém/PA. A metodologia se utiliza de escaninhos calendários para controle de prazos. Onde os processos com respectivo cálculo de liquidação de pena atualizado são separados em escaninhos com o mês em que o apenado alcançará lapso temporal para benefícios de progressão de regime e livramento condicional, além do controle feito através de banco de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

203
P

dados, o qual se encontra armazenada as datas de benefícios, sendo feita através de filtros no sistema informatizada o período solicitado, como por exemplo, os apenados que alcançarão lapso para benefício nos próximos três meses, ou mesmo relação de apenados que por ventura estejam com datas vencidas para benefícios, etc. Organização das estações de trabalho em formato de ilhas de trabalho, e etc. O cumprimento de despachos são cumpridos de acordo com a ordem cronológica da decisão/despacho, respeitando-se os casos prioritários como apenados cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto e ainda situações de prisão domiciliar para tratamento de saúde, transferência de comarca, liberação de pecúlio, audiência designada.

- C) As audiências coletivas ou concentradas são realizadas semanalmente, com a análise dos processos em que o apenado implemente lapso temporal para progressão de regime, livramento condicional, trabalho externo ou saída temporária, oportunidade em que, em audiência, o Ministério Público se manifesta sobre o benefício, em seguida o magistrado decide.
- D) O setor de Cálculo de Liquidação de Penas, apesar de ser um setor da execução penal funcionando em ambiente externo à secretaria, vinculado diretamente ao magistrado, possui em seu quadro de servidores apenas um Auxiliar Judiciário e um Estagiário, os quais são computados como servidores da secretaria.
- E) Um dos principais pontos negativos são relacionados à Internet, pois a demanda por utilização dos diversos sistemas e aplicativos do TJ ou que dependem da rede são inviabilizados dado à péssima prestação de serviço de internet.
- F) Tanto a Secretaria como o Setor de Cálculo de Liquidação de Pena, são responsáveis por alimentar o Banco de Dados, que possui na sua essência a capacidade de armazenar informações e gerar relatórios de datas diversas de implementação de prazos para benefícios, para término de pena, para lapso de prescrição pela pretensão executória (Validade do mandado de Recaptura), regime atual de cumprimento de pena, etc, necessário para Inspeção carcerária realizada pelo juízo
- G) Dado o número crescente de recebimento de expediente não necessariamente vinculados à processos de execução penal ou a apenados, para que seja despachado pelo magistrado e posteriormente respondido aos solicitantes, a serventia utiliza a prática de escanear os documentos e responder através de email ou malote digital, ocorre que tais procedimentos, muitas vezes demandam urgência e tempo, deveriam ser englobados como produtividade, tanto de magistrados como de servidor, que deixam de executar certas tarefas que são aferidas no Libra para executar tais procedimentos que não são computados como produtividade.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

- a) Mutirões internos são realizados para autuação de Guias de Recolhimentos pendente de autuação;
- b) O quadro de servidores é reduzido, tendo o magistrado titular, antes de sua remoção solicitado ao TJE a lotação de 02 Analistas, 01 Auxiliar Judiciário e 02 Estagiários, conforme Of. 1157/2014 7^ªVEP encaminhado à Presidência em 20/08/2014 via SIGA-DOC (Protocolo – PA-OFI-2014/08105) e reiterado através de Ofício encaminhado via SIGA-DOC Nº PA-OFI-2015/05967.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

204
P

- c) As inspeções carcerárias são realizadas mensalmente sendo semanalmente realizadas audiências coletivas para análise de benefícios no Fórum ou eventualmente no próprio estabelecimento prisional.
- d) Problemas estruturais e relacionados à segurança nas Casas Penais vinculados à Unidade Judiciária são detectados com frequência, tanto em relação à entrada de produtos proibidos no interior dos presídios, quanto pelo número de fugas computadas, sobretudo do regime semiaberto. Some-se a isso a deficiência de segurança externa, realizada pela Polícia Militar, o que por diversas vezes deixa as guaritas que circundam os presídios sem nenhum policial. Por fim, cumpre destacar que os muros do semiaberto não permitem qualquer vigilância, pois o galpão não possui grades e os internos saem e retornam a qualquer momento do estabelecimento prisional. É certo ainda que, embora este juízo venha realizando a correição na forma devida, tal problema depende de solução do Poder Executivo, sobretudo conferindo reforma e melhor estrutura ao local, o que em nenhum momento foi feito, apesar de expedientes desta unidade jurisdicional direcionados aos órgãos responsáveis.
- e) Com a inauguração do Centro de Triagem Masculino de Marabá CTMM
- f) O número crescente do acervo processual da vara, se dá em face de processos de execução penal somente serem arquivados quando do término do cumprimento de pena, o qual acarreta cada vez mais um aumento na taxa de congestionamento da Vara.
- g) A unidade Judiciária atualmente possui os seguintes projetos sociais e pedagógicos em andamento: “Pai Presente: Resgatando a Paternidade no Cárcere”, “Libertação” e “Biblioteca dos Saberes”.
- h) Com a inauguração recente do Centro de Triagem Masculino de Marabá CTMM, e assim o aumento do número de vagas para custodiar internos do Sistema Prisional, e ainda que o Presídio vinculado ao Pólo de Redenção foi parcialmente interditado, houve um aumento significativo de transferência para o CTMM de presos provisórios, o que de maneira imediata acarretou rebeliões e outros tumultos, fato este que levou este juízo a realizar diversas reuniões com os Diretores dos Estabelecimentos Prisionais de Marabá e também com outros representantes da SUSIPE a fim de soluções fossem encontradas, sob pena da possibilidade de interdição daquela Casa Penal.

Marabá, 12 de junho de 2015.

Informações Complementares:

Comarcas Abrangidas pela Vara de Execução Penal:

1. Jacundá;
2. São Geraldo do Araguaia;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

205
P

3. São Domingos do Araguaia;
4. São João do Araguaia;
5. Rondon do Pará;
6. Curionópolis
7. Parauapebas;
8. Canaã dos Carajás;
9. Itupiranga;
10. Tucuruí (Feminino)

Acervo Processual: 2033

Tramitações Externa: 131

População carcerária:

Masculino: 706

Feminino: 106

CRRAMA	CTMM		
	Masc ulino	Feminin o	Masculin o
FECHADO	207	04	05
SEMIABER TO	143	17	03
COND./PR OV.	33	05	03
PROVISÓR IO	0	76	312
TOTAL	383	106	323



219
P

COMARCA: Marabá

EDITAL Nº 001/2015

PERÍODO: 08 a 12/06/2015

Corregedora de Justiça: Desa. Maria do Céu Maciel Coutinho

Juíza Corregedora: Mônica Maciel Soares Fonseca

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

1.2 COMPETÊNCIA: Para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis e menor complexidade da Lei 9099/95, conforme artigos 3, 4 e 8.

1.3 MAGISTRADO (A): CRISTIANO MAGALHÃES GOMES

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 25/08/2010

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO: RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, S/Nº, AMAPÁ – MARABÁ/PA

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: PREJUDICADO

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:
Relacionar e descrever: SECRETARIA, ASSESSORIA, GABINETE, SALA DE AUDIÊNCIA

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:
 Boas Regulares Ruins
Justificar:

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:
 Boas Regulares Ruins
Justificar:

2.6 MOBILIÁRIO:
 Bom Regular Ruim
Justificar:

2.7 SEGURANÇA:
 Boa Regular Ruim
Justificar:

2.8 ACESSIBILIDADE:
 Boa Regular Ruim
Justificar:

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:
 Boa Regular Ruim



Justificar:

PREJUDICADO

220
P

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: CRISTIANO MAGALHÃES GOMES - 25/08/2010

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA – 29 a 30/04/2015 e 04/05/2015 a 02/06/2015

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 29 a 30/04/2015 e 04/05/2015 a 02/06/2015 – PORTARIAS Nºs 1702/2015-GP e 1667/2015-GP, RESPECTIVAMENTE.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: 2ª VARA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL – PORTARIA Nº 2042/2015-GP, A CONTAR DE 03/06/2015.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES
Relacionar e descrever: PREJUDICADO

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:
Relacionar e descrever:

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA	08/08/2011	12/08/2011
02 EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO	20/09/2011	21/09/2011
03 ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	01/06/2012	30/06/2012
04 ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI	20/03/2013	19/04/2013
05 ARIELSON RIBEIRO LIMA	16/07/2013	28.02.2014
06 ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI (JUIZ COLABORADOR)	28/08/2013	31.03.2014
07 GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO (JUIZ COLABORADOR – AUD. REMOTA)	22/10/2013	31.01.2014
08 ARIELSON RIBEIRO LIMA (ARMÁRIO LIMPO – SENTENÇA)	07/01/2014	31.12.2014
09 ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI (ARMÁRIO LIMPO – SENTENÇA)	07/01/2014	31.11.2014
10 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	02/06/2014	01/07/2014
11 ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES	20/06/2014	20/09/2014
12 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	29/04/2015	02/06/2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

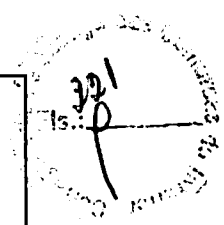
4.1 GABINETE:

Nome: IOLETE CARDOSO PINHEIRO
Cargo: AUX. JUDICIÁRIO (AUDIÊNCIAS)

Nome: JOSÉ DA TRINDADE BORGES
Cargo: ASSESSOR JURÍDICO

4.2 SECRETARIA:

Nome: MARIA ANTONIA GAMA DE MENEZES
Cargo: Analista Judiciário em função de Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0128/1982-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 4019/2013-GP



Nome: ELLEN JANUÁRIO DE OLIVEIRA
Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0241/92-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 119/2011-DF

Nome: PATRÍCIA LYON GOMES DE FREITAS
Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0138/2012-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 0138/2012-GP

Nome: EMIDIO SILVA RODRIGUES
Cargo: estagiário

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: JULIO CÉSAR SOUSA COSTA

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: RESPONDENDO (PORTARIA Nº 2705/2015-MP/PGJ)

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – JOSÉ ERICKSON FERREIRA RODRIGUES
PERÍODO DE EXERCÍCIO: 27/09/2013

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: RESPONDENDO

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? COORDENAÇÃO REGIONAL, ATUAÇÃO VARA DE EXECUÇÃO PENAL, VARAS CÍVEIS, 1ª E 2ª VARAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS
PREJUDICADO

6.1.1 FROTA:
PREJUDICADO

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?
() Sim () Não

Justificar:
PREJUDICADO

6.2 INFORMÁTICA:
PREJUDICADO

6.2.1 ACESSO À INTERNET:
() Bom (X) Regular () Ruim

Justificar: Ausência de estabilidade
PROBLEMA NA VELOCIDADE PARA EXECUÇÃO NOS SISTEMAS, PARALISAÇÃO NOS SISTEMAS.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):
NA SECRETARIA: 02 PARA 04 MICROS, SALA DE AUDIÊNCIA: 01, GABINETE: 01, ASSESSORIA: 02

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: PROJUDI e LIBRA

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jecivelmaraba@tjpa.jus.br

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?
(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:



226
P

<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Há necessidade de arquivo para os processos criminais, pois estão sendo arquivados na Secretaria.</p>	
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>	
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>	
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: SIGA-DOC</p>	
<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>	
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar:</p>	
<p>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? EM AUDIÊNCIA, PELO PROJUDI E CARTA DE INTIMAÇÃO.</p>	
<p>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>	
<p>8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA PROJUDI: PREJUDICADO</p>	
<p>8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA CÍVEL: PREJUDICADO LIBRAL PENAL: PREJUDICADO</p>	
<p>8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA</p>	<p>QUANTIDADE 783</p>
<p>CÍVEIS</p>	
<p>CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)</p>	<p>143</p>
<p>CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012</p>	
<p>AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL</p>	
<p>CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)</p>	
<p>AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</p>	
<p>RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)</p>	<p>2589</p>
<p>CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)</p>	<p>2359</p>
<p>CRIMINAIS</p>	



223
1

PENAS – (31/12/2011)	META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ	52
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER		
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI		
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)		507
EXECUÇÃO PENAL		
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)		524
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL		
SITUAÇÃO DE RISCO		
TUTELA		
GUARDA		
ADOÇÃO		
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS		
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS		5
PRECATÓRIAS CRIMINAIS		21
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE		
TOTAL =		Cíveis: 2.502 Criminais: 376

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	2369	1754
2013	2459	1872
2014	1817	3176

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar:

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(5) INICIAIS;

(6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(2) IDOSO;

() PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

() AÇÕES DE ALIMENTOS;

() RÉU PRESO;

() MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

() ALVARÁ DE SOLTURA;

() POR ORDEM CRONOLÓGICA



224
9

(3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
() OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS BACENJUD	X	X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (X) Não
Justificar: O controle é feito pela Secretaria do Fórum

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Não há como precisar este dado, uma vez que o Sistema Projudi é falho neste sentido. Ele não menciona as decisões especificando se houve apreciação de liminar e tutela antecipada. As informações presentes no Sistema de Estatística do TJE/PA não fazem especificação entre os dois Juizados, separando-os entre cíveis e criminais, o que impossibilita a análise, visto que são 1º e 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: PREJUDICADO

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): PREJUDICADO

10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 1216

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

925



Não há como precisar este dado, uma vez que o Sistema Projudi é falho neste sentido. Ele não menciona as decisões especificando se houve apreciação de liminar e tutela antecipada. As informações presentes no Sistema de Estatística do TJE/PA não fazem especificação entre os dois Juizados, separando-os entre civis e criminais, o que impossibilita a análise, visto que são 1º e 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 0
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 0
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: OS RÉUS NÃO SÃO PRESOS
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUIA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): PREJUDICADO
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JURI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: PREJUDICADO
12. INDICADORES INÍMICA E JUVENUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: PREJUDICADO
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: PREJUDICADO
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: PREJUDICADO
12.4 HA VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETÇÃO OU REVOGÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: PREJUDICADO
12.6 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIAL? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
12.7 HA ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? PREJUDICADO
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? PREJUDICADO
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? PREJUDICADO
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERMAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
13.2 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM ATENDIMENTO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não



Justificar: PREJUDICADO

13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A Apreciação DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?

() Sim () Não

Justificar: PREJUDICADO

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

() Sim () Não

Justificar: PREJUDICADO

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? PREJUDICADO

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? PREJUDICADO

13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? PREJUDICADO

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? PREJUDICADO

14. PRECATÓRIAS

14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 4

14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 11

14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 5

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Cobrança é feita por ofício ou telefone

15. INQUÉRITOS POLICIAIS

15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 0

15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 61

15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:

NÃO HÁ COMO PRECISAR, POIS EM CONSULTA AO SISTEMA LIBRA, ESTE INFORMA QUE NÃO FORAM ENCONTRADAS INFORMAÇÕES NOS ITENS SELECIONADOS NA PÁGINA.

16. PETIÇÕES

16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0

16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0

16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 5

16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 20

16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 20

16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 0

17. PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR

1996



227
P

MAIS DE 100 DIAS: 0		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 92 PARA INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 0		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 1974 (EXISTEM MUITOS PROCESSOS QUE FORAM SENTENCIADOS EM AUDIÊNCIA, SENDO QUE AS SENTENÇAS NÃO FORAM CADASTRADAS EM RAZÃO DO SISTEMA NÃO PERMITIR POR OCASIÃO DO ACOMPANHAMENTO DA AUDIÊNCIA, SOMADO A INSTABILIDADE NO SISTEMA, BEM COMO, O MAGISTRADO RESPONDER POR OUTRAS VARAS).		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 156		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	2	11.03.2015
ROZANI UCHOA SILVA	1	11.03.2015
NATALIA LIMA FREIRE BANDEIRA	1	22.04.2015
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	1	28.05.2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Mediante ligação à Central de Mandados		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	61	25.03.2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	95	27.05.2015
17.7.3 ADVOGADO	2	26.05.2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Por telefone		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2004/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCF E Nº 04/2014-CJCF)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
PREJUDICADO		
PREJUDICADO		
PREJUDICADO		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não		



228
P

Justificar: _____	PREJUDICADO
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO	
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não	
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:	
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: As subcontas 115004296-1, 115114227-3 e 115004079-8, pertencem a processos que tramitam na 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal. Quanto as subcontas 115014677-9, 115014646-5, 115004296-1, 115014765-0, foram expedidos alvarás de saque parcial, e os valores existentes são de correções, estando referidos processos arquivados. Em relação as subcontas 125114529-6, 115014612-4, 115014112-8, 115004428-7, 125114667-8 e 115014599-6 (sem saques e arquivados por falta de interesse) e a subconta 105004780-2 houve saque, novo depósito e o processo está arquivado por falta de interesse.	
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não ALESSANDRA GOMES HERINGER DA ROCHA	
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:	
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar:	
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:	
FALTA DE FUNCIONÁRIOS, INSTABILIDADE NA INTERNET, GRANDE QUANTIDADE DE PROCESSOS, TANTOS OS PROCESSOS CÍVEIS QUANTO OS CRIMINAIS DEVERIAM SER APENAS PELO SISTEMA PROJUDI.	
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:	
FALTA DE FUNCIONÁRIOS, INSTABILIDADE NA INTERNET, GRANDE QUANTIDADE DE PROCESSOS, TANTOS OS PROCESSOS CÍVEIS QUANTO OS CRIMINAIS DEVERIAM SER APENAS PELO SISTEMA PROJUDI.	

Marabá, 10 de junho de 2015.

229
P

6 - JUIZADOS ESPECIAIS

6.1- O protocolo de petições, inclusive as iniciais, é feito:

- pelo setor de atermações
- Por qualquer funcionário da secretaria
- por um funcionário especialmente designado
- outro

6.2- Onde são registradas as petições, reclamações e pedidos em geral?

- Livro
- Sistema
- Livro e Sistema
- Outro

6.3- As atermações são realizadas diariamente?

- SIM
- NÃO

Justificar:

6.4- Existe limite diário para redução a termo dos pleitos formulados oralmente?

- SIM
- NÃO

Justificar: Em razão do reduzido número de servidor, 5 por dia.

6.5- Estatísticas:

1	Quantas sessões conciliatórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	2594
2	Quantas audiências instrutórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	25
3	Quantas audiências unas foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	2594
4	Quantos processos foram encerrados por conciliação na fase preliminar?	489
5	Qual o número total de processos na fase instrutória nesta data?	4
6	Qual o número total de processos na fase julgamento nesta data?	2018
7	Qual o número total de processos que se encontram na fase de cumprimento do título executivo?	135

6.6 - É observado o efetivo cumprimento do Provimento 03/2007-CJRMB?
(Dispõe sobre os procedimentos inerentes à execução de penas não privativas de liberdade na RMB)

- SIM
- NÃO

Justificar:

6.7 - A sentença tem sido prolatada nas audiências?

- Frequentemente
- Eventualmente
- Raramente

6.8 - Qual a periodicidade de realização de Leilão?

- Por período
- Por quantidade de Processos
- Outro

6.9 – Em ordem crescente aponte os meios utilizados para intimação?

- (4) e-mail
- (3) Telefone
- () Fax
- (2) Oficial de Justiça
- (1) Outro

Identificar:
Intimação eletrônica no sistema PROJUDI

6.10 - Exame de 10 processos por amostragem (quanto a regularidade do rito processual próprio da Lei Federal nº 9.099/95)

N.º do processo	Observação

6.11- Complementações / sugestões / observações:

- **IMPORTANTE: VERIFICAR QUAIS SÃO OS SISTEMAS UTILIZADOS PELA VARA (PROJUDI/LIBRA) – AUDITAR OS DOIS SISTEMAS**

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Marabá
EDITAL Nº 001/2015
PERÍODO: 08 a 12/06/2015
Corregedora de Justiça: Des. Maria do Céu Maciel Coutinho
Juíza Corregedora: Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ-PA
1.2 COMPETÊNCIA: Para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis e de menor complexidade da Lei 9.099/95, conforme artigos 3º, 4º e 8º.
1.3 MAGISTRADO (A): CRISTIANO MAGALHÃES GOMES
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: RESPONDENDO. PORTARIA 2042/2015
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A PARTIR DO DIA 03 DE JUNHO DE 2015 ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, S/N, AMAPÁ. MARABÁ - PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Secretaria, sala de audiências, gabinete/assessoria
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: <input checked="" type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: <input type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input checked="" type="checkbox"/> Ruins Justificar: há mais de um ano todo o Fórum fica frequentemente sem água. Os banheiros e vasos sanitários ficam sujos e sem condições nenhuma de uso.
2.6 MOBILIÁRIO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Como esta Vara começou a funcionar início desse ano o mobiliário é antigo, emprestado de outras Varas ou do arquivo.

235
P

2.7 SEGURANÇA: <input checked="" type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: <input checked="" type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: PREJUDICADO		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: CRISTIANO MAGALHAES GOMES		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: NÃO HÁ		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: NÃO HÁ		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: É TITULAR DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ E ESTÁ RESPONDENDO PELA COMARCA DE ITUPIRANGA (PORTARIA 2162/2015 GP)		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: NÃO HÁ		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: NÃO HÁ		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Daniel Gomes Coelho (Portaria 213/2015)	23/01/2015	06/02/2015
Daniel Gomes Coelho (Portaria 689/2015)	07/02/2015	09/02/2015
Cristiano Magalhães Gomes (Portaria 696/2015)	10/02/2015	Até ulterior delib.
César Dias de França Lins (Portaria 1457/2015)	13/04/2015	28/05/2015
Emerson Benjamim Pereira de Carvalho (Portaria 2041/2015)	28/05/2015	02/06/2015
Cristiano Magalhães Gomes (Portaria 2042/2015)	06/06/2015	Até ulterior delib.
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: NÃO HÁ		

236
0

4.2 SECRETARIA: Nome: MOEMA BELUSSO Cargo: Analista Judiciária em função de Diretora de Secretaria Ato de nomeação: 1566/2015 GP Ato de lotação: 3309/2012 GP Nome: RUBEILTON GUILHERME SALES Cargo: Analista judiciário Ato de nomeação: 07/2015 DF Ato de lotação: 0651/2014 e 1206/2015 Nome: NADIA ALICE PEREIRA DE SOUZA Cargo: Auxiliar judiciário Ato de nomeação: foi uma permuta – portaria 1616/2015 GP Nome: Rayane Barbosa de Oliveira Cargo: estagiário Nome: Mayane Ferreira da Conceição Gomes Cargo: estagiário Nome: Rômulo Tiago Piedade Soares Cargo: estagiário (encarregado de auxiliar o juiz na realização das audiências)
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Cristine Magella Silva Corrêa - 01 a 30/06/2015 (designação é realizada mensalmente)
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: ---
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? A Promotora é titular do 2º Cargo de Promotor de Justiça de Marabá e responde cumulativamente, além do Juizado, pela Comarca de Jacundá (processos e eleitoral).
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: NÃO HÁ DEFENSOR PÚBLICO ATUANDO NESTE JUIZADO.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: ---
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? ----
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS --
6.1.1 FROTA: --
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:

237
P

6.2.1 ACESSO À INTERNET: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: Problemas em relação à velocidade da internet. Constantemente fica-se sem Sistema Libra e Projudi e sem "ponto on line"
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 6 pontos
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra e ProJud
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jecrimmaraba@tjpa.jus.br
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Desde que assumi esta Secretaria, no dia 13/04/2015 os documentos e processos estão sendo armazenados e arquivados em locais adequados. Porém, observei que há um passivo de documentos e processos soltos que ainda precisam ser analisados com cautela (documentos antigos, de antigas gestões)
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Algumas funcionalidades do Libra e ProJud não são utilizadas por falta de conhecimento e treinamento dos servidores.
OBS DA CJCI: A CJCI sugere a realização de curso À DISTÂNCIA de atualização do Código de Processo Civil – CPC, gestão de secretaria, SIGA-DOC e outros que contribuam para o aprimoramento das atividades desenvolvidas.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:

238
P

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Existe um passivo de processos em fase de arquivamento a ser analisado, bem como várias petições pendentes de análise no Sistema Projudi. Quando assumi a direção desta Secretaria havia mais de 700 petições pendentes de análise. Aos poucos a equipe desta Secretaria está tentando eliminar este passivo.	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA SÃO FEITAS COM QUE FREQUÊNCIA?	
Não publicamos no DJ aqui no Juizado. Utilizamos carta de correspondência, intimação eletrônica, etc.	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL (de janeiro a maio de 2015)	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESSUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
Projudi e Libra = 2.538	
8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
Projudi e Libra = 425	
8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
	427
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	563 (estão ativos, mas a maioria já estão julgados, em fase de execução)
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	--
ACÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	--
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	--
ACÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	--
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	2349
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	1786
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	87
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	--
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	--
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	424
EXECUÇÃO PENAL	--
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	477
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	--
SITUAÇÃO DE RISCO	--
TUTELA	--
GUARDA	--
ADOÇÃO	--
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	--
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	57
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	--
TOTAL –	Cível: 2.349 Criminal: 988

9. INDICADORES GERAIS		
<p>9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS - PROCESSO CIVIL E PENAL - VOL. I E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>		
<p>9.2 CUMPRIMENTO DA META I/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) PREJUDICADO. ESTE JUÍZADO COMEÇOU A FUNCIONAR EM JANEIRO DESTA ANO DE 2015.</p>		
ANO	AÇÕES DISTRI-BUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012		
2013		
2014		
<p>9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Não há material para tal em secretaria</p>		
<p>9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (4) INICIAIS; (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; () COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS; (2) IDOSO; () PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; () AÇÕES DE ALIMENTOS; () REU PRESO; () MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; () ALVARÁ DE SOLTURA; (3) POR ORDEM DE CROMOLÓGICA () POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; () OUTRO</p>		
<p>9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ</p>		
SISTEMAS		
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA		SIM
CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD		X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X

839



240
P

CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X
INFOSEG	X
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: O controle é feito pela Secretaria do Fórum	
10. INDICADORES CÍVEIS	
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Não há como precisar este dado, uma vez que o Sistema Projudi é falho neste sentido. Ele não menciona as decisões especificando se houve apreciação de liminar e tutela antecipada. As informações presentes no Sistema de Estatística do TJE/PA não fazem especificação entre os dois Juizados, separando-os entre cíveis e criminais, o que impossibilita a análise, visto que são 1º e 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá	
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: --	
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): --	
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Pelo Sistema Projudi não há como identificar quantas decisões foram tomadas ou não com pedidos liminares e tutelas antecipadas.	
11. INDICADORES CRIMINAIS	
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): As informações presentes no Sistema de Estatística do TJE/PA não fazem especificação entre os dois Juizados, separando-os entre cíveis e criminais, o que impossibilita a análise, visto que são 1º e 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá	
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: -- PREJUDICADO	
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: -- PREJUDICADO	
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: --- PREJUDICADO	

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:	() Sim () Não Justificar: -- PREJUDICADO
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?	() Sim () Não Justificar: --
11.7 CUMPRIMENTO DA META 42014-ENASP/CNJ (CUMPRIMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAS DE CRIMES DOLOROSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): -	PREJUDICADO
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: --	PREJUDICADO
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:	12. INDICADORES INFRANQUEIAVEL PREJUDICADO
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:	12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:	12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:
12.4 HA VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETARÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?	() Sim () Não Justificar:
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:	12.4 HA VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETARÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?
12.6 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIAL? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:	12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:
12.7 HA ESTABELECIAMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?	() Sim () Não Justificar:
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIAMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?	12.7 HA ESTABELECIAMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SOCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?	12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIAMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?
13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL PREJUDICADO	12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SOCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?
13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM CUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?	() Sim () Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?	13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM CUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAÇÃO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE?
13.3 HA PENDÊNCIAS QUANTO A Apreciação DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?	() Sim () Não Justificar:
13.4 HA VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMILIAR?	13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?
13.5 HA ESTABELECIAMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?	() Sim () Não Justificar:
13.6 HA ESTABELECIAMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?	13.3 HA PENDÊNCIAS QUANTO A Apreciação DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIAMENTO DE CUSTÓDIA?	13.4 HA VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRIÇÃO DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMILIAR?

341



242
P

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?
15 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO Este Juizado é novo, de modo que o Localizador das Precatórias não vinha sendo utilizado. Esta Secretaria compromete-se a dar início especificando o localizador "precatórias" para que possamos daqui para frente fazer o controle das mesmas.
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: Não é feito este controle
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: Não é feito este controle
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (x) Não Justificar: Cobramos as precatórias por e-mail e através de telefonemas ao Juízo deprecado.
16 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 0
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 28
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 0
17 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 0
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 0
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 0
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 46 OBS: Esta Secretaria conta com vários documentos pendentes de análise e juntada deixados pela antiga gestão, documentos soltos pela Secretaria e não armazenados adequadamente. Esta diretora está, aos poucos, analisando, localizando e juntando.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 0
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 33 processos conclusos para análise (libra – processos criminais) Pelo Projudi (processos cíveis) existem atualmente 714 processos conclusos para análise de petições.
18 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

243
9

17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:

LIBRA: 252

Projudi: não há ferramenta capaz de indicar no Projudi quantos processos estão sem cumprimento pela Secretaria por mais de 100 dias.

OBS: O Projudi indica que há 747 processos paralisados (sem movimentação). Todavia não indica quantos estão parados por mais ou por menos de 100 dias, além disso não informa se estão paralisados em Secretaria ou em Gabinete.

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS:

LIBRA: Não fornece este dado

Projudi: não há ferramenta capaz de indicar no Projudi quantos processos estão sem cumprimento pela Secretaria por menos de 100 dias.

OBS: O Projudi indica que há 747 processos paralisados (sem movimentação). Todavia não indica quantos estão parados por mais ou por menos de 100 dias, além disso não informa se estão paralisados em Secretaria ou em Gabinete.

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 0

17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:

LIBRA = 0

Projudi = 0

18.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 34

17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:

Segundo a Central de Mandados, em relação aos Juizados, não existe o módulo "relatório" dos mandados em aberto – não devolvidos. No Libra conseguimos ver Quantos mandados foram distribuídos e não devolvidos há mais de 30/60 dias. Neste Juizado só existem dois.

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Mandado 2015.00651547-18 – com o oficial Antonio Ederaldo Vieira de Souza	1	Há 98 dias
Mandado 2015.01548625-49 – com o oficial Zeilton Ramos de Souza	1	Há 30 dias

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(x) Sim () Não

Justificar: Assim que percebemos ao consultar o processo no sistema que o mandado não foi devolvido entramos em contato com os oficiais. Mas de um modo geral não temos este problema.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	24	0002060-07.2014.8.14.0028 (desde fevereiro deste ano)
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	34	0001903-34.2014.8.14.0028 (desde o dia 07/05/2015)
17.7.3 ADVOGADO	0	

244
P

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

Sim Não

Justificar: Temos uma planilha de saída de processos. Cobramos por telefone ou pessoalmente (sala da Defensoria aqui no prédio do Forum e Ministério Público ao lado)

19. ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 09/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI) PREJUDICADO

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

Sim Não

Justificar: PREJUDICADO

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

Sim Não

Justificar: PREJUDICADO

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

Sim Não

Justificar: PREJUDICADO

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim Não

Justificar:

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO POUO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim Não

Justificar:

20. CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Justificar:

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

ALESSANDRA HERING

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim Não

Justificar:

245
0

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(x) Sim () Não

Justificar:

21 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

Muitos dos dados deste relatório não foram preenchidos com êxito porque os Sistemas ProJudi e Libra são falhos e não fornecem as informações solicitadas com exatidão. Falta também orientação aos servidores desta Comarca (um treinamento por exemplo) de como realizar um melhor aproveitamento dos Sistemas Disponíveis (Libra e ProJudi).

Freqüentemente esta Comarca fica sem água nos banheiros, tornando o ambiente insalubre e sem condições de higiene básicas.

A falta de servidores é uma ponderação que em todas as correições é relatada.

Este Juizado Especial Cível está em funcionamento há menos de um ano. (Portaria de instalação 023/2014 GP. Efetivamente começou a funcionar no dia 23 de janeiro de 2015, inicialmente com o Juiz Daniel Gomes Coelho.

Existem muitos documentos (petições, ofícios e documentos em geral) soltos nesta Secretaria. Também foram encontradas recentemente várias precatórias devolvidas que estão pendentes de análise e juntada. Esta documentação solta e sem armazenamento adequado foi deixado por antigas gestões. Esta nova equipe está procurando analisar e juntar aos poucos tudo que encontra.

Esta Nova Vara de Juizado não conta com material de suprimento. Tudo o que temos até agora foi doado por outras Secretarias. Já foi pedido material pelo sistema Thema, mas até agora não foi enviado a esta Comarca.

22 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Marabá/PA, 06 de junho de 2015.

6 - JUIZADOS ESPECIAIS

246
0

6.1- O protocolo de petições, inclusive as iniciais, é feito:

- pelo setor de atermações
 Por qualquer funcionário da secretaria
 por um funcionário especialmente designado
 outro

6.2- Onde são registradas as petições, reclamações e pedidos em geral?

- Livro
 Sistema
 Livro e Sistema
 Outro

6.3- As atermações são realizadas diariamente?

- SIM NÃO

Justificar:

6.4- Existe limite diário para redução a termo dos pleitos formulados oralmente?

- SIM NÃO

Justificar: Em razão do reduzido número de servidores e porque cada atermação toma um tempo considerável, uma vez que além de tomar a termo todas as declarações do assistido, há necessidade de scanear cada documento e lançar no sistema e tudo isso demanda tempo. Em média são feitas 6 reduções a termo por dia

6.5- Estatísticas: PS: este Juizado funciona desde janeiro de 2015

1	Quantas sessões conciliatórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	493
2	Quantas audiências instrutórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	2
3	Quantas audiências unas foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	493
4	Quantos processos foram encerrados por conciliação na fase preliminar?	35
5	Qual o número total de processos na fase instrutória nesta data?	Não há como informar
6	Qual o número total de processos na fase julgamento nesta data?	167
7	Qual o número total de processos que se encontram na fase de cumprimento do título executivo?	448

6.6 - É observado o efetivo cumprimento do Provimento 03/2007-CJRMB?

(Dispõe sobre os procedimentos inerentes à execução de penas não privativas de liberdade na RMB)

- SIM NÃO

Justificar:

6.7 - A sentença tem sido prolatada nas audiências?

- Frequentemente
 Eventualmente
 Raramente

6.8 – Qual a periodicidade de realização de Leilão?

- Por período
 Por quantidade de Processos
 Outro

247
P

6.9 – Em ordem crescente aponte os meios utilizados para intimação?

- (1) Correios
(2) e-mail
(4) Telefone
 Fax
(3) Oficial de Justiça
 Outro

Identificar:

6.10 - Exame de 10 processos por amostragem (quanto a regularidade do rito processual próprio da Lei Federal nº 9.099/95)

N.º do processo	Observação

6.11- Complementações / sugestões / observações:

- **IMPORTANTE: VERIFICAR QUAIS SÃO OS SISTEMAS UTILIZADOS PELA VARA (PROJUDI/LIBRA) – AUDITAR OS DOIS SISTEMAS**

254
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Marabá
EDITAL Nº 001/2015
PERÍODO: 08 a 12/06/2015
Corregedora de Justiça: Des. Maria do Céu Maciel Coutinho
Juíza Corregedora: Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
1.2 COMPETÊNCIA: feitos cíveis envolvendo ações sobre conflitos coletivos pela posse e propriedade sobre áreas com destinação rural, feitos afetos ao meio ambiente e a política agrícola, agrária, fundiária, ao crédito, a tributação, previdência rural e registros públicos, no que se refere as áreas rurais. ATUALMENTE, POSSUI JURISDIÇÃO SOBRE 23 (VINTE E TRÊS) MUNICÍPIOS DA REGIÃO (conforme Resolução nº 021/2008-GP), QUAIS SEJAM: ABEL FIGUEIREDO, ÁGUA AZUL DO NORTE, BOM JESUS DO TOCANTINS, BREJO GRANDE DO ARAGUAIA, BREU BRANCO, CANAÃ DOS CARAJÁS, CURIONÓPOLIS, DOM ELISEU, ELDORADO DOS CARAJÁS, GOIANÉSIA DO PARÁ, ITUPIRANGA, JACUNDÁ, MARABÁ, NOVA IPIXUNA, NOVO REPARTIMENTO, PALESTINA DO PARÁ, PÁRAUAPEBAS, RONDON DO PARÁ, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, TUCURUÍ E ULIANÓPOLIS.
1.3 MAGISTRADO (A): AMARILDO JOSÉ MAZUTTI – Portaria nº 036/2015-SJ.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 18.05.2015 até o dia atual
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rodovia Transamazônica, s/n – Fórum José Elias Monteiro Lopes – Agrópolis do Inkra – Bairro Amapá – Marabá/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: prédio próprio do TJPA
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: a Vara Agrária de Marabá dispõe de três salas nas dependências do Fórum, onde se encontram instaladas a Secretaria, sala de audiências e o Gabinete do Magistrado, sendo esta última também utilizada pela Assessoria, todas em bom estado de conservação.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins

255
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas ()Regulares ()Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom ()Regular ()Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa (x)Regular ()Ruim Justificar: não há saídas de emergência suficientes em caso de incêndio.
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa (X)Regular ()Ruim Justificar: falta adaptação
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: prejudicado () Boa ()Regular ()Ruim Justificar: prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: entrou em exercício em 18.05.2015, como titular deste Juízo.
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: não há
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: não há, até a presente data.
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: tendo em vista o pouco tempo em atividade nesta Comarca, ainda não houve participação em mutirões ou em outras atividades. No entanto, já participou de três inspeções judiciais pela Vara Agrária, em outras Comarcas.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever:
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
CLAUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO MOURA, de 25.07.2007 a 22.04.2013 (como titular)		
EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA, de 24.05 a 30.06.2010 – Port. 1201/2010-GP		
EMERSON BENJAMIN PEREIRA DE CARVALHO – de 07.01 a 05.02.2011 – Prot. 3080/2010-GP		
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES – de 21 a 26.07.2011 – Port. 1889/2011-GP e de 16 a 19.12.2011 – Port. 3537/2011-GP		
JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA – de 23 a 27.04.2012, até o retorno da titular Claudia Favacho		
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES – de 02 a 31.05.2012 – Port. 1470/2012-GP		
SARA AUGUSTA PEREIRA DE OLIVEIRA – de 05 a 30.06.2012 – Port. 1946/12-GP		
JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA – de 02.07.2012 até ulterior deliberação – Port. 2293/2012-GP		
CELSO QUIM FILHO – de 18 a 29.10.2012 – Port. 3573/2012-GP		
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES - de 30.10 a 24.11.2012 – ort. 3743/2012-GP		
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA - de 26.11 a 15.12.2012 ou até o retorno do juiz Jonas da Conceição Silva- Port. 4051/2012-GP		
ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI – de 01 a 30.03.2013 – Port. 0889/13-GP 01 e 02.04.2013 – Port. 1225/2013-GP 03 e 04.04.2013 – Port. 1294/2013-GP		
JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA – de 04.04.2013, assumindo o Juizado como titular – Port. 048/2013-SJ, tendo permanecido até 08.12.2013		
ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI – de 17 a 21.06.2013 – Port. 2260/2013-GP		
WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA – de 22 a 25.08.2013 – Port. 3147/2013-GP de 30.08 a 09.09.2013 – Port. 3302/2013-GP		
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA – de 09.12.2014 a 31.01.2015 – Port. 4088/2014-GP de 01 a 28.02.2015 – Port. 367/2015-GP de 01.03.2015 até ulterior deliberação (sem portaria, informado via e-mail)		
CAROLINE SLOGO ASSAD – de 23 a 27.02.2015 e de 28.02 a 10.04.2015 (sem portaria, informado via e-mail).		
AMARILDO JOSPE MAZUTTI – de 22.04.2015 até os dias atuais, como titular – Port. 036/2015-SJ.		

257
9

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):
4.1 GABINETE: Nome: AILINE DA SILVA RODRIGUES Cargo: Assessora do Juízo (Exclusivamente Comissionada) Ato de Nomeação: 0467/2012-GP Ato de lotação: 0467/2012-GP
4.2 SECRETARIA: Nome: ALLINE NAZARETH RAIOL SOUSA PIMENTEL Cargo: Analista Judiciário, em função de Diretor de Secretaria Ato de nomeação: 1228/2006-GP Ato de lotação: 1228/2006-GP Nome: DYMAS SOARES ALMEIDA Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: 902/2011-GP Ato de lotação: 902/2011-GP Nome: ANA ELISA BRAGA MENDONÇA Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: 0135/2012-GP Ato de lotação: 0135/2012-GP Nome: ROBERTO GILSON PEREIRA DE SOUZA Cargo: Oficial de Justiça Ato de nomeação: 1262/2006-GP Ato de lotação: 1262/2006-GP Nome: ANTONIO EDERALDO VIEIRA DE SOUZA Cargo: Oficial de Justiça Ato de nomeação: 1308/2001-GP
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: JANE CLEIDE SILVA SOUZA – de 03.04.2013, até os dias atuais
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: - TITULAR
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim. A Promotora de Justiça responde pela PJ de Rondon do Pará.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: ROGÉRIO SIQUEIRA SANTOS – de 11.10.2013 até os dias atuais.

258
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim. Atua na Comarca de São Geraldo do Araguaia.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS A Vara Agrária de Marabá tem à sua disposição o veículo L200 Triton, de propriedade do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o cumprimento de diligências diversas dentro e fora da Comarca, afetas ao Juízo desta Especializada.
6.1.1 FROTA:
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05, porém um não funciona.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: feito pelo Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): agrariamaraba@tjpa.jus.br
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

259
P

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: sempre há necessidade, para fins de reciclagem e capacitação. Treinamentos para o Libra, atendimento ao público, gestão de processos, liderança e trabalho em equipe são essenciais para o aperfeiçoamento funcional dos servidores OBS DA CJCI: A CJCI sugere a realização de curso À DISTÂNCIA de atualização do Código de Processo Civil – CPC, gestão de secretaria, SIGA-DOC e outros que contribuam para o aprimoramento das atividades desenvolvidas.	
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:..	
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: 06 autos estão por arquivar, porém, ainda estão pendentes algumas diligências de finalização, tais como emitir certidão de transito em julgado.	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Sempre que há despachos a serem publicados.	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESSUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
2013: 458 2014: 546 2015 (até 05.06.2015) 381	
8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA: 158	QUANTIDADE: 158 autos físicos, sendo 150 processos e 08 procedimentos administrativos de desbloqueio de matrícula, que correm sem tramitação no sistema Libra. Na contagem física estão incluídos os julgados.
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	37
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

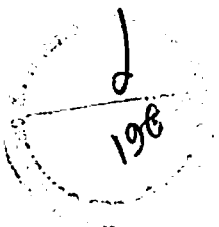
VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

260
9

CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	57
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	Prejudicado
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Prejudicado
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	Prejudicado
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	Prejudicado
EXECUÇÃO PENAL	Prejudicado
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	Prejudicado
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	Prejudicado
SITUAÇÃO DE RISCO	Prejudicado
TUTELA	Prejudicado
GUARDA	Prejudicado
ADOÇÃO	Prejudicado
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	Prejudicado
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	00
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	Prejudicado
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	Prejudicado
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	
ACERVO FÍSICO	158 autos físicos, sendo 150 processos e 08 procedimentos administrativos de desbloqueio de matrícula
ACERVO LIBRA	132
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:	

		(X) Sim () Não	Justificar:
9.2 CUMPRIMENTO DA META I/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)			
ANO	AÇÕES DIS-TRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS	
2012	49	21	
2013	25	44	
2014	80	67	
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:			
(X) Sim () Não			
Justificar: a identificação é feita por meio de etiquetas na capa dos autos e por carimbo.			
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:			
(1) INICIAIS;			
(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ			
(4) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;			
(3) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;			
(2) IDOSO;			
() PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;			
() AÇÕES DE ALIMENTOS;			
() RÉU PRESO;			
() MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;			
() ALVARÁ DE SOLTURA;			
(7) POR ORDEM CRONOLÓGICA			
(6) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;			
() OUTRO			
OBSERVAÇÕES:			
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ			
SISTEMAS		SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS			X
BACENJUD			X
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA			X
INFOJUD			X

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 VARA AGRÁRIA DE MARABÁ



262
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: O controle é realizado pela Secretaria do Fórum		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo dos processos da Meta: 86 Julgados: 55 Grau de cumprimento dos 80% da Meta: 64% Pendentes de julgamento: 31 Necessidade para cumprimento da Meta: 14		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: <u>Prejudicado</u>		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): <u>Prejudicado</u>		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 2013: 54		

2014/2015 (até 05.06.2015): 22	
II. INDICADORES CRIMINAIS - PREJUDICADO	
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):	11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS:
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS:	11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:	11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOROSOS CONTRA A VIDA CUA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): prejudicado	11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JURI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: prejudicado
II. INDICADORES INFRACJE JUVENILDE - PREJUDICADO	
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:	12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:	12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETÇÃO OU REVOGÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS?
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:	12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?	12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 VARA AGRÁRIA DE MARABÁ



263

964
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?
13 INDICADORES DE EXECUÇÃO PENAL - Prejudicado
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar:
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar:
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO : prejudicado
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 00
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 00
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: o controle é feito mediante verificação nos escaninhos utilizados para acautelamento das Cartas Precatórias em Secretaria.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS - Prejudicado
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:

265
0

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 10		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 58		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 26		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 06 autos, pendentes de diligência para finalização do processo e arquivamento.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 05		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 58		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: Não há		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
	E	
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle é feito mediante verificação nos autos que "aguardam prazo", devidamente localizados em seus escaninhos. Porém, nunca houve nesta serventia extrapolação de prazo por parte dos oficiais de justiça, visto que são bastante diligentes quanto ao prazo do cumprimento dos mandados.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE	CARGA MAIS ANTIGA:
	E:	
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	01	06.03.2015

266
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	
17.7.3 ADVOGADO	01	22.05.2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: por verificação semanal nas pastas de carga.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 69/2004/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI) - Presulitatio		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar:		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: não há bens apreendidos.		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar:		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		

267

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

(X) Sim () Não

Justificar: Existem na serventia 03 processos com deposito judicial sem movimentação há mais de 100 dias, quais sejam:

0007789-41.2008.814.0028 – Arquivado. Valor decorrente de juros que não foram levantados em virtude de falta de movimentação pela parte beneficiada.

0002291-17.2005.814.0028 – Arquivado. Valor decorrente de juros que não foram levantados em virtude de falta de movimentação pela parte beneficiada.

0004394-83.2010.814.0028 – ao Tribunal em grau de recurso

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(X) Sim () Não

Alessandra Gomes Heringer

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(X) Sim () Não

Justificar:

20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA

1. Os servidores foram treinados pela Diretora de Secretaria para desempenharem as diversas tarefas da serventia, sendo que todos devem saber executá-las com cautela e diligência, a fim de suprirem, com a devida qualificação, eventuais faltas dos colegas de trabalho, não prejudicando, assim, a celeridade no cumprimento de suas tarefas;
2. As intimações para audiências são realizadas em tempo hábil, com as devidas formalidades legais;
3. Os processos são tramitados internamente no sistema LIBRA e organizados em escaninhos identificados por fase processual, em armários, visando sua rápida localização pelos servidores, de modo a facilitar o atendimento a advogados e jurisdicionados;
4. A equipe da Secretaria movimenta processos diariamente, com expedição de ofícios, mandados, cartas de intimação, publicações de atos judiciais, tramitações externas e internas, e demais cumprimentos necessários, tudo devidamente alimentado no sistema de acompanhamento processual LIBRA;
5. Não existem processos em pré-conclusão na Secretaria;
6. Atualmente a Vara Agrária de Marabá conta com três servidores na Secretaria, e dois oficiais de justiça, todos efetivos, com ingresso mediante concurso público. O gabinete conta com uma assessora exclusivamente comissionada, contratada pelo TJPA.

268
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

7. A Secretaria arquiva processos com as devidas cautelas, informando a devida localização dos autos nas caixas de arquivamento e no Libra.
8. A Secretaria adota o manual de rotinas criminais naquilo que se adequa à realidade da serventia.
9. O Sistema de Informação da Corregedoria (relatórios do CNJ) é alimentado mensalmente, tendo a Secretaria uma pasta com os respectivos recibos arquivados.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Considerando o bom desempenho da Secretaria na presteza de suas funções, este Juízo recomenda que sejam adotadas medidas destinadas ao aprimoramento no cumprimento de suas atribuições e, quanto aos servidores, a busca constante pelo aperfeiçoamento funcional.

Marabá/PA, 06 de junho de 2015

275
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Marabá
EDITAL N° 001/2015
PERÍODO: 08 a 12/06/2015
Corregedora de Justiça: Desa. Maria do Céu Maciel Coutinho
Juíza Corregedora: Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ
1.2 COMPETÊNCIA: Privativa e exclusiva para conciliar, processar e julgar e executar as condutas lesivas ao Meio Ambiente previstas na Lei Federal nº 9.605/98, considerados os crimes de menor potencial ofensivo (Resolução nº 017/2006-GP). A Resolução nº 017/2006, publicada em 24/08/2006, criou os Juizados Especiais Criminais Ambientais, atribuindo ao Juiz da Vara Agrária a competências para presidir os Juizados Ambientais, sendo que, para o seu funcionamento, são utilizados o mesmo espaço físico, o mesmo corpo funcional e bens patrimoniais da Vara Agrária.
1.3 MAGISTRADO (A): AMARILDO JOSÉ MAZUTTI – Portaria nº 036/2015-SJ.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 18.05.2015 até o dia atual
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rodovia Transamazônica, s/n – Fórum José Elias Monteiro Lopes – Agrópolis do Incra – Bairro Amapá – Marabá/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: prédio próprio do TJPA
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: são utilizados o mesmo espaço físico, o mesmo corpo funcional e os bens patrimoniais da Vara Agrária.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar:

276
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

2.5 LIMPEZA E HIGIENE: <input checked="" type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: não há saídas de emergência suficientes em caso de incêndio.
2.8 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: falta adaptação
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: <u>prejudicado</u>
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: entrou em exercício em 18.05.2015, como titular deste Juízo.
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: não há
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: não há.
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: tendo em vista o pouco tempo em atividade nesta Comarca, ainda não houve participação em mutirões ou em outras atividades. No entanto, já participou de três inspeções judiciais pela Vara Agrária, em outras Comarcas.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever:
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

217
P

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
CLAUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO MOURA, de 25.07.2007 a 22.04.2013 (como titular)		
EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA, de 24.05 a 30.06.2010 – Port. 1201/2010-GP		
EMERSON BENJAMIN PEREIRA DE CARVALHO – de 07.01 a 05.02.2011 – Prot. 3080/2010-GP		
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES – de 21 a 26.07.2011 – Port. 1889/2011-GP e de 16 a 19.12.2011 – Port. 3537/2011-GP		
JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA – de 23 a 27.04.2012, até o retorno da titular Cláudia Favacho		
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES – de 02 a 31.05.2012 – Port. 1470/2012-GP		
SARA AUGUSTA PEREIRA DE OLIVEIRA – de 05 a 30.06.2012 – Port. 1946/12-GP		
JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA – de 02.07.2012 até ulterior deliberação – Port. 2293/2012-GP		
CELSO QUIM FILHO – de 18 a 29.10.2012 – Port. 3573/2012-GP		
CRISTIANO MAGALHÃES GOMES - de 30.10 a 24.11.2012 – ort. 3743/2012-GP		
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA - de 26.11 a 15.12.2012 ou até o retorno do juiz Jonas da Conceição Silva- Port. 4051/2012-GP		
ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI – de 01 a 30.03.2013 – Port. 0889/13-GP		
	01 e 02.04.2013 – Port.	
	1225/2013-GP	
	03 e 04.04.2013 – Port.	
	1294/2013-GP	
JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA – de 04.04.2013, assumindo o Juizado como titular – Port. 048/2013-SJ, tendo permanecido até 08.12.2013		
ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI – de 17 a 21.06.2013 – Port. 2260/2013-GP		
WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA – de 22 a 25.08.2013 – Port. 3147/2013-GP		
	de 30.08 a 09.09.2013 – Port.	

278
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

3302/2013-GP

ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA – de 09.12.2014 a 31.01.2015 – Port. 4088/2014-GP

de 01 a 28.02.2015 –

Port. 367/2015-GP

de 01.03.2015 até

ulterior deliberação (sem portaria, informado via e-mail)

CAROLINE SLONGO ASSAD – de 23 a 27.02.2015 e de 28.02 a 10.04.2015 (sem portaria, informado via e-mail).

AMARILDO JOSPE MAZUTTI – de 22.04.2015 até os dias atuais, como titular – Port. 036/2015-SJ.

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: AILINE DA SILVA RODRIGUES

Cargo: Assessora do Juízo (Exclusivamente Comissionada)

Ato de Nomeação: 0467/2012-GP

Ato de lotação: 0467/2012-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: ALLINE NAZARETH RAIOL SOUSA PIMENTEL

Cargo: Analista Judiciário em função de Diretora de Secretaria

Ato de nomeação: 1228/2006-GP

Ato de lotação: 1228/2006-GP

Nome: DYMAS SOARES ALMEIDA

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: 902/2011-GP

Ato de lotação: 902/2011-GP

Nome: ANA ELISA BRAGA MENDONÇA

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: 0135/2012-GP

Ato de lotação: 0135/2012-GP

Nome: ROBERTO GILSON PEREIRA DE SOUZA

Cargo: Oficial de Justiça

Ato de nomeação: 1262/2006-GP

Ato de lotação: 1262/2006-GP

Nome: ANTONIO EDERALDO VIEIRA DE SOUZA

Cargo: Oficial de Justiça

Ato de nomeação: 1308/2001-GP

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

279
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES – 07.10.2002
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: - TITULAR
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: HALLINE KAROL NOCETI ELOIZIO CORDEIRO TAVARES DE SOUZA São Defensores Públicos que comparecem às audiências, designados pela Coordenação da Defensoria Pública, porém nenhum é titular perante esta serventia.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Designados
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim
6. APROXIMAR A ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS O Juizado Especial Criminal Ambiental de Marabá utiliza o veículo L200 Triton, de propriedade do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, à disposição da Vara Agrária de Marabá, para cumprimento de diligências fora da Comarca e em locais de difícil acesso.
6.1.1 FROTA:
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05, porém um não funciona.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: feito pelo Libra

380
1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail):
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: sempre há necessidade, para fins de reciclagem e capacitação. Treinamentos para o Libra, atendimento ao público, gestão de processos, liderança e trabalho em equipe são essenciais para o aperfeiçoamento funcional dos servidores. OBS DA CJCI: A CJCI sugere a realização de curso À DISTÂNCIA de atualização do Código de Processo Civil – CPC, gestão de secretaria, SIGA-DOC e outros que contribuam para o aprimoramento das atividades desenvolvidas.
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar:
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não

201
P

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

Justificar: 07 autos estão por arquivar, porém, ainda estão pendentes algumas diligências de finalização, tais como emitir certidão de trânsito em julgado e lançamento em rol dos culpados.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Sempre que há despachos a serem publicados.

8: QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESSUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA – não há controle de quantidade, mas todos os atos são devidamente cadastrados no sistema Libra pela Secretaria e pelo Gabinete Judicial.

8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA
2013: 346
2014: 309
2015 (até 05.06.2015): 111

8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA:
102

QUANTIDADE: 102 autos, sendo 76 em andamento e 26 em período de prova decorrente de suspensão condicional do processo.

CÍVEIS

CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)

CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012

AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL

CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)

CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)

CRIMINAIS

PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)

07

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Prejudicado

PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI

Prejudicado

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)

Prejudicado

EXECUÇÃO PENAL

Prejudicado

PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)

95

INFÂNCIA E JUVENTUDE

ATO INFRAACIONAL

Prejudicado

SITUAÇÃO DE RISCO

Prejudicado

TUTELA

Prejudicado

GUARDA

Prejudicado

ADOÇÃO

Prejudicado

EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Prejudicado

CARTAS PRECATÓRIAS

PRECATÓRIAS CÍVEIS

Prejudicado

PRECATÓRIAS CRIMINAIS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	Prejudicado
ACERVO FÍSICO	102 (76 em andamento e 26 em período de prova decorrente de suspensão condicional do processo)
ACREVO LIBRA	68
TOTAL - QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FÍSICA	Acervo físico: 102 (76 autos em andamento e 26 em período de prova decorrente de suspensão condicional do processo) Acervo Libra: 68

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS - PROCESSO CIVIL E PENAL - VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:
 Sim Não
Justificar:

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	161	102
2013	12	65
2014	31	79

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:
 Sim Não
Justificar: a identificação é feita por meio de etiquetas na capa dos autos e por carimbo.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:
(1) INICIAIS;
 POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
 PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
 COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
(2) IDOSO;
 PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
 AÇÕES DE ALIMENTOS;
 RÉU PRESO;

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
JUZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ**

() MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
() ALVARÁ DE SOLTURA;
(3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(4) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
() OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

	SISTEMAS	
	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X
	SISTEMA NACIONAL DE BENS APRENDIDOS	X
	BACENJUD	X
	CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X
	INFOJUD	X
	SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X
	CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES PENAS	X
	INFOSEG	X
	CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X
	CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X
	CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS	X
	INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X
	BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X

9.5 HA REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim
(X) Não

Justificar: O controle é feito pela Secretaria do Fórum

10. INDICADORES CÍVEIS - Páculito

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011):

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012):

10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIAÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:

11. INDICADORES CRIMINAIS



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo de processos da Meta: 180 Julgados: 165 Grau de Cumprimento da Meta: 92% Pendentes de julgamento: 15 Necessidade de julgamento para cumprimento da Meta: 15
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Não há
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Não há
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: <u>PREJUDICADO</u> . Não há processos de réus presos neste Juizado
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: () Sim () Não Justificar: <u>Não há réus presos neste Juizado</u>
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? () Sim () Não Justificar: <u>Não há processos de réus presos neste Juizado</u>
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): <u>PREJUDICADO</u>
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: <u>PREJUDICADO</u>
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE - Prejudicado
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

123 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS	PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLOS:
	124 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE PROVISÓRIAS?
	Justificar: () Sim () Não
QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:	
AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS:	Justificar: () Sim () Não
127 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?	
128 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?	
129 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SOCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?	
130 INDICADORES DE EXECUÇÃO PENAL - REJUDICADO	
131 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO SENTENCIANTES?	Justificar: () Sim () Não
132 EXISTE PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?	Justificar: () Sim () Não
133 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APERECIAÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?	Justificar: () Sim () Não
134 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRIITA DE LIBERDADE NO REGIME DOMICILIAR?	Justificar: () Sim () Não
135 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?	
136 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?	
137 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?	
138 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?	
14 - PRECATÓRIAS	
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: PREJUDICADO	

885

286
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 06
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 06
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: o controle é feito mediante verificação nos escaninhos utilizados para acatamento das Cartas Precatórias em Secretaria.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: não há
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 03
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 03
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 26
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 06 autos, pendentes de diligência para finalização do processo e arquivamento.
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00

201
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 29		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: Não há		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: O controle é feito mediante verificação nos autos que "aguardam prazo", devidamente localizados em seus escaninhos. Porém, nunca houve nesta serventia extrapolação do prazo por parte dos oficiais de justiça, visto que são bastante diligentes quanto ao prazo do cumprimento dos mandados.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	01	02.06.2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	
17.7.3 ADVOGADO	01	01.06.2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: por verificação semanal nas pastas de carga.		
18. ARMAS E BENS APREENDIDOS (DESERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCE E Nº 04/2014-CJGD - PREJUDICADO)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim () Não Justificar:		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? () Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: não há bens apreendidos.		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES

288
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim () Não Justificar:		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: Os processos que constam sem movimentação são referentes aos da Vara Agrária, que utilizam a mesma conta em virtude de funcionarem no mesmo espaço físico, com mesmos servidores e magistrado.		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		

289
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE MARABÁ

1. Os servidores foram treinados pela Diretora de Secretaria para desempenharem as diversas tarefas da serventia, sendo que todos devem saber executá-las com cautela e diligência, a fim de suprirem, com a devida qualificação, eventuais faltas dos colegas de trabalho, não prejudicando, assim, a celeridade no cumprimento de suas tarefas;
2. As intimações para audiências são realizadas em tempo hábil, com as devidas formalidades legais;
3. Os processos são tramitados internamente no sistema LIBRA e organizados em escaninhos identificados por fase processual, em armários, visando sua rápida localização pelos servidores, de modo a facilitar o atendimento a advogados e jurisdicionados;
4. A equipe da Secretaria movimenta processos diariamente, com expedição de ofícios, mandados, cartas de intimação, publicações de atos judiciais, tramitações externas e internas, e demais cumprimentos necessários, tudo devidamente alimentado no sistema de acompanhamento processual LIBRA;
5. Não existem processos em pré-conclusão na Secretaria;
6. Atualmente o Juizado Especial Criminal Ambiental conta com três servidores na Secretaria, e dois oficiais de justiça, todos efetivos, com ingresso mediante concurso público. O gabinete conta com uma assessora exclusivamente comissionada, contratada pelo TJPA.
7. A Secretaria arquiva processos com as devidas cautelas, informando a devida localização dos autos nas caixas de arquivamento e no Libra.
8. A Secretaria adota o manual de rotinas criminais naquilo que se adequa à realidade da serventia.
9. O Sistema de Informação da Corregedoria (relatórios do CNJ) é alimentado mensalmente, tendo a Secretaria uma pasta com os respectivos recibos arquivados.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUIZO

Considerando o bom desempenho da Secretaria na presteza de suas funções, este Juízo recomenda que sejam adotadas medidas destinadas ao aprimoramento no cumprimento de suas atribuições e, quanto aos servidores, a busca constante pelo aperfeiçoamento funcional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

290
P

COMARCA: MARABÁ/PA EDITAL Nº 001/2015-CJCI PERÍODO: 08 a 12/06/2015 Juiz Corregedor:
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª VARA CRIMINAL
1.2 COMPETÊNCIA: CRIMINAL
1.3 MAGISTRADO (A): EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO - Portaria nº 004/2010-GP-TJPA.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 08.02.2010
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Rua Transamazônica, s/nº, bairro Amapá, Marabá/PA - CEP 68.508-970
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: PRÓPRIO
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: TODAS AS SALAS ENCONTRAM-SE UTILIZADAS. Relacionar e descrever:
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar: Falta de água constante para a devida limpeza dos ambientes.
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

291
P

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:		
(X) Boa () Regular () Ruim		
Justificar:		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO – 08.02.2010		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:		
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	04.06.2013	07.06.2013
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	10.06.2014	24.06.2014
ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	25.06.2013	24.07.2014
DANIEL GOMES COELHO	01.07.2013	24.07.2013
WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA	17.07.2013	-
DANIEL GOMES COELHO	02.12.2013	31.12.2013
DANIEL GOMES COELHO	07.01.2014	05.02.2014
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	20.06.2014	20.06.2014
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	01.12.2014	20.12.2014
ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	07.01.2015	31.01.2015
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:		
1º período: 01.12.2014 a 20.12.2014.		
2º período: 07.01.2015 a 31.01.2015		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:		
2ª Vara Criminal – 01 a 10/04/2015 – Portaria 1406/2015 GP		
2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal – 28/05 a 02/06/2015 – Portaria 2041/2015 GP		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES		
Relacionar e descrever:		
PREJUDICADO		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:		
Relacionar e descrever:		
para facilitar a visualização, o manuseio, a tramitação de autos, o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e a colheita de dados estatísticos mais precisos, por iniciativa do Diretor de Secretaria RAFAEL ALVES DE MATOS, os procedimentos relativos a crimes sexuais contra criança e adolescente, em desfavor de idosos, os de presos provisórios, crimes contra a administração pública, Metas 2 e 4 do CNJ editadas no ano de 2015 e os de segredo de justiça foram diferenciados através de tarjas coloridas colocadas, nas capas dos autos (vermelha, verde, amarela, azul, preta e laranja) e na Secretaria da Vara autos ganharam parte específica na estante.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 MURILO LEMOS SIMÃO	10.12.2011	01.01.2012
02 CELSO QUIM FILHO	03.12.2012	22.01.2013
03 EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA	06.06.2012	-
04 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	25.09.2012	26.09.2014
05 CÉSAR DIAS DE FRANÇA LINS	03.12.2012	-
06 DANIEL GOMES COELHO	02.12.2013	31.12.2013
07 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	25.03.2013	27.03.2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

292
P

08 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	02.05.2013	31.05.2013
09 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	04.06.2013	07.06.2013
10 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	10.06.2014	24.06.2014
11 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	25.06.2013	24.07.2014
12 DANIEL GOMES COELHO	01.07.2013	24.07.2013
13 WILKER ANDRÉ VIEIRA LACERDA	17.07.2013	-
14 DANIEL GOMES COELHO	02.12.2013	31.12.2013
15 DANIEL GOMES COELHO	07.01.2014	05.02.2014
16 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	20.06.2014	20.06.2014
17 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	01.12.2014	20.12.2014
18 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	07.01.2015	31.01.2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: ALINE RAQUELA MIRANDA MARQUES
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO

4.2 SECRETARIA:

Nome: RAFAEL ALVES DE MATOS
Cargo: Diretor de Secretaria EM SUBSTITUIÇÃO
Ato de nomeação: 07.11.2012
Ato de lotação: 23.02.2015 a 23.05.2015 - Portaria 1436/2015-GP

Nome: LAUDICÉIA BATISTA DE MATOS
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: 02.07.2012
Ato de lotação: 04.07.2012

Nome: JONAS CARNEIRO ALEXANDRE
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: 13.04.2015
Ato de lotação: 03.06.2015

Nome: NILCÉIA CONSTANTINO DE SOUSA
Cargo: Estagiária
Ato de lotação: 02.03.2015

Nome: LEIDE LAURA CONCEIÇÃO DA SILVA
Cargo: Estagiária
Ato de lotação: 15.09.2014

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: ALEXSANDRA MUNIZ MADERGAN - 11.05.2015

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: SUBSTITUTO

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? SIM

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: HALLINE KAROL NOCETTI SERVILHA – DEZEMBRO DE 2013



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

1093

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICCIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: 02 MOTOCICLETAS e 06 VEÍCULOS QUATRO RODAS
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFAZTORIAMENTE AS NECESSIDADES DA UNIDADE? Justificar: Os veículos retro mencionados pertencem à Comarca de Marabá / PA. (X) Sim () Não
6.2 INFORMATICA: 6.2.1 ACESSO À INTERNET: Justificar: Link de acesso à internet inferior a demanda da Comarca de Marabá / PA, tendo apenas 4GB para toda a Comarca. () Bom () Regular (X) Ruim
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1crimmarabá@tjpa.jus.br
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**



(X) Sim () Não	Justificar:	7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?
(X) Sim () Não	Justificar:	7.7 HA PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?
() Sim (X) Não	Justificar:	7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUENCIA? DIARIAMENTE
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL		
8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESSUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA PREJUDICADO, A PEDIDO DA CORREGEDORIA		
8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA PREJUDICADO, A PEDIDO DA CORREGEDORIA		
8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA	QUANTIDADE	
CIVEIS		
CIVEIS - META 2/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011)	PREJUDICADO	
CIVEIS - META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012	PREJUDICADO	
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	PREJUDICADO	
CIVEIS - META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012)	PREJUDICADO	
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PREJUDICADO	
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	PREJUDICADO	
CIVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	PREJUDICADO	
CRIMINAIS		
PENAS - META 2/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011)	298	
PENAS - META 4/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2012 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	17	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	PREJUDICADO	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JURI	PREJUDICADO	
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	PREJUDICADO	
EXECUÇÃO PENAL	PREJUDICADO	
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	1208	
PROCESSOS SUSPENSOS 637		
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRAACIONAL	PREJUDICADO	
SITUAÇÃO DE RISCO	PREJUDICADO	

1694



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

295
P

TUTELA	PREJUDICADO	
GUARDA	PREJUDICADO	
ADOÇÃO	PREJUDICADO	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	PREJUDICADO	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	PREJUDICADO	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	50	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	PREJUDICADO	
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FÍSICA	1573	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	259	502
2013	283	245
2014	275	777
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (5) INICIAIS; (3) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (Não se aplica) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (5) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (4) IDOSO; (Não se aplica) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (Não se aplica) AÇÕES DE ALIMENTOS; (1) RÉU PRESO; (2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (1) ALVARÁ DE SOLTURA; (7) POR ORDEM CRONOLÓGICA (6) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (1) CARTA PRECATÓRIA OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

296
1

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): PREJUDICADO		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: PREJUDICADO		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): PREJUDICADO		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: PREJUDICADO		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: 1.599 PROCESSOS JULGADOS: 1.466 META CUMPRIDA: 114,6 %		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 147 (período de setembro de 2014 até maio de 2015).		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 24.		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

297
0

(X) Sim () Não Justificar: AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO (excluídas as julgadas e as suspensas nas fases dos arts.366 do CPP e 89 da Lei 9.099/95): 786 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS: 24 PERCENTUAL DE PRESOS PROVISÓRIOS DA VARA: 3,05%
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): PREJUDICADO
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: PREJUDICADO
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: PREJUDICADO
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: PREJUDICADO
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: PREJUDICADO
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: PREJUDICADO
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? PREJUDICADO
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? PREJUDICADO
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? PREJUDICADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

298
P

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL	
13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar:	PREJUDICADO
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar:	PREJUDICADO
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar:	PREJUDICADO
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar:	PREJUDICADO
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?	PREJUDICADO
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?	PREJUDICADO
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?	PREJUDICADO
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?	PREJUDICADO
14 PRECATÓRIAS	
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO	PREJUDICADO
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS:	50
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA:	40
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar:	Pasta de cartas precatórias expedidas/pasta ofícios recebidos referentes a cartas precatórias.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS	
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO:	00
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:	08
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS:	270



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

299
P

16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO:		
00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO:		
00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO:		
00		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS:		
00		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO:		
00		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS:		
00		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 303.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 288.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO:		
00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS:		
40		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS:		
188		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	01	28.01.2015
RUI COSTA DE OLIVEIRA	01	25.03.2015
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	01	14.04.2015
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	01	14.04.2015
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	01	15.04.2015
NEUMA CORREA DE MIRANDA	01	23.04.2015
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	01	24.04.2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
(X) Sim () Não		
Justificar:		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	40	Menos de 15 dias
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	17	Menos de 15 dias
17.7.3 ADVOGADO	0	
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

300
9

(X) Sim () Não
Justificar:

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNU E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?
(X) Sim () Não
Justificar:

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?
() Sim (X) Não
Justificar:

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?
(X) Sim () Não
Justificar:

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
DINHEIRO	0006200-50.2015.8.14.0028	MARCELO SOARES DE QUEIROZ – O.E.
DINHEIRO	0004855-49.2015.8.14.0028	MAYCON SAYMON SILVA BANDEIRA
DINHEIRO	0002418-35.2015.8.14.0028	MARIA DE JESUS RIBEIRO BRITO

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?
() Sim (X) Não
Justificar:

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?
() Sim (X) Não
Justificar:

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?
(X) Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?
(X) Sim () Não
Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?
() Sim (X) Não
Justificar:



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

301
p

<p>19.4 EXISTE UNA NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>ALESSANDRA HERINGER DA ROCHA</p>	<p>19.6 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>	<p>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>	<p>20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:</p> <p>1. Insuficiência de servidores;</p> <p>2. Acesso à internet lento;</p> <p>3. Dificuldade de resolução dos problemas administrativos dos servidores com os órgãos de administração situados na Capital (pessoal, informática, material).</p>	<p>21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:</p> <p>1. necessidade de mais 04 (quatro) servidores na Secretaria da Vara, haja vista a quantidade de procedimentos em tramitação, considerando que se trata de Órgão Judicial localizado em Comarca de grande movimento forense e constante crescimento econômico e populacional, que refletem diretamente no aumento da quantidade de feitos criminais, sendo uma das cidades mais violentas do país, conforme os índices divulgados anualmente por diversas entidades; 2. necessidade de <i>internet</i> com maior velocidade, pois a atividade dos servidores é constantemente interrompida em virtude do <i>link</i> não comportar a quantidade de usuários, sendo que atualmente há uma perda de mais de 50% (cinquenta por cento) da força de trabalho em face de tal problema (o LIBRA "trava" e não permite qualquer operação); 3. necessidade de criação de mais uma vara criminal em razão de tratar-se de Comarca de enorme movimento forense e constante crescimento econômico e populacional, que refletem diretamente no aumento da quantidade de feitos criminais, sendo uma das cidades mais violentas do país, conforme os índices divulgados anualmente por diversas entidades; 4. necessidade de alteração do art. 9º, III do Provimento Conjunto nº 002/2015-CJRM/CJCI, reduzindo o prazo de 40 (dias) para 20 (vinte) dias, haja vista que o prazo de 40 (dias) tem estendido de forma não razoável o prazo de duração do processo.</p>
--	---	--	---	--

Marabá/PA, 08/06/2015

OBS: ORIENTAR A SECRETARIA JUDICIAL A SEPARAR PARA ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, PELA EQUIPE DE CORREIÇÃO:

- A) PROCESSOS CÍVEIS INCLUIDOS NA META 2/2015/CNJ;
- B) PROCESSOS CRIMINAIS INCLUIDOS NA META 2/2015/CNJ;
- C) PROCESSOS COM RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS;
- D) PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL;
- E) PROCESSOS DE ATO INFRACIONAL;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



- F) PROCESSOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- G) AÇÕES CIVIS PÚBLICAS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INCLUIDAS NA META 4/2015/CNJ;
- H) PROCESSOS DE AÇÕES COLETIVAS INCLUIDOS NA META 6/2015/CNJ.

302



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

308
P

COMARCA: Marabá/PA
EDITAL Nº
PERÍODO: 08 a 12/06/2015
Juiz Corregedor:
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Criminal
1.2 COMPETÊNCIA: Juízo Singular
1.3 MAGISTRADO (A): Marcelo Andrei Simão Santos
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 20/10/2011
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO:
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Sala de assessoria/gabinete. Sala de audiências/custódia privativa Secretaria judicial.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: Espaço pequeno/sem espaço adequado para arquivo.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: Limpeza feita diariamente por pessoas terceirizadas.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Móveis em madeira maciça necessitando de reparos/computadores já com algum tempo de uso.
2.7 SEGURANÇA: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar: Localização da vara e da segurança em locais distantes da saída.
2.8 ACESSIBILIDADE: (x) Boa () Regular () Ruim



Justificar: Porta com tamanho padrão/bancada alta - dificulta acesso a cadeirantes.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar:

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL - PERÍODO DE EXERCÍCIO: Marcelo Andrei Simão Santos - Desde 20/10/2011

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO - PERÍODO DE EXERCÍCIO:

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 25/06/2013 a 12/07/2013, 03/04/2014 a 30/04/2014; 02/05/2014 a 31/05/2014, 05/04/2015 a 07/06/2015.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:

Não houve

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever: Mutirão de réus provisórios de 06 a 10/04/2015, mutirão de processos em Redenção de 05 a 12/12/2014.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL:

Relacionar e descrever: Sistema de montagem automatizada de termos de audiência com organização das mídias de gravação do depoimento. Sistema de despachos automatizados por macros.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 ADRIANA KARLA DINIZ GOMES DA COSTA	05/06/2015	07/06/2015
02 DANIEL GOMES COELHO	11/04/2015	04/06/2015
03 EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO	01/04/2015	10/04/2015
04 DANIEL GOMES COELHO	02/05/2014	31/05/2014
05 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	03/04/2014	30/04/2014
06 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA	25/06/2013	24/07/2013
07 DANIEL GOMES COELHO	02/05/2015	31/05/2015
06 MARCELO ANDREI SIMÃO SANTOS	20/10/2011	Em exercício
08 SARA AUGUSTA PEREIRA DE OLIVEIRA	01/12/2010	19/09/2011
09 CELSO QUIM FILHO	19/09/2011	07/10/2011
10 CLAYTONEY PASSOS FERREIRA	01/07/2010	18/09/2011
11 CRISTIANO MAGALHÃES GOMES	11/03/2009	18/09/2011

4. QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE: 2ª Vara Criminal

Nome: Cezar Thiago Barreto Correia
 Cargo: Assessor do Juiz

Nome: Tarcyla Aguiar de Souza
 Cargo: Estagiária

309



310
P

4.2 SECRETARIA:

Nome: Jaconias Medeiros Silva
Cargo: Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: Portaria 022/2008
Ato de lotação: Portaria /2003

Nome: Dalva da Silva Monteiro
Cargo: Auxiliar de Secretaria
Ato de nomeação: 053/2005
Ato de lotação:

Nome: Nilton Ferreira Pinto
Cargo: Auxiliar de Secretaria
Ato de nomeação: 664/2010
Ato de lotação:

Nome: Carlos Eduardo Cruz de Sousa
Cargo: Estagiário

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Cristine Maggela Silva
Correa – 01/04/2013

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não informado

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Eloizio Cordeiro Taveira de
Souza desde 20/05/2014

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não informado

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

6.1.1 FROTA:

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE AS NECESSIDADES DA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar: Pouca ou nenhuma utilização dos veículos da Comarca.

6.2 INFORMÁTICA:

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom (X) Regular () Ruim



311
P

Justificar: Link insuficiente. Congestionamento nos horários de pico. Falta de uma estrutura auxiliar para evitar a paralização dos trabalhos cada vez mais dependentes dos sistemas de informática.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 09

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA. AGENDA EM EXCEL

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): marcelo.andrei@tjpa.jus.br e 2crimmaraba@tjpa.jus.br

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar: Não sofrem ação de insetos ou gotejamento proveniente das chuvas.

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar: São acondicionados em armários de aço.

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar: Todos os processos possuem tramitação interna e externa atualizadas.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Há sempre a necessidade de aperfeiçoamento de pessoal.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar: Às audiências são gravadas em audio e vídeo e a mídia gravada é juntada aos autos.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar: Estão arquivados.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

No geral, todos os dias são realizadas publicações no DJE.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS PROCESSUAIS CADASTRADOS NO SISTEMA



312
 1

8.2 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA	
8.3 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CIVEIS - META 2/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011)	NÃO SE APLICA
CIVEIS - META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012	06
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	NÃO SE APLICA
CIVEIS - META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUIDAS ATÉ 31/12/2012)	NÃO SE APLICA
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	NÃO SE APLICA
RECLAMAÇÃO CIVEL (LEI Nº 9.099/95)	NÃO SE APLICA
CIVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	NÃO SE APLICA
CRIMINAIS	
PENAS - META 2/2015 (DISTRIBUIDOS ATÉ 31/12/2011)	508
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	NÃO SE APLICA
PROCESSOS TRIBUNAL DO JURI	NÃO SE APLICA
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	NÃO SE APLICA
EXECUÇÃO PENAL	NÃO SE APLICA
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	655
OBS: SUSPENSOS PELO 366 DO CPP	460
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	NÃO SE APLICA
SITUAÇÃO DE RISCO	NÃO SE APLICA
TUTELA	NÃO SE APLICA
GUARDA	NÃO SE APLICA
ADOÇÃO	NÃO SE APLICA
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	NÃO SE APLICA
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CIVEIS	NÃO SE APLICA
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	65
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	NÃO SE APLICA
TOTAL - QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA	
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS - PROCESSO CIVIL E PENAL - VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PAGINA DA CJCI, NA INTERNET:	
(X) Sim () Não Justificar:	



9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NUMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUIDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUIDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	426	586
2013	559	341
2014	132	379

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não
 Justificar: Com o recadastramento realizado recentemente, estamos realizando a identificação das prioridades concernentes a nossa competência.

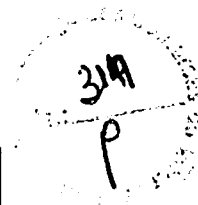
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (5) INICIAIS;
- (3) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (NÃO SE APLICA) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (NÃO SE APLICA) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;
- (4) IDOSO;
- (NÃO SE APLICA) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
- (NÃO SE APLICA) AÇÕES DE ALIMENTOS;
- (1) RÉU PRESO;
- (2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (7) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (6) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (NÃO SE APLICA) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DA	SIM	NÃO
SISTEMA DE CORREGEDORIA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CIVIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG		
CNACL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS		
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	



9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (x) Não

Justificar: Nesta Secretaria não há nenhum servidor respondendo PAD.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): NÃO SE APLICA

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: NÃO SE APLICA

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): NÃO SE APLICA

10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: NÃO SE APLICA

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): 508

11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 821

11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 78

11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:

(x) Sim () Não

Justificar: A Secretaria vêm cumprindo o percentual estabelecido de 40%.

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ:

(X) Sim () Não

Justificar: O Juízo cumpri o que determina a resolução 66/2009-CNJ.

11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR?

(X) Sim () Não

Justificar: No geral estão com os prazos processuais respeitados, sem diligências pendentes de cumprimento.

11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): NÃO SE APLICA

11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: NÃO SE APLICA

12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE

12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: NÃO SE APLICA



315
9

12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: NÃO SE APLICA
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: NÃO SE APLICA
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (x) Não Justificar: NÃO SE APLICA
5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: NÃO SE APLICA
6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS - EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (x) Não Justificar: NÃO SE APLICA
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? NÃO SE APLICA
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? NÃO SE APLICA
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? NÃO SE APLICA
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (x) Não Justificar: NÃO SE APLICA
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (x) Não Justificar: NÃO SE APLICA
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (x) Não Justificar: NÃO SE APLICA
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim (x) Não Justificar: NÃO SE APLICA
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? CTM e CRAMA



316
P

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? NÃO
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? NÃO SE APLICA
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? NÃO SE APLICA
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CIVEIS EM TRAMITAÇÃO: NÃO SE APLICA
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 65
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 46
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Verificamos ao final de cada mês, os processos que possuem precatórias não devolvidas.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: NÃO HÁ
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: NÃO HÁ
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 456
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: NÃO HÁ
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: NÃO HÁ
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: NÃO HÁ
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: NÃO HÁ
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: NÃO HÁ
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: NÃO HÁ
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: NÃO HÁ



317
P

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 65		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: NÃO HÁ		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 30		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 36		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
KATIA SILENE ZANONI BRITO DE SOUZA	2	06/04/2015
NESTOR RENNA ARAUJO DE NEGREIROS	1	03/12/2014
RODNEY FIGUEIREDO FREITAS	13	16/01/2015
ZEILTON RAMOS DE SOUZA	1	06/04/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Os mandados em atraso são cobrados junto à Coordenadora dos Oficiais de Justiça.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	16	07/01/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	06	24/04/2015
17.7.3 ADVOGADO	17	30/01/2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Mantemos relatórios dos processos com vistas às partes.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar: São cadastrados na Distribuição quando da dsitribuição dos autos.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: Não temos espaço adequado para guarnecer tais objetos.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar: O relatório de cadastro do objeto cadastrado é juntado aos autos.		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
SEGUE ANEXO.		



318
P

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim (x) Não Justificar: Não recebemos armas apreendidas. Ficam guarnecidas na Polícia Civil.
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar: Não recebemos armas apreendidas. Ficam guarnecidas na Polícia Civil.
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar: Todos os valores são depositados via SDJ.
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HA MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: São processos que não tiveram seu encerramento.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar: Em todos os processos são juntados boleto e relatório.
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? () Sim (X) Não Justificar: NÃO SE APLICA
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
Atualização dos equipamentos de TI, troca de 02 computadores que já se encontram aquém de nossas necessidades, leitor óptico e outros.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Há a necessidade de pelo menos mais 02 servidores para auxiliar nos trabalhos judiciais, afim de garantir a celeridade processual exigida pelo CNJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

343
f

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: MARABÁ/PA
EDITAL Nº: 001/2015 - CJCI
PERÍODO: 08 a 12/06/2015
Juiz Corregedor: Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 3ª (terceira) Vara Criminal
1.2 COMPETÊNCIA: Crimes contra a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Crimes Dolosos Contra a Vida.
1.3 MAGISTRADO (A): Murilo Lemos Simão
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Portaria 107/2009-SJ de 23/10/2009
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: 5 (cinco) anos, 6 (seis) meses e 12 (doze) dias.
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Fórum da Comarca de Marabá – Rodovia Transamazônica, s/n, Bairro Amapá, Marabá/PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Sala pequena para acomodar o número de servidores e processos existentes.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (X) Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas () Regulares (X) Ruins Justificar: É constante a falta de água nas dependências do Fórum (banheiros e copa)
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (X) Regular () Ruim

1
fup



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

344
P

Justificar: não tem cadeiras giratórias para todos os servidores e os armários da Secretaria não têm o mesmo padrão (são armários e estantes metálicas)

2.7 SEGURANÇA:

(X) Boa () Regular () Ruim

Justificar:

2.8 ACESSIBILIDADE:

(X) Boa () Regular () Ruim

Justificar:

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar:

3: MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Murilo Lemos Simão – Juiz Titular

5 (cinco) anos, 6 (seis) meses e 12 (doze) dias.

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Nunca teve.

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Períodos de férias, compensação de plantões e licença paternidade.

01.02.2010 à 13.02.2010

14.02.2010 à 02.03.2010

03.05.2010 à 23.05.2010

24.05.2010 à 01.06.2010

03.11.2010 à 06.01.2011

07.01.2011 à 19.01.2011

02.05.2011 à 31.05.2011

31.05.2011 à 03.06.2011

31.05.2011 à 03.06.2011

03.11.2011 à 15.11.2011

15.11.2011 à 26.12.2011

02.05.2012 à 31.05.2012

29.11.2012 à 06.12.2012

07.01.2013 à 07.03.2013

02.05.2013 à 31.05.2013

03.10.2013 à 04.10.2013

01.11.2013 à 30.11.2013

06.11.2013 à 08.11.2013

13.11.2013 à 14.11.2013

18.11.2013 à 29.11.2013

21.11.2013 à 29.11.2013

03.12.2014 à 12.12.2014

02.02.2015 à 03.03.2015

Sup



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

345
P

13.03.2015 à 18.03.2015		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, está respondendo pela 100ª Zona Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: -----		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Captação das oitivas em audiência e no júri por mídia digital (filmagem).		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Cristiano Magalhães Gomes	01.02.2010	13.02.2010
Eduardo Antônio Martins Teixeira	14.02.2010	02.03.2010
Cláudia Regina Moreira Favacho Moura	03.05.2010	23.05.2010
Eduardo Antônio Martins Teixeira	24.05.2010	01.06.2010
Eduardo Antônio Martins Teixeira	03.11.2010	06.01.2011
Sara Augusta Pereira de Oliveira	07.01.2011	19.01.2011
Sara Augusta Pereira de Oliveira	02.05.2011	31.05.2011
Cristiano Magalhães Gomes	31.05.2011	03.06.2011
Cláudia Regina Moreira Favacho Moura	31.05.2011	03.06.2011
Chales Menezes Barros	19.09.2011	30.09.2011
Emanoel Jorge Dias Mouta	19.09.2011	30.09.2011
Cristiano Magalhães Gomes	03.11.2011	15.11.2011
Chales Menezes Barros	28.11.2011	02.12.2011
Emanoel Jorge Dias Mouta	28.11.2011	02.12.2011
Celso Quim Filho	15.11.2011	26.12.2011
Emerson Benjamin Pereira de Carvalho	02.05.2012	31.05.2012
Elaine Neves de Oliveira	29.11.2012	06.12.2012
Elaine Neves de Oliveira	07.01.2013	07.03.2013
Eduardo Antônio Martins Teixeira	02.05.2013	31.05.2013
Wilker André Vieira Lacerda	03.10.2013	04.10.2013

3
Juppi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

346
P

Elaine Neves de Oliveira	01.11.2013	30.11.2013
Daniel Gomes Coelho	06.11.2013	08.11.2013
Daniel Gomes Coelho	13.11.2013	14.11.2013
Jonas da Conceição Silva	18.11.2013	29.11.2013
Wilker Andrade Vieira Lacerda	21.11.2013	29.11.2013
Adriana Karla Diniz Gomes da Costa	02.05.2014	31.05.2014
Geraldo Neves Leite	21.08.2014	22.08.2014
Geraldo Neves Leite	21.11.2014	28.11.2014
Adriana Karla Diniz Gomes da Costa	03.12.2014	12.12.2014
Caroline Slongo Assad	02.02.2015	03.03.2015
Caroline Slongo Assad	13.03.2015	18.03.2015

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: JAIRA SILVA SOUZA
Cargo: Cargo em Comissão - Assessora Jurídica
Portaria: 0544/2012-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA
Cargo: Diretora de Secretaria
Ato de nomeação: 1246/2005-GP
Ato de lotação:

Nome: FRANCISCO ALVES DE LIMA
Cargo: Analista Judiciário - Direito
Ato de nomeação: 2349/2012-GP
Ato de lotação:

Nome: CLÁUDIA CRISTINA VIEIRA DA SILVA
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: 1833/2013-GP
Ato de lotação:

Nome: FLAVERTON VIEIRA DOS SANTOS
Cargo: Assistente Administrativo
Ato de nomeação: 156/2013-DF
Ato de lotação:

Nome: ANDRÉA DE NAZARÉ RODRIGUES SILVA
Cargo: estagiário

4
Jup.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

347
P

Nome: ALBERTH COSTA DO NASCIMENTO
Cargo: estagiário

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Crimes Dolosos Contra a Vida:
Dra. Hygéia Valente de Souza Magalhães
Data entrada em exercício: 11/03/2013

Crimes Contra a Mulher:
Dra. Liliane C. R. de Oliveira

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Expedido Ofício n.º 384/2015, em 28/04/2015, à Dra. Liliane C. R. de Oliveira, porém, não foi recebido resposta até a presente data.

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Allysson George Alves de Castro
Data da entrada em exercício: 02/02/2013

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Titular, conforme portaria n.º 028/2014-DP-G/GAB, 10 de junho de 2014.

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não.

6. APROX. À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

Não há veículo exclusivo para uso da Vara, sendo utilizados os veículos disponíveis à Direção do Fórum, quando necessário para apoio nos júris

6.1.1 FROTA:

Não há frota específica destinada à Vara.

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar:

6.2 INFORMÁTICA:

É comum os problemas decorrentes de conexão com a internet, prejudicando a confecção e cadastro dos expedientes, atendimentos aos jurisdicionados desta Vara e, conseqüentemente, o andamento dos trabalhos de uma forma geral.

5
Jun.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

350
P

VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	271
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	113
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	10
EXECUÇÃO PENAL	-----
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	342 Observação 1: Crimes contra a mulher: 271 Tribunal do Júri: 113 Inquéritos Policiais: 1.120 Medidas Protetivas: 268 Suspensos: 656 Observação 2: consta ainda vários processos julgados e ainda não arquivados, encontrando-se pendentes de providências, em virtude de alguns encontrarem-se aguardando o trânsito em julgado, outros com fiança arbitrada e outros com objetos apreendidos.
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	
SITUAÇÃO DE RISCO	
TUTELA	
GUARDA	
ADOÇÃO	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	27
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	
TOTAL - QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FÍSICA	394 ações penais em trâmite, excluídos os processos julgados que ainda estão em fase de intimações e as ações penais suspensas.
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:	

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

351
p

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	425	254
2013	264	275
2014	241	327

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar:

Vermelho – réus presos

Amarelo – medidas protetivas de urgência

Azul – carta precatória

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(06) INICIAIS;

(08) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(03) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (MEDIDA PROTETIVA)

() COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(07) IDOSO;

(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(02) RÉU PRESO;

(04) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(01) ALVARÁ DE SOLTURA;

() POR ORDEM CRONOLÓGICA

(07) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(05) OUTRO – audiências e júris designados

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	Sim	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	-----	-----
BACENJUD	-----	-----
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-----	
INFOJUD	-----	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	Sim	

9
jup.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

352
9

CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-----	
INFOSEG	-----	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-----	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-----	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-----	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-----	
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	Sim	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar:		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO:		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA:		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Total: 52		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: No livro Rol dos Culpados consta 122 registros de réus condenados		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 12		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:		

10
Jupi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

353
p

<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Tem 14 presos provisórios.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: são identificados por fita vermelha e têm prioridade
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): 10
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: De janeiro a maio de 2015 foram realizados 7 júris, Ano 2014: 48 júris Ano de 2013: 32 júris Soma: 87 júris realizados.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE:
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS:
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA:
6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

354
0

12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES?
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA?
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar:
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar:
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA?
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO?
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO?
14 PRECATORIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATORIAS CIVEIS EM TRAMITAÇÃO -----
14.2 TOTAL DE CARTAS PRECATORIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO DEVOLVIDAS: 72
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATORIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 12

12
Jup



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

355
P

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar:
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Nenhum
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 11 inquéritos
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: Não é possível gerar relatório, no Sistema Libra, com trâmite de carga em aberto por um prazo superior a 185 dias, no entanto, existem muitos inquéritos com carga na Delegacia de Polícia com prazo superior ao informado acima, cerca de 600 a 700 inquéritos.
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: Não existe
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: Não existe
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 09
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 14 - os autos encontram-se com carga na DEPOL
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: Nenhum
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS:
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 03
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 40
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: Não existe
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 28

13
Jup



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

356
p

17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 71		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Relatório anexo		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar:		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	33	02/03/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	0	---
17.7.3 ADVOGADO	1	21/05/2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar:		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar:		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: Os objetos apreendidos são armazenados dentro de uma caixa.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar: Livros de Objetos Apreendidos		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
FAÇA	0000038-38.2010.814.0028	CRISTIANO ROGERIO CASSIANO DA SILVA
02 (DUAS) ALIANÇAS		RÔMULO ARAÚJO FEITOS e MOISÉS FREITAS FRANCO

14
Jup



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

35*
P

	0005809-03.2012.814.0028	
CORDÃO		
CAPA DE SOM AUTOMOTIVO		
APARELHO DE CELULAR, SAMSUNG, MODELO GT-E1086i, COM CHIP DA VIVO		
APARELHO DE CELULAR, LG, COM CHIP DA VIVO		
FOICE	0008624-07.2011.814.0028	CLEITON FERREIRA DOS SANTOS
FACA, TIPO PEIXEIRA		
CARTEIRA PORTA CÉDULAS, MARRON	0005690-42.2012.814.0028	WELLIGTON GUTEMBERG DE OLIVEIRA
CARTEIRA DE HABILITAÇÃO		
CARTEIRA DE IDENTIDADE MILITAR		
CARTEIRA IASEP		
02 (DUAS) FOTOGRAFIAS 3X4, DE MULHERES		
FOTOGRAFIA 3X4, DE UM HOMEM		
CARTÃO DO BANCO DO BRADESCO, DANIFICADO		
CARTÃO DO BANPARÁ, DANIFICADO		
TITULO DE ELEITOR		
CPF		
DIVERSOS PAPÉIS		
98,00 REAIS	0002259-63.2013.814.0028	
APARELHO CELULAR, NOKIA, MODELO X1, PRETO		ELAINE MARQUES DUARTE
CÂMERA FOTOGRAFICA, KODAK AF 3X OPTICAL		
FRENTE DE SOM AUTOMOTIVO, MARCA VISTEON		
RELÓGIO, MARCA SALCO		
APARELHO CELULAR, NOKIA	0004707-09.2013.814.0028	EM APURAÇÃO

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

358
P

02 (DOIS) CHIP'S OPERADORA VIVO		
APARELHO CELULAR, SAMSUNG	0005519-51.2013.814.0028	DHEMIS HONÓRIO DE SOUSA
15 (QUINZE) CARREGADORES DE CELULAR, DANIFICADOS	0010926-38.2013.814.0028	PAULO RAMOS DE OLIVEIRA, JAMES SOUSA DA CONCEICAO, JOSUE ANDERSON DE PAULA SANTOS, ADENILSON PEREIRA DA SILVA, TIAGO SILVA NOGUEIRA, DEYVISON MOREIRA MAGALHAES
FIO DE ELETRICIDADE DANIFICADO		
07 (SETE) ESTOQUES		
FACA DE COZINHA, CABO LARANJA, DANIFICADA		
03 (TRÊS) APARELHOS CELULARES (DESCRITOS NO OFÍCIO 3.027/2013)		
01 (uma) FACA DE CABO PRETO, MARCA STARTOOLS STAINLESS STEEL C/ O CABO ENTORTADO	0012831-78.2013.814.0028	GLEICIANE MOTA PEREIRA
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim (X) Não Justificar:		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não Fiança arbitrada		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar:		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não		

16
Jup.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

359
P

Alessandra Heringer Gomes da Rocha

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim () Não

Justificar:

Nos autos em que foi arbitrada fiança

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim () Não

Justificar:

20. CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

1 – os relatórios gerenciais do Sistema Libra não apresentam dados consistentes, destoando as informações de um relatório para outro, o que dificulta a prestação de informações precisas.

2 – Não é possível gerar relatório, no Sistema Libra, com trâmite de carga em aberto por um prazo superior a 185 dias, no entanto, existem muitos inquéritos com carga na Delegacia de Polícia com prazo superior ao informado acima.

3 – Não existe um espaço adequado para arquivo dos processos nesse Fórum, ficando os processos armazenados nas caixas e estas amontoadas no Depósito.

4 – Não existe número de servidores suficientes para a demanda originada pela carga de trabalho, considerando principalmente o número de júris realizados na Vara, demandando um tempo maior dos servidores para a preparação e realização dos júris, bem como, a quantidade de medidas cautelares de urgência distribuídas para essa Vara.

5 – A sala é pequena para acomodar o números de processos e servidores na Secretaria da Vara.

6 – É comum a falta de água no Fórum, ficando os banheiros impossibilitados de serem usados, além do mau cheiro exarado pelos mesmos, tornando indigna as condições de trabalho nesse particular.

7 - A Secretaria é organizada da seguinte forma: os processos são separados de acordo com a competência, sendo os processos de crimes contra a mulher armazenados em caixas amarelas e disponibilizados nos armários do lado direito, os processos de crimes dolosos contra a vida são armazenados em caixas vermelhas e disponibilizados nos armários do lado esquerdo da Secretaria. Nas caixas, os processos são armazenados de acordo com a tramitação interna registrada no Sistema Libra, sendo organizados de forma semelhantes para as duas competências, considerando na tramitação do Libra a letra A para os crimes contra a Mulher e a letra B para os crimes dolosos contra a vida. Os processos de réus presos são identificados com fita vermelha e ficam na mesa da Diretora de Secretaria, os autos de Medidas Protetivas de Urgência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

360
P

são destacados com fita amarela, as cartas precatórias recebidas com fita azul. Os processos de crimes dolosos contra a vida são identificados com fita verde.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Em 2011, três juízes (um da 1ª Vara Criminal, um da 2ª Vara Criminal e a diretora do fórum) assinaram um requerimento à Presidência do TJE/PA postulando a criação de mais uma vara penal.

Com base no pedido, o TJE/PA, sem fazer (ele próprio) nenhum estudo estatístico ou consulta a este juízo, determinou que todos os processos relativos a crimes dolosos contra a vida fossem redistribuídos a esta 3ª Vara (que na época só tinha competência para julgar fatos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher).

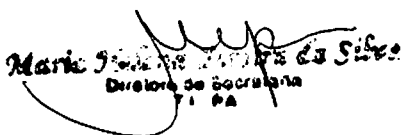
Resultado: as 1ª e 2ª varas criminais foram desafogadas, enquanto esta 3ª vara foi, da noite para o dia, afogada por centenas de processos, muitos deles antigos demais, prejudicando drasticamente o atendimento à mulher em situação de vulnerabilidade (detalhe: nenhum novo servidor veio para esta vara para fazer frente à nova demanda). Importante consignar que o procedimento/rito de apuração e julgamento de crime doloso contra a vida não tem nada a ver com o reservado a delitos envolvendo violência doméstica.

Ocorre que, atualmente, aquelas duas varas criminais já estão saneadas e, portanto, a elas deve retornar a competência (originária delas) para processar crimes dolosos contra a vida que não envolvam violência doméstica contra a mulher.

Assim, teríamos três varas com competência para realizar júri, não sobrecarregando juiz e funcionários de uma única vara.

Vale destacar que o número de feitos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher é muito maior (e tenderia a crescer ainda mais se houvesse boa rede de atendimento) do que os feitos relacionados a crimes dolosos contra a vida.

Marabá/PA, 08 de junho de 2015.


Maria José de Sá
Diretora de Secretaria
PA

24
Andressa
12/6/15

369
p



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ROTEIRO DE CORREIÇÃO DO PROTOCOLO DO FÓRUM DE MARABÁ - 2015

INFORMAÇÕES INICIAIS

1 - Unidade Judiciária: Comarca de Marabá	2 - Data da Instalação: não há documentação a respeito. Inauguração prédio novo em 07.11.2004. Reinauguração em 24.01.2011
3 - Endereço, telefone, email, etc. R. Transamazônica, s/n.º – Bairro Amapá – CEP 68.502-290 – fone (94) 3312.2000 (central) protocolomaraba@tjpa.jus.br	4 – Período da Correição: 08 a 12 de junho de 2015.

ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

5 – Condições estruturais (verificar problemas porventura existentes na instalação predial):

Boas Regulares Ruins
Justificar: O espaço do setor de protocolo é muito pequeno.

6 – Limpeza e higiene do local:

Boas Regulares Ruins

Justificar: Problemas com a bomba d'água ocasionando falta frequente de água e mal cheiro dos banheiros que fica próximo a sala do Protocolo.

7 – Condições do mobiliário

Boas Regulares Ruins

Justificar: Condições do mobiliário (verificar a necessidade de ampliação ou renovação do mobiliário existente – mesas, cadeiras, armários, estantes, arquivos, quadros de avisos, etc.):
Em virtude de alguns mobiliários desta comarca serem de madeira de lei é necessária uma revitalização dos mesmos para melhor conservação do patrimônio desta comarca, detectamos ainda a falta de cadeiras, mesas, cadeiras giratórias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

8. Segurança:

Boas Regulares Ruins

Justificar: A porta giratória/de segurança está com defeito e sem funcionar.

9. Acessibilidade:

Boas Regulares Ruins

Justificar: A parada de ônibus mais próxima fica a quase duas (02) quadras e não há faixa de pedestre em frente ao fórum.

10 – Considerações do Juízo:

11 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: Não preencher

TECNOLOGIA EMPREGADA NA ATIVIDADE JURISDICIONAL

12 – Equipamentos de Informática:
Computadores estão velhos

13. Acesso a Internet:

Boas Regulares Ruins

Justificativa: O Sistema Libra constantemente fora do ar/sem conexão com a internet. E os servidores ainda não possuem treinamento e nem certificado para o funcionamento do Protocolo Integrado.

14 – Pontos de rede: Suficiente Insuficiente
Justificativa: Só há um ponto de rede no protocolo.

15 – Sistema de Gestão de Processos:
 LIBRA SAPXXI PROJUD Outra Observação:

16 – Verificar se a Unidade Judiciária utiliza o serviço de comunicação eletrônica (e-mail oficial) Sim Não
Observação:

17 - Considerações do Juízo:

370
P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

18 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: Não preencher.
INFORMAÇÕES DA COMARCA
19 – Juiz Diretor do Fórum: Cristiano Magalhães Gomes
20 – Servidor(s) designado(s) para o Setor de Protocolo: Wilson Araújo Barros Portaria 070/2009 – DF; Gilcelene Gonçalves Silva Portaria 191/2014 DF – TJPA
21 – Considerações do Juízo:
22 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: Não preencher.



3^o
P

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA
Ano: 2015

COMARCA: PÓLO REGIONAL DE MARABÁ

EDITAL Nº

PERÍODO: 08 a 12.06.2015

Juiz Corregedor: DESA. MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL:

CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

1.2 COMPETÊNCIA:

CÍVEL E CRIMINAL

1.3 MAGISTRADO (A):

DIREÇÃO DO FÓRUM

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

--

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Luciana da Silva Araújo
Chefiando desde Julho 2011.

Hiêda Chagas e Silva
Substituta desde Maio 2013.

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO:

Rua Transamazônica s/nº - Bairro Amapá

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:

--

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Relacionar e descrever:

A Central de Distribuição funciona no Bloco 1, segunda sala à esquerda.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

() Boas (X) Regulares () Ruins

Justificar:

A Central de Distribuição funciona em uma sala que vem apresentando infiltração, ocasionando mofo e escurecimento da parede. A sala apresenta fiação de internet

Luciana



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

342
P

somente do lado direito, sendo necessário passar fios para o outro lado a fim de que alcancem outros computadores disponíveis no ambiente.

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

(X) Boas () Regulares () Ruins

Justificar:

As dependências são limpas todos os dias.

2.6 MOBILIÁRIO:

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

O setor possui os seguintes móveis:

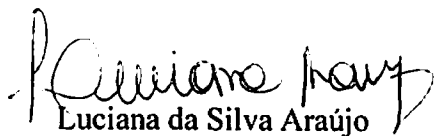
- Dois armários altos de madeira;
- Dois armários baixos de madeira;
- Três mesas de madeira;
- Dois raques de madeira;
- Quatro cadeiras;

O setor possui também os seguintes equipamentos:

- 05 computadores com monitor, teclado e mouse;
- 01 impressora/copiadora LexMark;
- 01 scanner;
- 01 ar condicionado.

3 CONSIDERAÇÕES DO SETOR:

- Atualmente o setor conta com 02(duas) funcionárias do Tribunal de Justiça, as quais são analistas judiciárias, 01(uma) servidora cedida da Prefeitura e 01(uma) estagiária;
- Há necessidade de lotação de mais um servidor (auxiliar) do TJ/PA;
- A central de distribuição é um dos setores que não existem no quadro organizacional do Tribunal de Justiça, sendo necessária a criação em decorrência da sua importância para a atividade jurisdicional.
- Para exemplificar tal importância, conforme relatório de processos distribuídos e redistribuídos no Sistema Libra, apenas nestes primeiros meses de 2015 já foram movimentados 5.658 ações, entre elas cíveis e criminais.


Luciana da Silva Araújo
Analista Judiciário
Central de Distribuição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE MARABÁ

3x4
p

QUADRO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA – POR REGIÃO (ZONAS)

ZONA 1 (Nova Marabá) – 8 Oficiais de Justiça

ZONA 2 (Cidade Nova) – 5 Oficiais de Justiça

ZONA 3 (Zona Rural) – 2 Oficiais de Justiça

ZONA 4 (Complexo São Felix) – 1 Oficial de Justiça

ZONA AGRÁRIA (VINCULADA A VARA AGRÁRIA REGIONAL- POLO MARABÁ) – 2 Oficiais de Justiça

Central de Mandados – 2 Oficiais de Justiça

TOTAL – 20 Oficiais de Justiça (15 Oficiais em exercício)

Detalhamento

Zona 1

Alesandro Missagia – Licença Saúde (tempo indeterminado)

Janaina Arantes

Klinger Santos

Natália Freire

Nestor Renna

Neuma Miranda

Tiago Cardoso

Washington Junior – Licença s/remuneração (desde nov/2014)

Zona 2

Kátia Silene (Licença Saúde por 30 dias)

Raimundo (Aposentadoria Compulsória 08/07/2015)

Rodney Figueiredo

Zeilton Ramos

Sínésio Nogueira (Removido Marituba – aguardando chegada do novo servidor)

Zona 3

Antonio Oliveira

Valby Camargo (Férias 06/2015 Lic Prêmio 08 e 09/2015)

Zona 4

Rui Costa

Zona Agrária

Antonio Ederaldo

Roberto Gilson

Obs: Oficias exclusivos da Vara Agrária de Competência Regional sediada nesta Comarca abrangendo 23 (vinte e três) municípios.

Central de Mandados

Edilene Pereira (Licença Prêmio + Férias até 05/2016 seguida de pedido de aposentadoria)

Rozani Uchoa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ROTEIRO DE CORREIÇÃO DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE MARABÁ - 2015

INFORMAÇÕES INICIAIS

1 - Unidade Judiciária: Comarca de Marabá	2 - Data da Instalação: não há documentação a respeito. Inauguração prédio novo em 07.11.2004. Reinauguração em 24.01.2011.
3 - Endereço, telefone, e-mail, etc. R. Transamazônica, s/n.º – Bairro Amapá – CEP 68.502-290 – fone (94) 3312.2000 (central) tjepa028@tjpa.jus.br	4 – Período da Correição: 08 a 12 de junho de 2015.

ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

5 – Situação jurídica do imóvel onde o Fórum está instalado: o prédio pertence ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e a documentação sobre a doação está na sede do TJEPA.			
6 – Verificar a disponibilidade de salas e sua utilização: Todas as salas desta Comarca estão em funcionamento.			
Salão para Sessão do Júri: SIM	Sala para reconhecimento: SIM	Sala para Audiências: SIM	Depósito de Armas NÃO e não recebemos armas de fogo.
Depósito de Veículos: NÃO e não recebemos veículos apreendidos.	Área para depósito e arquivo: SIM, porém insuficientes. Esclareço que após visita de técnicos do setor de arquivo do TJPA, estes informaram da necessidade de se ter salas próprias e adequadas, e ainda, servidor efetivo e 03 estagiários para controle do setor arquivo de processos.		

7 – Condições estruturais (verificar problemas porventura existentes na instalação predial):		
	SIM	NÃO
Reforma ou manutenção do telhado – (persistente)	X	
Reparos no reboco e pintura das paredes	X	
Ampliação e/ou adaptação de espaços	X	
Reforma ou manutenção das instalações elétricas	X	
Reforma ou manutenção das instalações hidráulicas	X (urgente)	
Reforma ou manutenção das instalações sanitárias	X (urgente)	
Necessidade de incremento de dispositivos de segurança.	X	

375
P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Observações Gerais: vide relatório anexo sobre as problemáticas enfrentadas no prédio.

Quanto a Necessidade de incremento de dispositivos de segurança, falta saída de emergência a jurisdicionados e funcionários e conserto da porta giratória.

8 – Limpeza e higiene do local:	Ruim	Regular	Bom	Excelente
Forro do teto			X	
Paredes externas			X	
Paredes internas			X	
Piso		X		
Muro externo			X	
Portas			X	
Janelas			X	
Banheiros	X			
Móveis			X	
Equip. Informática			X	
Pátio/Jardim			X	

Observações Gerais:

O piso externo está manchado e encardido, precisando de material específico para limpeza.

Os banheiros públicos e de alguns funcionários e gabinetes com vazamento constante de água e/ou entupidos e ainda, falta banheiro para portadores de necessidades especiais. Esclarecemos que nesta comarca temos dois servidores nessas circunstâncias, sendo um cadeirante que quando precisa ir ao banheiro tem que ir para sua residência.

Falta de água constante, por problema crônico na bomba e caixa d'água, já comunicados ao TJPA.(doc. em anexo)

Setor de arquivo de processo inexistente, pois na realidade temos um amontoado de caixas com processos, sem catalogação correta, estantes e um servidor responsável em arquivar/desarquivar processo o que dificulta a localização de autos, por isso a necessidade de um imóvel ou salas amplas com um arquivista/servidor efetivo para coordenar o setor de arquivo.

9 – Condições do mobiliário (verificar a necessidade de ampliação ou renovação do mobiliário existente – mesas, cadeiras, armários, estantes, arquivos, quadros de avisos, etc.):
Em virtude de alguns mobiliários desta comarca serem de madeira de lei é necessária uma revitalização dos mesmos para melhor conservação do patrimônio desta comarca, detectamos ainda a falta de cadeiras, mesas, cadeiras giratórias e poltronas tipo presidentes para os magistrados.

10 – Considerações do Julzo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

376
P

11 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: Não preencher

TECNOLOGIA EMPREGADA NA ATIVIDADE JURISDICIONAL

12 – Equipamentos de Informática: (X) Suficiente () Insuficiente
() Outra observação:

13 – Pontos de rede: (X) Suficiente () Insuficiente
() Outra observação:

14 – Internet: (X) Sim () Não

15 – Sistema de Gestão de Processos:
(X) LIBRA () SAPXXI (X) PROJUD (X) Outra Observação: uso do Malote Digital, Malote dos Correios regularmente. SigaDoc a secretaria do Fórum e o Diretor de Secretaria Rafael Malato possuem treinamento e certificado digital.

16 – Verificar se a Unidade Judiciária utiliza o serviço de comunicação eletrônica (e-mail oficial) (X) Sim () Não ()
Observação: e Malote Digital

17 – Alimentação dos Sistemas Informatizados de Informações relacionados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>.

(X) Todas as Unidades Judiciária estão em dia.
() Algumas Unidades Judiciárias estão em dia. Neste caso, relacionar a(s) Unidade(s) Judiciária(s) inadimplente(s), o(s) sistema(s) e o(s) período(s):

18 - Considerações do Juízo:

19 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: Não preencher.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

INFORMAÇÕES DA COMARCA

20 – Juiz Diretor do Fórum: **Cristiano Magalhães Gomes**

Portaria n.º 698/2015-GP, Belém, Pa, 09/02/2015 – a partir de 10/02/2015.

21 – Servidor designado para a Secretaria do Fórum e Gestão de Pessoas:

Vânia Ribeiro de Andrade – TJPA - Portaria n.º 006/2019-DF e 094/2012-DF

22 – Quantidade de Unidades Judiciárias por competência:

Cível	Criminal	Agrária	VJEspCiv	VJEspCrim	Outras
4	4	1	2	3	
1ª,2ª,3ª,4ª Varas Cíveis e Empresariais	1ª,2ª,3ª Varas Criminais e VExp	Vara Agrária	1ª e 2ª Varas	1ª e 2ª Varas e JECRim e Ambiental	

23 – Quadro Geral de Servidores (discriminação por órgão de origem e lotação): folha anexa

VEÍCULOS

24 – Relacionar os veículos disponíveis da Comarca com a respectiva destinação:

1- Camionete TRITON GL D MMC/L200 – placa OTX7158 - Suporte aos Magistrados e da Direção do Fórum em suas atividades de trabalho;

2- Camionete FORD RANGER XL CD4 22 – placa OTI 5098 - Suporte aos Magistrados e da Direção do Fórum em suas atividades de trabalho;

3- Caminhonete HILUX: Suporte aos Oficiais de Justiça em suas atividades de trabalho na zona rural;

4- Caminhonete L 200. Exclusiva da Vara Agrária;

5- Ford Fiesta 1.6 Flex – placa OTI 3808, entrega de expediente das varas nos Correios e visitas das equipes interdisciplinares da 6ª Vara da Infância e 7ª Vara de Execução Penal;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

6- FIAT DOBLO 1.4 – placa QDL 5940 -Visita das equipes interdisciplinares da 6ª Vara da Infância e 7ª Vara de Execução Penal e as vezes faz entrega de expediente das varas nos Correios;

7- KOMBI – placa NSF 6178 - com problemas na direção e não tem ar condicionado;

8- MOTO – Honda NXR 150 BROS ES – placa OTQ 2235 - entrega de expediente das varas nos órgãos públicos;

9- MOTO – Honda NX R 150 - placa OTK 8129 - com o Oficial de Justiça Raimundo Ferreira, para cumprimento de mandados.

25 – Conservação:

Quando os Veículos necessitam de reparos é solicitado ao setor competente do TJE-PA Seção de Manutenção de Veículos. Todos os veículos e as duas motos estão revisados e em bom estado de conservação, a exceção do veículo Kombi.

26 – Considerações do Juízo:

27 – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO: Não preencher.

Segue em anexo

- 1- Relação dos servidores efetivos, cedidos, comissionados e estagiários e suas respectivas lotações.
- 2- Relatório do Secretário de Patrimônio de 2014 sobre o sistema de abastecimento de água.
- 3- Ofício n. 057/2015-DF – ao Serviço de Suprimento de Fundos e orçamento sobre a problemática da falta de água no prédio do Fórum.(SigaDoc)

347
P



UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO - FRJ

COMARCA: PÓLO REGIONAL DE MARABÁ

EDITAL Nº: **

PERÍODO: 08 A 12 DE JUNHO DE 2015.

JUIZ CORREGEDOR: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL
COUTINHO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - UNIDADE JUDICIAL:
UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO – FRJ

1.2 - COMPETÊNCIA:
EMIÇÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS

1.3 - MAGISTRADO (A):
DIREÇÃO DO FÓRUM – Dr. Cristiano Magalhães Gomes

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 - ENDEREÇO:
DEPENDÊNCIAS DO FÓRUM LOCAL – RUA TRANSAMAZÔNICA, S/Nº,
BAIRRO AMAPÁ

2.2 - DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DA SALA:
Relacionar e descrever:
Esta Unidade Regional vem funcionando na sala da Secretaria
Administrativa do Fórum desde abril de 2014.

2.3 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA:
 Boas Regulares Ruins
OBS.: Possuímos 01 computador (monitor, CPU, teclado); 01 nobreak; 01
leitor de código de barras; 01 impressora.

2.4 - MOBILIÁRIO:
 Boas Regulares Ruins
OBS.: Este é insuficiente. Mas por falta de espaço não solicitamos mais



364
P

armários e/ou mesas e cadeiras para melhor acomodação.
Possuímos: 01 armário de aço cinza de duas portas com chave (antigo);
01 mesa de madeira com 03 gavetas; 01 cadeira giratória com braços
(reemcapada com napa preta).

2.5 - QUANTITATIVO DE SERVIDORES:

01 TITULAR e 01 EM SUBSTITUIÇÃO AUTOMÁTICA

Chefia atual (desde maio de 2010):

Alessandra Gomes Heringer – Matrícula 46230

Substituta Automática (desde maio de 2013):

Hiêda Chagas e Silva – Matrícula 34088

2.6 - CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

() Boas () Regulares (X) Ruins

Justificar:

Seguem as considerações abaixo.

3. CONSIDERAÇÕES DO SETOR:

A sala originária onde funcionava a antiga UNAJ é a primeira sala do corredor principal do lado esquerdo. Estrategicamente é bem localizada.

Porém, é muitíssimo pequena e sem circulação de ar, o que promove a proliferação de fungos, gerando muito mofo e umidade, prejudicando a saúde dos servidores que lá atuam. Observa-se que as crises alérgicas dos mesmos foram potencializadas e se tornaram recorrentes.

Ainda sobre o espaço físico, o fato de ser mínima em tamanho dificulta o recebimento e devido armazenamento dos processos, vez que não há lugar adequado para que os mesmos fiquem acomodados.

Destaco ainda que o local onde a Arrecadação está funcionando (Sala da Secretaria Geral) também não oferece espaço para tal acomodação, vez que possui todo o acervo funcional e patrimonial da Comarca, o que demanda muito espaço físico.

Isso dificulta o desempenho dos trabalhos, pois a demanda tem que ser fragmentada, ou seja, as secretarias tem que mandar aos poucos os processos a fim de não haver problemas na guarda e boa conservação dos autos.

Então esta Unidade Regional de Arrecadação - FRJ tem que analisar pequenos lotes e devolvê-los a origem para que possa receber novos



368
P

lotes. E isso intercalando as varas, para não haver mistura de processos de varas distintas.

Com uma sala ampla, com mobiliário e equipamentos de informática suficientes, a prestação do serviço seria otimizada.

Para tanto, o número de servidores precisaria ser aumentado para, pelo menos, 02 servidores atuantes, para que em caso de necessidade os trabalhos não fossem interrompidos e/ou prejudicados.


Ressalta-se que esta comarca é a terceira em arrecadação, conforme se pode verificar nos valores que já foram disponibilizados pela DIAJU, de janeiro a maio/2015 o valor de R\$ 957.991,30.

Ainda existem problemas de instalação e parte elétrica da central de ar condicionado. Já houve queima do equipamento e atualmente a mesma não funciona. Segundo informação dos técnicos em refrigeração, a energia está passando somente em uma fase. E ainda o sistema de gotejamento está instalado de forma inadequada ou, no caso de ser embutido, poderá estar entupido, o que requererá quebra de paredes para se verificar a verdadeira situação.

A sala hoje (desde abril de 2014) está sendo ocupada pela Central de Mandados.

Marabá/PA, 10 de junho de 2015.


Cristiano Magalhães Gomes
Juiz de Direito/Diretor do Fórum


Alessandra Gomes Heringer
Analista Judiciário – Matrícula 46230
Chefe Regional de Arrecadação – FRJ
Comarca Pólo de Marabá/PA